



Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais



Departamento de Sociologia



Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento

ADRIANO JÚLIO NHAMUTÓCO

PLURIACTIVIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOECONÓMICAS E CULTURAIS NA POVOAÇÃO DE
CANDA, DISTRITO DE ZAVALA

Maputo, 2014

ADRIANO JÚLIO NHAMUTÓCO

PLURIACTIVIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOECONÓMICAS E CULTURAIS NA POVOAÇÃO DE
CANDA, DISTRITO DE ZAVALA

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como Requisito Parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento.

Supervisora: Prof.^a Doutora Inês M. Raimundo

O Presidente do Júri:

Prof. Doutor Gerhard Julius Liesegang

O Arguente:

Prof. Doutor Tomás Adriano Siteo

Maputo, 2014

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Adriano Júlio Nhamutóco**, declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado no seu conteúdo para a obtenção de qualquer grau académico, constituindo sim, resultado de uma pesquisa individual, tal como apresentadas no texto, as respectivas fontes usadas para a concretização do mesmo.

O Autor _____

DEDICATÓRIA

À minha esposa Maria Isabel António Marques Nhamutóco; aos meus filhos Homero, Neusa, Noca, Malé, Maica e Dharen. Devido às minhas actividades académicas, não têm recebido da minha parte a devida atenção, mesmo assim, nunca deixaram de me amar.

À Minha mãe, Carolina Nhequetane Zango, falecida em Abril de 2013, quando decorria o 3º Semestre do curso que ora termino com a apresentação deste trabalho e ao meu pai Júlio Sique Nhamutóco falecido em 1997. Eles, mesmo desprovidos de meios básicos de vida, sacrificaram o pouco que possuíam para permitir que eu fosse à escola.

Aos meus irmãos, alguns deles já falecidos, todos eles contribuíram em algo ao longo da minha vida ajudando desse modo a realização do meu projecto de vida.

AGRADECIMENTOS

Dou louvores à graça de Deus que me mantém vivo e com forças para trilhar a trajetória iniciada com o ingresso ao MSG em Fevereiro de 2012 tendo-me conduzido ao longo de dois longos anos que em nada foram fáceis, sobretudo pelo facto de em pleno terceiro semestre, ter perdido a pessoa que me trouxe ao mundo. Que Deus a tenha, tenha também ao meu pai e meus irmãos.

Imensos agradecimentos vão à minha supervisora, a Prof.^a Doutora Inês M. Raimundo, pela sábia orientação que me proporcionou bem como pela atenção e paciência dispensadas, no sentido materializar a presente dissertação de Mestrado.

Nos primeiros passos para a elaboração do presente trabalho contei com uma valiosa orientação do Dr. Obede Baloi, a quem considero meu pai académico. Foi ele quem me incentivou a optar pela monografia em vez de Exame de Estado para a culminação do curso de Licenciatura em Sociologia, encarregou-se também pela supervisão na elaboração da monografia que me fez Licenciado e proporcionou-me apoio em outras actividades académicas. Por tudo isso, o meu muitíssimo obrigado.

Pela valiosa contribuição na revisão e correcção linguística, vão os meus agradecimentos aos Drs. Firmino José Mujovo e Carvalho Simão.

Abraços especiais aos colegas dos diferentes grupos de estudo dos quais fiz parte, pelos fins de semanas e noites despendidas em sessões de estudos, mesmo quando tudo parecia difícil, a vontade e o desejo de vencer falaram mais alto.

Não deixaria de dirigir agradecimentos especiais à minha família, sobretudo a minha esposa, Maria Isabel António Marques Nhamutóco, por ter me compreendido e me dispensado mesmo quando tanto precisava de mim.

“É preciso sentir a necessidade da experiência, da observação, ou seja, a necessidade de sair de nós próprios para aceder à escola das coisas, se as queremos conhecer e compreender.”

(Émile Durkheim)

“A Sociologia explica o que parece óbvio a pessoas que pensam que é simples, mas que não compreendem quão complicado é realmente.”

(Richard Osborne).

“A sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se tivesse por finalidade apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com homens, mesmo quando estes, à maneira das marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não se desse à tarefa de restituir a esses homens o sentido de suas acções”.

(Pierre Bourdieu)

RESUMO

Com recurso a combinação dos métodos qualitativos e quantitativos e as técnicas de entrevistas e de observação, o estudo procurou compreender as implicações socioeconómicas e culturais da pluriactividade no espaço rural, com base num estudo de caso conduzido na povoação de Canda, distrito de Zavala. Para concretização do estudo procurou-se identificar as práticas ocupacionais consideradas significativas; analisar as motivações socioculturais de tais práticas e seu impacto na vida das famílias.

O trabalho empírico abrangeu 40 famílias escolhidas em quatro comunidades (Gune, Chitondo, Zango e Canda-sede); quatro grupos focais, constituídos por elementos das mesmas comunidades; 8 indivíduos trabalhadores, do complexo Canda 2, bem como o gestor do mesmo complexo. Na fase exploratória do estudo foram entrevistados 4 técnicos afectos aos SDAE, SDPI e GDZ.

Para a análise do fenómeno estudado foi usada a abordagem teórica denominada “Diversificação dos Meios de Vida”, desenvolvida por Ellis (2000 *apud* PERONDI; SCHNEIDER 2012) a qual sustenta que a existência de oportunidades e opções de escolha é fundamental para ampliar a capacidade das famílias rurais encontrarem estratégias para lidarem com adversidades, assim como o incremento da resiliência.

A hipótese sustentava que a combinação da agricultura e actividades não agrícolas constitui-se numa estratégia para as famílias rurais melhorarem as suas condições de vida, pois, isso contribui para a redução da vulnerabilidade que influenciam negativamente a vida socioeconómica. A outra, defendia que a pluriactividade gera transformações socioeconómicas e culturais, pois, o ingresso de rendas não agrícolas melhora a distribuição de renda entre membros das famílias e entre famílias, concorrendo para mudanças significativas nas relações socioeconómicas e culturais.

Os resultados do trabalho empírico confirmam as duas hipóteses, por um lado, as famílias têm as suas dietas, as suas habitações, acesso à educação, acesso à saúde, e condições de trabalho melhoradas em consequência da diversificação de ocupações e fontes de renda. Por outro há mudanças assinaláveis que se devem à pluriactividade, tais como a estrutura sócio habitacional *hibridizada*, a redução de distâncias entre os bens e os consumidores, bem como na ampliação das áreas de cultivo através do reinvestimento de parte da renda proveniente de actividades não agrícolas.

Palavras-chave: Pluriactividade; Transformações Socioeconómicas e Culturais; Famílias; Unidades produtivas; Hibridação.

ABSTRACT

Using a combination of qualitative and quantitative methods, the interviewing and observation techniques, the study sought to understand the socio-economic and cultural implications of pluriactivity in rural areas, on the basis of a case study conducted in the village of Canda, Zavala district. To achieve this, the study sought to identify occupational practices considered significant; analyze the socio-cultural motivations of such practices as well as their impact on the lives of the families.

The empirical work covered 40 families selected in four communities (Gune, Chitonto, Zango and Canda-sede); four focus groups, from the same communities; 8 individuals, workers of Canda 2 lodge, as well as the Manager of the lodge. At the exploratory phase of the study were interviewed 4 technicians assigned to SDAE, SDPI and GDZ.

For the analysis of that phenomenon was used the theoretical approach called "livelihood diversification", developed by Ellis (2000 *apud* PERONDI; SCHNEIDER 2012) which is based on the assumption that the existence of opportunities and options to choose is fundamental to enlarge the capacity of rural families to find strategies to deal with adversity, as well as enhance their resilience.

The assumption was that the combination of agriculture and non-agricultural activities constitutes a strategy for rural families to improve their living conditions, because it contributes to the reduction of risks which influence negatively the socio-economic life. On the other hand it argued that the pluriactivity generates change of social economic and cultural, since the engagement of non-agricultural incomes improve ret distribution between members of families and between families, contributing to significant changes in the socio-economic and cultural relations.

The results of empirical work confirm the two hypotheses; on the one hand, the families have their diets, their housing, education, health, and working conditions improved as a result of diversification of occupations and sources of income. On the other there are significant changes that are due to pluriactivity, such as hybridization of housing structure, the reduction of distances between the goods and consumers, as well as in the expansion of cultivation areas through the reinvestment from part of the income from non-agricultural activities.

Keywords: Pluriactivity; Socio-economic and Cultural Transformations; Families; Production Units; Hybridization.

LISTA DE ABREVIATURAS:

AR	Assembleia da República
CC's	Conselhos Consultivos
DRP's	Diagnóstico Rural Participativo
FDD	Fundo de Desenvolvimento do Distrito
GDZ	Governo do Distrito de Zavala
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCC's	Instituições de Participação e Consulta Comunitária
LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
MAE	Ministério de Administração Estatal
ONG's	Organizações Não-Governamentais
PDUT	Plano Distrital de Uso de Terra
PEDD	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
SDAE	Serviço Distrital de Actividade Económica
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde Mulher e Acção Social
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude, e Tecnologia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1.1. ORGANIZAÇÃO DO TEXTO.....	6
2. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	8
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	10
3.1. O RURAL COMO ÁREA DE ESTUDO.....	10
3.2. PLURIACTIVIDADE NO ESTUDO DO RURAL E FAMÍLIA COMO UNIDADE BÁSICA DE ANÁLISE...13	
3.3. ESTUDOS SOBRE A PLURIACTIVIDADE EM MOÇAMBIQUE.....	17
4. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	21
5. HIPÓTESES.....	24
6. OBJECTIVOS DO ESTUDO.....	25
7. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	26
7.1. TEORIA DE BASE.....	26
7.2. CONCEITOS.....	32
7.2.1. CONCEITO DE ESPAÇO RURAL.....	32
7.2.2. CONCEITO DE PLURIACTIVIDADE.....	33
7.2.3. CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR.....	34
7.2.4. CONCEITO DE FAMÍLIA.....	35
7.2.5. CONCEITO DE VULNERABILIDADE.....	35
8. METODOLOGIA.....	36
9. PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS.....	39
10. DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO.....	40
11. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	47
11.1. ACESSO E USO DE TERRA.....	47
11.2. USO DA TERRA PARA CULTURAS ALIMENTARES.....	50
11.3. USO DA TERRA PARA CULTURAS DE RENDIMENTO.....	53
11.4. CRIAÇÃO DE ANIMAIS.....	60
11.5. ACTIVIDADES NÃO AGROPECUÁRIAS.....	64
11.5.1. ARTESANATO.....	64
11.5.2. PESCA.....	66
11.5.3. CONSTRUÇÃO.....	68
11.5.4. COMÉRCIO.....	71
11.5.5. TRABALHO ASSALARIADO.....	72
12. IMPLICAÇÕES SOCIOECONÓMICAS E CULTURAIS DA PRÁTICA DA PLURIACTIVIDADE.....	76
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
BIBLIOGRAFIA.....	85

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Machamba de produção alimentar em consociação de culturas incluindo a mandioca, o milho, o amendoim, o feijão <i>nhemba</i> , a cacana, etc.	51
Figura 2 – Colheita de amendoim em duas machambas familiares na comunidade de Gune.	53
Figura 3 – Plantação de coqueiros e um amontoado de cascas de coco numa machamba na comunidade de Canda-sede.	55
Figura 4 – Mangueiras em época de maturação e processo de destilação de aguardente na comunidade de Chitondo.	57
Figura 5 – Junta de bois (na lavoura), cabritos e suínos, são algumas espécies criadas pelas famílias	62
Figura 6 – Processo de fabrico de esteira e de tecelagem de folhas de coqueiro para cobertura de palhotas	65
Figura 7 – Construção em curso de um tanque de captação de água, uma palhota híbrida e uma já concluída.	69
Figura 8 – uma casa na fase de construção e outra já concluída no complexo Canda 2...	73
Figura 9 – algumas habitações coexistentes na povoação, alvenaria, palhota simples e madeira e zinco.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas demográficas do distrito de Zavala segundo o censo de 2007...	41
Tabela 2 – Tipos de aguardente, quantidades médias vendidas e renda média/ano ...	57
Tabela 3 – Tipos de fruta, quantidades médias vendidas e renda média/ano.....	59
Tabela 4 – Espécies animais, quantidades médias vendidas e renda média/ano.....	63
Tabela 5 – Tipos de pescado, quantidades médias vendidas e renda média/ano.....	67

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Indicadores de posse de bens considerados significativos pelas comunidades de Canda	77
---	----

MAPAS

Mapa 1 – Enquadramento Regional do Distrito de Zavala	40
Mapa 2 - Localização de Canda-sede e de Chissibuca, relativamente à sede Distrital (Quissico)	80

DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Esquema de síntese das hipóteses do estudo	24
Diagrama 2 – Esquema de síntese dos objectivos do estudo	25
Diagrama 3 – Esquema interpretativo dos meios de vida	28
Diagrama 4 – Esquema de síntese das técnicas e fontes de colecta de dados	38
Diagrama 5 – Esquema de síntese das diferentes formas de autoridade	45
Diagrama 6 – Esquema de síntese das modalidades de acesso e uso da terra	49
Diagrama 7 – Esquema de síntese das actividades não agropecuárias	75

LISTA DE ANEXOS:

Anexo I – Declaração de consentimento

Anexo II – Lista de entrevistados

Anexo III – Guião de entrevista para membros de famílias que trabalham na unidade familiar

Anexo IV – Guião de entrevista para membros que trabalham fora da unidade familiar

Anexo V – Guião para auscultação em grupos focais, também usado para as autoridades administrativas e comunitárias

ANEXO VI – Retrato dos grupos focais de Chitondo (no topo) e Gune (abaixo)

Anexo VII – Alguns retratos de processamento de mexilhão retirado das rochas do oceano Índico (no topo); pesca com anzol e barco a remo (abaixo)

Anexo VIII – Retrato de processo de tratamento de cabelo (no topo) e alguns produtos de beleza comercializados em algumas barracas familiares (abaixo).

Anexo IX – Retrato do processo de divisão de trabalho na construção: homens preparando a massa de cimento (no topo) e mulher na preparação de refeição para os pedreiros (abaixo)

Anexo X – Retratos de tipos de habitação coexistentes no espaço rural da povoação de Canda: Palhota (no topo); casa híbrida, construída através da combinação de caniço e cimento (no meio); e alvenaria de 2 pisos (abaixo).

INTRODUÇÃO

Um dos desafios com que as ciências sociais se têm deparado ao longo do tempo, é o facto de lidarem com objectos dinâmicos, isto é, os Actores Sociais. Isso torna o conhecimento produzido nesta área de saber, susceptível a constantes questionamentos, a partir do surgimento de abordagens, que procuram dar conta a questões que emergem das intensas transformações que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Como exemplos desses questionamentos, podem, citar-se os estudos recentes sobre a ruralidade, que têm vindo a pôr em causa, o ideal tradicional das ciências sociais que, olhava para o rural e o urbano como sendo duas realidades, uma em oposição à outra.

Na óptica do ideal fundador das ciências sociais, o rural era visto como iminente agrícola, e, o urbano como iminente industrial; o rural associado ao tradicional e ao atraso, sendo, o urbano ao moderno e ao progresso; o rural como um espaço fechado em si e o urbano como um espaço aberto; o rural como estagnado e o urbano como dinâmico (CARNEIRO, 2000:2).

A produção teórica nas ciências sociais da segunda metade do século XX pôs em causa o entendimento de que o rural e o urbano constituíam duas realidades opostas, inaugurando uma outra visão, segundo a qual essas realidades tinham tendência a uma maior integração, dando, assim, origem à noção de *continuum* entre cidade e campo. No entendimento dos autores dessa concepção, a cidade e o campo não estariam, nitidamente, situados em dois pólos separados, mas sim, intermediados por um *continuum*, que representava uma interpenetração e integração entre os dois espaços (MARQUES, 2002:100; CARMO, 2009:254).

Durante os anos 90 do século XX, outras abordagens foram surgindo, questionando, tanto a noção da dicotomia quanto a do *continuum* entre os espaços rural e urbano. Essas novas abordagens apregoavam a ideia integradora do espaço rural, salientando três visões teóricas – empíricas que, para além de enquadrarem diferentes modos de ver o mundo rural, apresentam estudos relativamente pormenorizados sobre determinadas realidades concretas (CARMO, 2009:269).

A primeira, segundo o autor, é aquela que tende a considerar que, à medida que o processo de urbanização avança, vai desmantelando parte das estruturas tradicionais rurais, e, progressivamente, substituindo-as pelos factores da modernidade, através da assimilação pelos actores sociais rurais, dos estilos de vida urbanos. De acordo com esta perspectiva, a adesão aos modos de vida urbanos, em territórios que cedem ao progresso urbanístico, seria o prenúncio dum fim inevitável do rural.

A segunda, conforme o autor, concorda com a ideia do avanço da urbanização, mas, rejeita que tal avanço resulte no desmantelamento/desaparecimento do rural, entendendo que este, por um lado, tende a resistir, e, por outro, a adaptar-se, bem como a gerar novas práticas socioculturais, decorrentes do confronto e negociação entre as duas realidades.

De acordo com o autor, a agricultura familiar expressa a capacidade de resistência de certas práticas tradicionais no seio das famílias rurais, enquanto a pluriactividade reflecte a expressão de adaptação a novas formas ocupacionais e de geração de renda familiar (CARMO, Op Cit).

A terceira, não apregoa o fim do rural, nem a capacidade de resistência, adaptação e geração de novas práticas, mas o renascimento do rural, visto que, no entender desta perspectiva, certas zonas rurais tendem a emanciparem-se e a autonomizarem-se. A mesma perspectiva reconhece que as comunidades rurais, sofrem, um conjunto de influências e de condicionantes do urbano, contudo, elas detêm, simultaneamente, a capacidade de dinamizar factores de modernidade, a partir do desenvolvimento de recursos locais. [...] *Por exemplo, ganham importância os movimentos e as iniciativas de preservação ambiental e patrimonial, conjugadas, muitas vezes, com investimentos no turismo e na animação local (ibid).*

O presente trabalho, insere-se no rol de reflexões sobre o espaço rural, a partir da perspectiva integradora, segundo qual, da sua relação complexa com o urbano, resulta a resistência, adaptação e geração de novas práticas socioculturais no seio das comunidades rurais.

Através de um estudo de caso, realizado na povoação de Canda, distrito de Zavala, procurou-se, compreender as implicações socioeconómicas e culturais, decorrentes da prática da pluriactividade, um fenómeno inerente às transformações constantes do rural contemporâneo.

Estudos realizados em Moçambique, no Brasil, na França, nos Estados Unidos, e outras partes do mundo, têm dado alguma primazia à compreensão dos processos socioeconómicos e culturais decorrentes das intensas transformações que ocorrem no mundo rural (BOUGHTON et al, 2006; OYA et al, 2005; IBRAIMO, 2009; FARRÉ, 2012; JOLLIVET, 1998; SITOIE, 2010).

Uma revisão de literatura foi empreendida em três orientações, nomeadamente, a que versa sobre o espaço rural como campo de análise, a que discute a pluriactividade como tema de estudo, e, a família como unidade de análise e a que apresenta estudos empíricos sobre a pluriactividade, incluindo os realizados em Moçambique.

Da referida revisão de literatura, ressaltou que, vários autores tendem a convergir na primazia dada ao estudo de realidades socioeconómicas de colectividades rurais, a partir da diversificação das opções ocupacionais e fontes de renda, agrícolas e não agrícolas, contudo, os seus pontos de vista, divergem, quanto às visões sobre as motivações dessa diversificação, bem como sobre as suas implicações.

Para autores como Carmo, (2009); Farré, (2012); Estrada, (2003); Valá, (2012), entre outros, as transformações não se incorporam, uniformemente, nas diferentes zonas rurais. Por um lado, os factores de que resultam tais transformações não são homogéneos, e, por outro, porque as comunidades rurais empreendem diferentes formas de resistência e adaptação, em função das especificidades locais, sejam elas de carácter socioeconómico, cultural, ou ambiental.

Estudos empíricos localizados, revestem-se de capital importância, no sentido de compreender realidades sociais rurais específicas, sobre o que as pessoas vivenciam, porque incorporam certas práticas e porque resistem a outras, entre outros aspectos.

A partir da necessidade de se compreender uma realidade social específica das comunidades da povoação de Canda, concebeu-se o presente estudo de caso, baseado no seguinte questionamento: *Que implicações socioeconómicas e culturais decorrem da prática da pluriactividade nas famílias e unidades produtivas da povoação de Canda?*

Deduziu-se, hipoteticamente, que a prática da pluriactividade na povoação de Canda constitui uma estratégia de redução dos riscos, contribuindo, desse modo, para a melhoria de qualidade de vida das famílias. Foi também deduzido que, a pluriactividade gera transformações de índole

socioeconómico e cultural, pelo facto de o ingresso em ocupações e fontes de renda diversificadas contribuir para a melhoria da distribuição de renda no seio das famílias e entre as famílias. Ambas hipóteses foram confirmadas conforme elucidado nos parágrafos adiante.

Procurando analisar as modalidades de acesso, posse e uso da terra, constatou-se que, as mesmas são fundamentalmente regidas pelas práticas costumeiras, baseadas na transmissão de geração em geração. Segundo usos e costumes locais, os indivíduos do sexo masculino sucedem os seus ascendentes no acesso à terra e os do sexo feminino adquirem-na por via de casamento ou quando cedida pelo irmão, pai, tio, primo ou avô.

Nestes casos, a terra é usada para fins de produção alimentar, plantio de árvore, cultos, enterros, etc. Outra modalidade, consiste no empréstimo, por acordo mútuo entre indivíduos ou famílias, sendo que, neste caso, a terra emprestada destina-se única e exclusivamente para a produção alimentar, estando vedados os demais fins.

Quanto a produção alimentar, os resultados da pesquisa indicam que, são consideradas significativas, a mandioca (nome científico *Manihot esculenta*), a *nkacana*¹ e o feijão *nhemba* (*Vigna unguiculata*), isto, no sentido de que, são aquelas que mais contribuem para a dieta alimentar nas famílias das comunidades estudadas.

As culturas de rendimento tidas como significativas, em função da renda que proporcionam e dos seus múltiplos usos, incluindo a dieta alimentar, constam o coqueiro (cientificamente designado *Cocos nucifera*), os citrinos (Laranjeira - *Citrus sinensis* e Tangerineira - *Citrus reticulata*) a mafurreira (*Trichilia ametica*), outras fruteiras como mangueira (*Mangifera indica*) e cajueiro (*Anacardium occidentale*)

No que diz respeito à produção animal, o estudo constatou que, são considerados significativos os bovinos, os caprinos, os suínos e os galináceos, e, esta qualificação decorre de diferentes vertentes, entre as quais a económica, porque geram renda, e simbólica porque são usados em ocasiões cerimoniais de evocação de antepassados, matrimoniais, etc.

¹ Trata-se de uma planta rastejante cujas folhas e frutos são comestíveis principalmente na zona sul de Moçambique. As folhas, são também usadas para fins medicinais.

As actividades fora da agricultura e da pecuária mais significativas na óptica dos entrevistados incluem o artesanato, a pesca, o comércio, a construção e as migrações tanto dentro como fora do país e o trabalho assalariado nos estabelecimentos turísticos de Canda 1 e Canda 2.

A relevância destas actividades decorre, fundamentalmente, do facto de constituírem *retaguarda segura*, face a diferentes factores adversos, além de proporcionarem algum poder para aquisição de bens não directamente produzidos na machamba, além de certos rendimentos contribuírem para o investimento na própria agricultura.

Sobre as motivações socioculturais para o recurso à combinação de ocupações entre a agricultura e actividades não agrícolas, consta que, principalmente, as pessoas fazem-no para concretizar certos desejos não alcançáveis, somente, pela prática da actividade agrícola, tais como a inclusão na sua dieta, de alimentos não produzidos localmente, a aquisição de vestuário, de produtos de higiene individual e colectiva, educação, saúde, etc. Em suma, a melhoria da qualidade de vida é em última análise a motivação fundamental para a pluriactividade.

No conjunto das implicações sócio - económicas e culturais, o estudo constatou que, o recurso à pluriactividade resulta na hibridação sociocultural, principalmente, reflectida na estrutura sócio habitacional. Contribui também para a redução das distâncias entre o consumidor e os bens, reduz a vulnerabilidade aos riscos. As diferenças socioculturais entre indivíduos residentes nas zonas urbanas e os residentes na povoação abrangida pelo estudo têm reduzido significativamente.

Para a melhor compreensão da realidade social estudada, foi usada a abordagem teórica da “diversificação dos meios de vida”, cujo autor principal é Frank Ellis (2000 *apud* PERONDI; SCHNEIDER 2012). Trata-se de um processo socioeconómico de construção de oportunidades pelas famílias rurais para sobreviver e obter uma melhor qualidade de vida.

No percurso da construção desta abordagem, o autor baseia-se na ideia de que as pessoas, diante de determinadas circunstâncias, sejam de vulnerabilidade e/ou de oportunidade, estão dotadas de capacidade, e, mais importante ainda, de liberdade para escolher dentro de um portfólio diversificado, as estratégias que lhes permitam melhorar o seu padrão de vida. As ideias de capacidade e de liberdades são tomadas de empréstimo a Sen e que são fundamentais para compreender a abordagem dos meios de vida.

Tratando-se de um fenómeno social complexo, recorreu-se, à abordagem metodológica designada triangulação, que consiste na combinação de mais de um método no estudo de um mesmo fenómeno. Com efeito, apesar da predominância da abordagem qualitativa, alguns dados são apresentados de forma quantitativa, de modo a sustentar as tendências relativas aos mesmos dados.

Em termos de técnicas, o estudo baseou-se em entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas, o que permitiu aos actores envolvidos no estudo, a explanação aprofundada das questões solicitadas pelo pesquisador. As entrevistas em grupos focais e a observação foram, igualmente, algumas das técnicas aplicadas, permitindo enriquecer a quantidade e qualidade de dados empíricos colectados.

O Estudo abrangeu 40 famílias, sendo 10 de cada uma das comunidades escolhidas (Gune, Chitondo, Canda-sede e Zango) e 4 grupos focais, um de cada comunidade abrangida pelo estudo. Foram ainda entrevistados 8 indivíduos que prestam serviços no complexo turístico Canda 2, bem como o gestor do mesmo complexo. Alguns técnicos dos Serviços Distritais das Actividades Económicas (SDAE), dos Serviços Distritais do Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) e do Governo do Distrito (GDZ) foram consultados na fase exploratória do estudo.

1.1. ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Além desta introdução, o trabalho inclui o capítulo 1, onde é apresentada a justificativa e a relevância do estudo, seguido do capítulo 2, no qual é apresentada uma revisão de literatura, visando enquadrar o estudo no contexto da produção teórica e empírica em torno do tema estudado.

Subsequentemente, no capítulo 3, é apresentada a formulação do problema de pesquisa, culminando com uma pergunta de partida, a qual constituiu o fio condutor deste estudo. Nos capítulos 4 e 5, são respectivamente, apresentadas, as hipóteses e os objectivos (geral e específicos) e no 6 discute-se o enquadramento teóricos e conceptual, isto é, a apresentação do referencial teórico, no qual o estudo se baseou, bem como a discussão de alguns conceitos fundamentais.

No capítulo 7, é apresentada a proposta metodológica, incluindo o método de abordagem e as técnicas usadas na colecta de dados, seguindo-se o capítulo 8, onde são apresentados alguns constrangimentos, que constituíram desafios à concretização do trabalho de campo.

No capítulo 9, é apresentada a descrição e a caracterização do local que acolheu o estudo, com destaque para sua localização geográfica; alguns aspectos sócio demográficos; condições climáticas; divisão administrativa, entre outros.

O capítulo 10 é reservado à apresentação dos resultados do trabalho empírico, onde a secção 10.1, aborda questões relacionadas com o acesso e o uso da terra pelas famílias na povoação de Canda; em 10.2 discute-se o uso da terra para fins de cultivo de alimentos; 10.3 é a secção que trata do uso da terra para culturas de rendimento; e em 10.4 reflecte-se sobre a actividade pecuária.

Na secção 10.5, apresentam-se os resultados referentes a actividades não agropecuárias, nomeadamente, o artesanato, a pesca; a construção; o comércio e o trabalho assalariado, com especial destaque ao desenvolvido nos complexos turísticos Canda 1 e 2.

O capítulo 11 é reservado à análise das implicações socioeconómicas e culturais da pluriactividade, e, finalmente no capítulo 12, são apresentadas as considerações finais, que constituem a etapa de fecho, através duma reflexão do pesquisador em torno das principais constatações do estudo.

2. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

O interesse em realizar uma pesquisa no âmbito da pluriactividade no distrito de Zavala, surge a partir da constatação de que o meio rural em Moçambique, em geral, e, do distrito de Zavala, em particular, tem registado ao longo dos últimos anos intensas transformações de diversa índole. Parte dessas mudanças reflecte-se nas actividades ocupacionais, sendo preocupação principal do estudo, compreender as implicações socioeconómicas e culturais decorrentes da diversificação de ocupações e fontes de renda através da combinação das actividades agrícolas e não agrícolas pelas famílias da povoação de Canda.

De acordo com o Plano distrital do Uso de Terra (PDUT Zavala 2012:26), o distrito possui um total de 85.668ha de terra arável, dos quais 77.871,7ha (cerca de 90%) são explorados, sendo em média 1,8ha de exploração por família, em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente: milho, mandioca, feijão *nhemba*, amendoim, batata-doce, arroz e hortícolas.

Segundo o mesmo documento, a agricultura é predominantemente praticada em condições de sequeiro, mas também, tem se aproveitado as zonas baixas para o cultivo de hortícolas e produção do arroz. Para além das culturas alimentares e de rendimento (cajueiros, coqueiros e mafurreiras), o distrito tem um grande potencial em fruteiras como citrinos, abacateiras, bananeiras e mangueiras.

No que diz respeito à actividade pecuária (uma das fontes de renda familiar), o documento refere que, as populações locais dedicam-se essencialmente à criação do gado bovino, suíno, caprino e aves que, para além da venda, são também fonte da dieta alimentar.

A pesca constitui outra actividade de destaque desenvolvida a nível do distrito, estimando-se em 1.200, o número de pescadores registados, que se dedicam a pesca artesanal. Devido a existência de considerável número de lagoas, é praticada em maior parte naquelas, no Rio Inharrime e em menor escala ao longo da costa marítima (PDUT ZAVALA 2012:30).

Para além da agricultura, pecuária e pesca, o documento refere que, desenvolvem-se também no distrito actividades artesanais (em oficinas de serralharia, carpintarias) e industriais (em salinas, fabriquetas de processamento de castanha de caju e padarias).

O comércio, segundo o documento, constitui uma actividade de grande impacto, e, é exercida em quiosques, restaurantes, armazéns e lojas, além de bancas móveis e fixas existentes em todas as localidades do distrito. A actividade comercial é praticada maioritariamente por informais, que vendem produtos diversos, sendo que, o escoamento de produtos é feito por intermédio de comerciantes do Distrito de Inharrime, cidades de Xai – Xai e Maputo.

Existe, também, um potencial turístico, em toda a faixa costeira, Lagoa de Quissico e margem do Rio Inharrime com 35.600ha, dos quais cerca de 5.600ha (Canda, Nhagutou, Macomane e Poelela), com algumas instâncias em construção e outras já em exploração (PDUT ZAVALA 2012:31).

Nota-se, portanto que, para além da agricultura familiar, as famílias do distrito de Zavala recorrem a outras ocupações, entre as quais a pecuária, a pesca, o comércio o corte e venda de material para construções precárias, a construção, o artesanato, a fabricação e venda de bebidas caseiras, a prestação de serviços e as migrações (para cidades e países vizinhos), etc. (PEDD 2011-2015:15-21).

O trabalho encontra relevância pela contribuição que apresenta no debate que está na ordem do dia, no campo das ciências sociais, em torno da ruralidade, destacando a agricultura familiar em regime de pluriactividade.

Como refere Macamo (2002:21), a sociologia rural é caracterizada por debates inconclusivos de âmbito teórico e epistemológico, observando que, trabalhos empíricos fundados em Moçambique, podem contribuir para a elucidação de algumas posições divergentes e dar impulsos importantes à elaboração teórica.

Este trabalho tem também o mérito de aprofundar o conhecimento empírico, sobre como as comunidades da povoação de Canda se estruturam, no que concerne à combinação da agricultura familiar e outras actividades ocupacionais e suas implicações socioeconómicas e culturais.

Pretende-se, portanto, que o estudo seja uma fonte de conhecimentos que possa ser útil para apoiar no desenho e na implementação de políticas voltadas à melhoria das condições de vida das famílias da povoação de Canda.

Por exemplo, conhecendo as actividades consideradas significativas e suas implicações socioeconómicas e culturais nas comunidades estudadas, o Governo do Distrito de Zavala pode servir-se desse conhecimento para melhor definir que recursos específicos devem ser alocados a determinadas comunidades de modo a induzir o seu desenvolvimento, tendo em conta aspectos inerentes a cada comunidade/território.

Em suma, o presente estudo decorre de motivação pessoal, por um lado (qual seja a obtenção do grau de Mestre), contudo, reveste-se por outro lado, de uma relevância académica, ao contribuir na discussão teórica em torno da vida social no espaço rural.

Reveste-se também de uma utilidade prática, ao procurar compreender empiricamente aspectos inerentes a práticas ocupacionais e suas implicações socioeconómicas e culturais num local específico, a povoação de Canda, podendo por isso servir de fonte de consulta para as autoridades competentes tomarem em consideração o conhecimento produzido sobre a povoação estudada.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Para a realização do presente estudo, é apresentada uma revisão de literatura, orientada para três abordagens fundamentais, nomeadamente: i) a que versa sobre o espaço rural como campo de análise do social (Rios, 1989; Carmo, 2009; Jollivet, 1998; Carneiro, 2000; Macamo, 2002); ii) a que versa sobre a pluriactividade como tema de estudo e a família como unidade de análise (Singh e Williamson, 1981; Fuller, 1983; Schneider, 2003); e iii) a que diz respeito a estudos científicos sobre a pluriactividade, com destaque para os realizados em Moçambique (Tveden et al, 2006; Oya et al, 2006; Boughton et al 2006), entre outros.

3.1. O RURAL COMO ÁREA DE ESTUDO

A literatura sociológica aponta que, a análise das relações sociais no meio rural tem merecido ao longo do tempo, reflexões nas diversas áreas de saber, situando-se na idade média, algumas descrições das características da classe camponesa, dos trabalhadores livres ou dependentes dos Senhores, etc. (RIOS, 1979:85).

De acordo com Rios (Op. cit), são de reconhecer as contribuições de Smith (1723-1790.), Malthus (1766-1834), Hume (1711-1776), Voltaire (1694-1778), Montesquieu (1689-1755), Rousseau (1712-1778), os quais demonstraram preocupação em analisar as relações humanas na agricultura, versando questões suscitadas pela propriedade da terra, contudo, segundo o autor não se poderá a essas análises atribuir-se o estatuto de sociológicas, porquanto, a sociologia só se constitui no século XIX, sob auspícios do filósofo francês Augusto Comte (1798-1857).

Segundo Rios (1970:88), os clássicos da sociologia rural, com destaque para Sorokin e Zimmerman, centraram as suas análises em 3 grandes áreas, nomeadamente: i) População Rural (os processos vitais de natalidade, morbidade e mortalidade e seus deslocamentos no espaço, etc.); ii) Organização Rural (tipos e padrões de povoamento, morfologia e instituições sociais, etc.); e iii) Dinâmica social (todos os processos sociais que envolvem competição, conflito, cooperação, acomodação, assimilação e aculturação e mobilidade social etc.).

De acordo com o autor, a partir dos anos 60, e, principalmente na década de 70 do século XX, para além, das áreas tradicionalmente estudadas, esta disciplina passou a abarcar mais outras análises, que até então não tinham sido tomadas em consideração.

As transformações socioeconómicas, culturais e espaciais, que até então tinham sido negligenciadas, por se achar o meio rural como sendo “estagnado”, as desigualdades sociais, que também eram negligenciadas, por se considerar as sociedades rurais como sendo homogéneas, entre outras áreas, passaram a merecer atenção dos cientistas sociais.

“...É o caso da sociologia do desenvolvimento rural que procura analisar as transformações das comunidades e zonas rurais à luz dos processos de desenvolvimento que actuam em todo o grupo social especificamente nas áreas rurais. Esse ramo vem sendo cultivado com grande interesse nos países em desenvolvimento...” (RIOS 1970:89).

Para Carmo (2009), contrariamente à tradicional visão dicotómica rural-urbano, que olhava para o mundo rural como um espaço fechado em si mesmo, este é cada vez mais aberto e interdependente, sendo que, a sua natureza deriva, em grande medida, da diferenciação social, que advém dessa mesma abertura, o que faz do rural, um espaço relacional que ancora a sua especificidade na forma como se organiza a vida social local.

Para o autor, o espaço rural está, sem dúvida, sujeito a um conjunto profundo de alterações que, resultam, tanto da penetração dos factores exógenos, quanto da acção de processos endógenos, todavia, essas alterações não se incorporam, uniformemente, nas diversas zonas rurais, quer porque os factores exógenos não são em si homogéneos, quer ainda, porque as comunidades rurais empreendem diferentes formas de apropriação das componentes exógenas, em função de um conjunto de especificidades locais, sejam elas de carácter socioeconómico, cultural, ambiental, etc.

Para Carmo (Op. cit), só tendo em conta a realidade específica das comunidades rurais, será possível identificar diferentes modalidades de resistência ou de adaptação aos factores de modernização, bem como situações mais radicais de ruptura, face aos elementos essenciais da vida tradicional.

Jollivet, (1998:18), caracteriza as sociedades rurais como estando sujeitas a constantes transformações, que originam novas recomposições espaciais, emergência de novas formas de solidariedades, novas problemáticas, novos conflitos, etc., propondo que, a sociologia rural se empenhe na análise de tais transformações.

Carneiro, (2000), debruçando-se sobre a ruralidade no mundo contemporâneo, considera que, o “novo” mundo rural é caracterizado pela incorporação de outras ocupações não agrícolas aos espaços tidos como rurais, enfatizando que, a novidade do rural de hoje, encontra-se na combinação, nos mesmos espaços, de actividades tidas até então como “típicas” do meio urbano, tais como, as do sector de serviços, com as ocupações “características” do meio rural, tais como, as agrícolas, o que nos remete a duas noções que surgem como complementares à caracterização desse rural em processo inovativo, nomeadamente: i) a de *continuum* rural-urbano; e ii) a de pluriactividade.

De acordo com a autora, a pluriactividade é uma noção que incorpora a inserção plural dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho e a diversificação dos usos dos espaços rurais em actividades agrícolas e não agrícolas.

A noção de pluriactividade, segundo a autora, amplia a visão sobre o leque de actividades económicas exercidas no meio rural, nos seus múltiplos significados, mas mais do que isso, torna-se importante não perder de vista a análise das relações sociais que, os actores sociais

envolvidos desenvolvem, produzindo reconfigurações, nas formas de organização das colectividades de que fazem parte tais actores sociais.

Um procedimento metodológico para compreender a complexidade dessas relações sociais, segundo a autora, consiste na identificação das lógicas por de trás da integração, resistência e adaptação, valendo-se da observação e da análise dos interesses em jogo e das relações de força entre os actores sociais.

Macamo, (2002:17), propõe que a Sociologia Rural, esteja voltada para quatro grandes áreas, nomeadamente; i) A transformação social; ii) A sociologia do conhecimento; iii) A sociologia rural e; iv) A sociologia do quotidiano. Falando particularmente da sociologia rural, o autor destaca a pertinência da agricultura de subsistência como elemento estruturante da realidade social em Moçambique, propondo a realização de estudos empíricos que possam contribuir tanto no plano teórico quanto no prático.

A literatura revista neste trecho destaca o meio rural como um campo de análise sociológica, podendo nele realizar-se estudos em várias perspectivas. Sendo a realidade social bastante complexa e multidimensional, a nossa proposta é focalizar num aspecto específico do meio rural, nomeadamente, a combinação da agricultura e outras ocupações por membros de famílias rurais, procurando compreender as suas implicações socioeconómicas e culturais na povoação de Canda.

3.2. PLURIACTIVIDADE NO ESTUDO DO RURAL E FAMÍLIA COMO UNIDADE BÁSICA DE ANÁLISE

Pluriactividade enquanto fenómeno social e económico, caracterizou, desde os tempos remotos, as populações residentes em espaços rurais, quer como estratégia de sobrevivência, quer ainda como estratégia de reprodução social das famílias, contudo, o uso do termo, data apenas da década de 1980.

Um estudo considerado pioneiro na análise do fenómeno da combinação das actividades agrícolas e não agrícolas é da autoria de Roseman (1930), que, adoptando o termo “*part-time farming* (agricultura de tempo parcial), procurando designar situações em que os proprietários de

explorações agrícolas, despendiam parte do seu tempo em actividades fora das suas propriedades (SINGH & WILLIAMSON 1981:61).

Uma série de estudos foram realizados, e, muitas publicações feitas, com enfoque em aspectos relacionados com a agricultura em tempo parcial nos Estados Unidos da América, durante os anos de 1930, 1950 e 1970, destacando-se três tendências, a saber: i) estudos de tendência descritiva (Bauder; Fugitt; Galloway s.d.); ii) estudos de tendência sociológica (Fliegel; OECD s.d.); e iii) estudos tendentes à análise do uso de recursos (Jensenand; Sundquist; Reinsel; OECD s.d.).

Entretanto, o termo “*part-time farming*”, não acolheu simpatia, por parte dos cientistas sociais, considerando que, o mesmo era analiticamente limitativo, sugerindo, o uso de outros termos como *actividades não agrícolas no meio rural; empregos múltiplos; fontes de renda diversificadas; unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo* e mais recentemente *pluriactividade*.

Entre os opositores ao uso do termo “*part-time farming*” (agricultura de tempo parcial), destaca-se Fuller (1983). Este autor ao efectuar uma pesquisa encomendada pela Arkleton Trust verificou que, o mesmo confunde um fenómeno como um tipo de agricultura, com uma conotação de falta de especialização, ineficiência, amadorismo, o que segundo ele contribuiu para uma atitude negativa em muitos dos estudos anteriores sobre a temática (FULLER, 1983:18).

Fuller (Op. cit), irá propor a substituição do termo “*part-time farming*”, por um outro que, já havia sido usado por Fuguitt nas décadas de 50 e 60, nomeadamente, “*multiple-job holding farm household*” (unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo), argumentando que, o mesmo seria o mais apropriado, num contexto mais amplo do desenvolvimento rural, pois, de acordo com o autor, permite abarcar o trabalho agrícola e toda a multiplicidade de actividades não agrícolas, que contribuem para a renda familiar.

Mais tarde, em 1988, conduzindo uma outra pesquisa da ArkletonTrust, sobre o trabalho rural agrícola e não agrícola, Fuller introduziu o termo “*pluriactivity*”, (pluriactividade), usando-o como sinónimo de diversificação de actividades, incluindo, agrícolas e não agrícolas por unidades familiares das zonas rurais, (FULLER & BRYDEN, 1988:10).

Os debates em torno da diversificação de actividades ocupacionais por famílias de agricultores envolveram outros autores, com destaque para Chayanov (1974) ao estudar “outras actividades não agrícolas”; e Kautsky (1980) ao dedicar atenção à análise do “trabalho rural acessório”, entendendo-se esses termos como formas complementares de obtenção de renda e de inserção económica de pequenos proprietários ou camponeses (SCHNEIDER, 2003).

Para Chayanov (1974 *apud* SCHNEIDER, 2003:108) “... o recurso às actividades não agrícolas é uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar ante os condicionantes da unidade produtiva agrícola e expressa, acima de tudo, a racionalidade que a família imprime às suas atitudes para manter o equilíbrio entre trabalho e consumo e garantir, assim, sua reprodução...”

No entendimento de Kautsky (1980 *apud* SCHNEIDER, 2003:105), “... o processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades desde que elas desenvolvam “formas de trabalho acessório” (que podem ou não estar ligadas à agricultura) que lhes permitam manter sua reprodução social...”

Na circunstância dos debates, o termo pluriactividade colheu relativamente maior consenso, na medida em que, entende-se que, o mesmo permite uma abordagem que abarca, não apenas, a unidades produtivas, mas também o contexto, pois, considera-se que, sua ocorrência é uma das respostas que as famílias procuram dar as mudanças nas circunstâncias tanto económicas quanto sociais.

Para Candioto (2007:192), a pluriactividade encontra-se associada à agricultura familiar, pois, o fundamento desta reside, primeiramente, na existência de actividades agrícolas desenvolvidas na propriedade familiar, combinada com uma ou mais actividades não agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora da propriedade familiar. Tais actividades não agrícolas podem estar vinculadas à indústria, comércio ou serviços públicos e privados, e, são realizadas tanto em áreas consideradas rurais, como também nas urbanas.

A pluriactividade, portanto, constitui uma área de pesquisa do rural, e a família, a unidade de análise para a compreensão do significado económico e o sentido sociocultural da consolidação da pluriactividade, em famílias que residem no espaço rural, integrando outras actividades ocupacionais em combinação com a actividade agrícola (SCHNEIDER, 2003:112; SACCO DOS ANJOS, 2000:57).

Segundo Sacco dos Anjos (2000:56), existe uma tendência de se associar à ideia de zona rural, três outras noções fundamentais, nomeadamente, i) a de que estamos diante de uma unidade de produção e de exercício profissional, que absorve a totalidade, ou a maior parte, da força de trabalho disponível, directa ou indirectamente, na actividade agropecuária; ii) a de que estamos diante de uma unidade de consumo, onde, via de regra, parte considerável do auto consumo familiar é gerada nos limites de sua propriedade; e iii) a de que estamos diante de uma unidade de residência, na qual o estabelecimento serve de morada para o que chamamos de família e outros membros ligados entre si por laços de parentesco e consanguinidade.

O debate sobre a pluriactividade segundo o autor, emerge como indicativo de uma clara ruptura em relação às noções homogeneizantes do mundo rural, porquanto, as unidades familiares pluriactivas, seriam, tanto aqueles que não são capazes de ocupar plenamente a força de trabalho residente, como também as situações em que os rendimentos são, igualmente, alimentados por fontes de ingresso económico extra-agrícolas, seja por via da venda externa da força de trabalho e/ou mediante iniciativas levadas a cabo no interior das explorações, que pouco ou nada têm a ver com as actividades agropecuárias.

O estudo da pluriactividade, a partir de um enfoque nas unidades familiares, permitiria na óptica do autor, a análise e a compreensão das relações sociais e dos processos produtivos que alteraram profundamente as características da agricultura e do mundo rural (SACCO DOS ANJOS Op. cit).

Para Estrada (2003:200), pluriactividade é, hoje, um tema central entre os elementos que compõem o actual paradigma de reflexões sobre o mundo rural, sendo entendida, como uma das formas de manter a sustentabilidade do mundo rural, através da contenção do êxodo rural.

De acordo com o autor, apesar desse entendimento, é importante perceber que, por detrás da noção de pluriactividade, há uma realidade social complexa e diversa, que varia de uma região para outra, havendo que, reconhecer que as formas de articulação entre a agricultura pluriactiva e o resto da economia são muito diversificadas, dependendo, das condições naturais de cada território, das estruturais sociais preexistentes, das atitudes diante das mudanças, da disponibilidade de infra-estruturas diversas, incluindo, as de comunicação, bem como da presença do Estado através das políticas públicas, factores esses, que, inevitavelmente influenciam as estratégias familiares de agricultores.

Essa enorme heterogeneidade da pluriactividade, em termos conceituais e das suas implicações, deve ser objecto de estudos rigorosos, centrados em âmbitos regionais e com metodologias adequadas que permitam desentranhar toda complexidade que este fenómeno abarca... (ESTRADA 2003:201).

Mattei (2007:1059), refere que a literatura internacional sobre a pluriactividade chegou ao consenso metodológico, sobre a melhor forma de apreender aquele fenómeno, ao adoptar a família como unidade relevante de análise. De acordo com o autor, a família deve ter primazia como unidade de análise, na medida em que ela se constitui numa instituição social e económica, isto é, um actor colectivo cujos aspectos são operativos para a investigação do social.

A família enquanto unidade activa apresenta três características básicas, nomeadamente, i) ligação íntima entre as esferas produtiva e reprodutiva; ii) relacionamento interno entre os membros definido por sexo, idade, capacidade de trabalho, etc. e; iii) capacidade de cada membro relacionada à posição social no ciclo de vida familiar (*Ibid*).

No entendimento de Negrão (s.d.), a família rural africana, é a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição, sendo a agricultura uma fonte indispensável de rendimento, mas, não exclusiva e que o comportamento de cada unidade singular, é parte integrante de um todo, onde reside a reprodução social e o seguro contra riscos.

Ao longo do presente trecho de revisão literária encontra-se alguma coerência entre os vários autores, ao considerar o fenómeno da pluriactividade intrínseco à realidade do social rural e que através do estudo deste fenómeno, é possível produzir um saber científico. Verifica-se também coerência no destaque dado à família, como unidade de análise do fenómeno da combinação e diversificação, de ocupações e de fontes de renda em agregados familiares rurais. Como é que a pluriactividade é tratada na literatura que estuda este fenómeno em Moçambique?

3.3. ESTUDOS SOBRE A PLURIACTIVIDADE EM MOÇAMBIQUE

Mesmo não usando, necessariamente, o termo pluriactividade, existem vários trabalhos de pesquisa, que analisam o fenómeno da diversificação de ocupações e fontes de renda nas zonas rurais em Moçambique, cuja tónica não deixa despercebida a pertinência da agricultura familiar para uns, agricultura de subsistência ou agricultura de pequena escala para outros, como uma das opções ocupacionais indispensáveis, mas não exclusiva no mundo rural.

A maioria dos estudos encontrados centra as suas análises em questões relacionadas com factores socioeconómicos, tais como a divisão de trabalho, por sexo e idade, as relações laborais, questões salariais, a contribuição de cada fonte de renda para a economia familiar, os níveis de bem-estar versus de pobreza, dos indivíduos e famílias residentes no meio rural em Moçambique.

Tveden et al, (2006:31), estudando a pobreza rural em três localidades rurais do distrito de Murrupula, província de Nampula, analisou o emprego agrícola e não agrícola das famílias rurais enquanto factor que contribui para a obtenção da renda dos agregados familiares. Entre vários aspectos, os autores procuram compreender as possíveis correlações entre os níveis de renda dos agregados familiares, os tipos e níveis de despesas efectuados, versus género do chefe da família e tamanho do agregado familiar. Concluem a esse respeito que, os agregados chefiados por homens são, geralmente, maiores, e conseguem mais rendas, e são ainda as que mais gastos fazem com despesas como educação, saúde, vestuário, entre outras.

Outro aspecto analisado pelos autores do estudo, é a posse ou não de certos bens de valor e de prestígio, como indicadores de bem-estar, por um lado ou de pobreza por outro. O rádio (para ampliar a visão do mundo), bicicleta (para facilitar a mobilidade), de casa de alvenaria (para conferir condições seguras de habitabilidade), são apontados como alguns dos indicadores de bem-estar enquanto a falta destes bens é visto como sinal de pobreza (TVEDEN, et al 2006:40).

Oya, et al, (2005), estudando os mercados de emprego nas zonas rurais, nas províncias de Manica e Zambézia (centro do país), e Nampula (norte), analisa, entre outros aspectos, os tipos de emprego, as relações laborais, as formas de organização do trabalho, as modalidades de remuneração, os níveis de renda, estabilidade e segurança no emprego, procurando estabelecer várias correlações entre as diversas variantes.

Nessas correlações, os autores culminam com a categorização dos vários tipos de emprego em quatro níveis, nomeadamente: i) emprego superior 1; ii) emprego superior 2; iii) emprego inferior 1, e emprego inferior 2. Estas categorizações tomam em consideração, o nível salarial (seja alto ou baixo), regime de pagamento (seja mensal, diário ou por tarefa), regime laboral (seja por tempo indeterminado, tempo limitado ou por tarefa), formalidade, informalidade ou precariedade do emprego, entre outros aspectos.

Assim, tenderiam a ser classificados como empregos superiores, os que cumulativamente reunissem salário relativamente alto, pago na base mensal, com receitas estáveis. Inversamente, os empregos cumulativamente com salários relativamente baixos, pagos por dia, orientados para tarefa e informais ou precários são classificados como inferiores.

Por conseguinte, os níveis de bem-estar e de pobreza são determinados pela qualidade de emprego, detido pelos membros dos agregados familiares. Os indivíduos que detêm empregos superiores, têm o potencial acrescido de acesso a recursos, sendo, por isso, os que maior potencial têm para alcançar o bem-estar, e, os que detêm empregos inferiores, têm o menor potencial de acesso a recursos, e por isso, tendem a ser pobres (OYA et al, 2005:45).

Ibraimo (2009), realizou um estudo sobre o emprego rural agrícola e não agrícola, no Posto Administrativo de Xinavane, distrito da Manhiça, onde fez análise das tipologias de emprego predominantes, da organização do trabalho, as relações laborais, os regimes e níveis salariais, bem como a contribuição da renda obtida nos vários tipos de emprego para a economia familiar. Para este autor, o emprego naquela zona é, predominantemente, caracterizado pela sazonalidade, e precariedade laboral, na medida em que, no seu entender, a maioria dos postos de trabalho disponíveis, são oferecidos em regime sazonal, sem contratos firmados, com regime de pagamento por dia ou por tarefa.

Na óptica de Ibraimo, as condições de emprego oferecidas nas zonas rurais do país em geral, e, em Xinavane de forma particular, contribuem, para a reprodução da pobreza, porquanto, os baixos salários que auferem, aliados ao fenómeno da efemeridade das relações laborais, não oferecem aos agregados familiares, capacidades materiais e financeiras para a obtenção de um estado nutricional, condições de habitação, saúde, educação condigna (IBRAIMO, 2009:25).

Boughton, et al (2006), num estudo comparativo amplo sobre o trabalho rural, geração e distribuição da renda nas zonas rurais, procura compreender entre outros aspectos, as mudanças verificadas entre os períodos de 1995-96 e 2001-02, no concernente aos níveis de renda dos agregados familiares, diversificação de fontes de renda, distribuição de renda, mudanças nas composições dos agregados familiares, etc.

Em relação aos níveis de renda, os autores observaram que, nos sectores como agricultura e emprego assalariado, observou-se uma queda, isto é, eram maiores em 1995-96, tendo baixado

significativamente em 2001-02, enquanto no sector de pequenas e médias empresas, registou-se um aumento nos níveis de renda.

No que se refere a diversificação das fontes de renda, observou-se entre os dois períodos analisados, um aumento significativo das fontes e sua diversificação nas famílias. Os autores Observaram, também, que houve aumento significativo de agregados familiares, chefiados por mulheres, em 8 pontos percentuais, entre os períodos comparados. Constataram ainda uma tendência ao aumento dos níveis de pobreza nas famílias chefiadas por mulheres, sendo mais grave ainda, quando se trata de mulheres viúvas (BOUGHTON, et al 2006:14).

Sitoe, (2010), num estudo sobre a diversificação produtiva e de fontes de renda, no cinturão verde da cidade de Maputo, procurou, entre vários aspectos, compreender as formas de alocação de força de trabalho dos agregados familiares, os níveis e fontes de renda, o significado simbólico da posse de terra.

Sitoe, observa que, a força de trabalho adulta e idosa, tende a ser a que mais se dedica ao trabalho agrícola, tanto nos homens como nas mulheres, sendo que, os homens, geralmente, têm outras ocupações ou fontes de renda fora da machamba, como trabalho de guarda, por exemplo ou como aposentados, enquanto as mulheres, além de trabalharem na machamba, dedicam-se à venda dos produtos agrícolas.

Segundo este autor, as jovens de sexo feminino prestam seus serviços como cabeleireiras, vendedeiras nos mercados ou barracas, enquanto a força de trabalho jovem masculina dedica-se, fundamentalmente, ao trabalho na construção civil, condução e cobrança nos transportes semi-colectivos, entre outras ocupações.

O autor relaciona esta modalidade de alocação da força de trabalho familiar com alguns estereótipos, segundo os quais, existem certos tipos de trabalhos (pesados), destinados a homens e outros (menos pesados), destinados a mulheres (SITOE, 2010:144).

Estudando mercados de trabalho em Massinga, província de Inhambane, Farré, (2012), procura compreender as formas de integração, resistência e adaptação das comunidades, no contexto das intensas transformações socioeconómicas e culturais no meio rural em particular no distrito de Massinga. O autor observa que, as condições agro-ecológicas locais, o contexto regional, não

favorecem uma produção agrícola sustentável, contudo, verifica-se uma persistência na actividade agropecuária, em face do simbolismo que, a posse de terra representa.

O autor observa ainda que, a alocação da força de trabalho dos membros dos agregados familiares pelas diferentes actividades económicas, reflecte as relações de poder e desigualdades sociais. Cita como exemplo, que as mulheres e crianças tendem a aplicar a sua força de trabalho em actividades não remuneradas, o que aumenta a sua dependência em relação aos homens, e, estes por seu turno tendem a buscar empregos remunerados. O autor defende que, o acesso ao emprego remunerado, e outras formas de acesso ao dinheiro, aumentam as desigualdades tanto entre diferentes unidades familiares quanto entre indivíduos no seio das mesmas famílias.

Para o autor, a redução dos efectivos, que imigram para as minas da África do Sul, aliado ao fraco acesso a meios financeiros localmente, aumentou em Massinga, os níveis de incerteza, desigualdades sociais e as tendências ao distanciamento e a indiferença em relação aos processos e contexto circundantes, e, isto, segundo o autor, tende a reproduzir-se (FARRÉ, 2012:14).

4. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.

Segundo o PEDD Zavala (2011-201:4) predominam no distrito, solos arenosos e algumas faixas de solo franco arenoso, o clima é caracterizado uma estação fresca e seca, entre os meses de Abril e Setembro e outra quente e húmida, entre os meses de Outubro e Março, sendo que este clima condiciona a irregularidade das chuvas, abundando na estação húmida e escasseando na seca.

Informações disponíveis em relatórios anuais das actividades económicas no distrito de Zavala, referentes a 2007; 2008; 2009; 2010 e 2011 indicam que as condições climáticas e ecológicas não favoreceram uma agricultura de alta produtividade, pese embora, seja a actividade agrícola a mais praticada pelas famílias do distrito de Zavala no geral e da povoação de Canda em particular.

O relatório de 2008 indica que, os níveis de precipitação em 2008 foram bastante baixos, (apenas 474,0mm) representando uma queda para menos de metade relativamente a 2007, cuja precipitação foi de 981,5mm. Esta situação afectou a produção agrícola que caiu de 185.741

Toneladas de produtos diversos na campanha 2007/2008, para 154.112,9 na campanha seguinte (RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO GOVERNO DISTRITAL DE ZAVALA REFERENTE AO ANO DE 2008:4)

Relativamente aos anos de 2009e 2011, os respectivos relatórios indicam que, as respectivas campanhas agrícolas, forma condicionadas a apenas uma colheita sendo que a segunda caracterizou-se por perdas de algumas áreas de produção, facto que obrigou os camponeses a fazerem colheita prematura no sentido de aproveitarem a pouca produção que na altura existia (RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO GOVERNO DISTRITAL DE ZAVALA REFERENTE AO ANO 2009:5; 2011:11).

Relativamente à actividade pecuária, os relatórios supramencionados apontam para o registado de algum incremento na ordem de 6% em média por ano, nos efectivos de bovinos, sendo que tendência idêntica observou-se em relação aos caprinos. Os suínos, por seu turno, têm sido fortemente afectados pela “Peste Suína Africana”, o que fez com que a produção desta espécie não registasse incrementos significativos (RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO GOVERNO DISTRITAL DE ZAVALA REFERENTE AO ANO 2010:9)

Portanto, os efeitos combinados de irregularidade de chuvas, de aridez dos solos, abundância de pragas, entre outros factores, fazem com que a terra seja menos produtiva. Os mesmos factores, aliados a abundância de doenças que atacam os animais, têm afectado significativamente a actividade pecuária, colocando as famílias do distrito de Zavala, em geral, e, particular da povoação de Canda, em situação de vulnerabilidade.

Apesar das adversidades que agravam a vulnerabilidade, tem sido notória a persistência das famílias locais na prática da agricultura e também da pecuária, empreendendo, contudo, diferentes estratégias visando incrementar a sua resiliência, buscando meios de subsistência e de melhoria das suas condições de vida.

Uma das estratégias empreendidas pelas famílias rurais de Canda, é a diversificação dos meios de vida, pois, para além da persistência na agricultura familiar, nota-se o recurso a outras ocupações, entre as quais o comércio de diversos bens tanto agrícolas como manufacturados (praticado em pequenas mercearias, barracas e em regime ambulatório), o transporte de pessoas e bens (principalmente no sentido estrada nacional para o povoado e vice-versa), corte e venda de

material para construções precárias, construção (em material convencional e em material local), o artesanato, a fabricação e venda de bebidas caseiras, a prestação de serviços (em diversas áreas), as migrações (para cidades e países vizinhos), etc. (PEDD 2011-2015:15-21).

Segundo os técnicos do SDAE e do SDPI (2013), a povoação de Canda apresenta certas peculiaridades, nomeadamente:

- i) Situa-se, geograficamente, próximo da costa onde está em curso a construção e exploração de complexos turísticos;
- ii) Parte da sua população dedica-se à pesca e extracção de outros recursos marinhos;
- iii) Localiza-se não muito distante da EN1, estando por essa via integrada numa rede de intercâmbios socioculturais (através de contactos entre residentes e não residentes);
- iv) Tem sido uma das fontes de força de trabalho para as urbes da zona sul do país e alguns países da região; as famílias locais têm algumas remessas dos seus migrantes;
- v) Está a experimentar transformações intensas em vários domínios, com destaque para a sua estrutura sócio ocupacional.

Portanto, a diversificação dos meios de vida em Canda, é fortemente caracterizada através da combinação da actividade agropecuária e outras ocupações e fontes de renda, um fenómeno conhecido no campo das Ciências Sociais por Pluriactividade.

Assumindo que a Pluriactividade, enquanto fenómeno económico e social, traz determinadas implicações na vida das famílias, o estudo procurou explorar tais implicações, sendo que, para o efeito, formulou-se a seguinte questão de partida: *Que implicações socioeconómicas e culturais decorrem da prática da pluriactividade nas famílias e unidades produtivas da povoação de Canda?*

5. HIPÓTESES

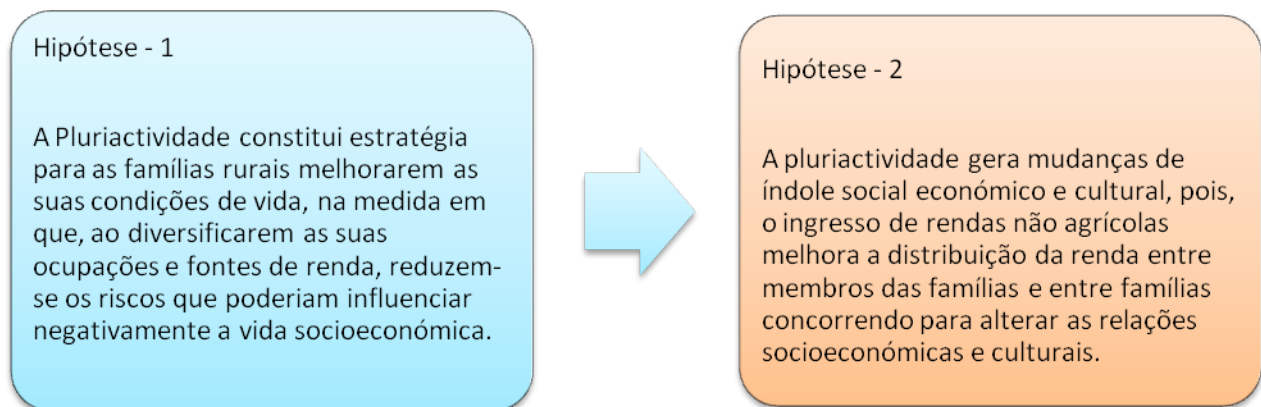
Uma das hipóteses para o presente estudo, fundamenta-se na ideia de que, a Pluriactividade constitui estratégia para as famílias rurais melhorarem as suas condições de vida, na medida em que, ao diversificarem as suas ocupações e fontes de renda, reduzem-se os riscos que poderiam influenciar negativamente a vida socioeconómica.

A outra hipótese sustenta que, a pluriactividade gera transformações de índole socioeconómico e cultural, pois, o ingresso de rendas não agrícolas melhora a distribuição da renda entre membros das famílias e entre famílias concorrendo para alterar as relações socioeconómicas e culturais.

Estas hipóteses são baseadas na abordagem teórica da “diversificação dos meios de vida” desenvolvida por Ellis (2000 *apud* PERONDI; SHCNEIDER 2012). Segundo o autor, a existência de **meios de vida** (ativos, actividades, formas de acesso e uso), **diversos** (formas de renda, actividades, ocupações, sistemas de produção); e a **diversificação** (processo social e económico de criação da diversidade dos meios de vida) determina o modo de viver de um indivíduo ou de uma família.

Sendo a pluriactividade uma das formas de diversificação que consiste na combinação das actividades agrícolas e não agrícolas, a abordagem da “diversificação dos meios de vida é fundamental para a interpretação do fenómeno.

Diagrama 1 - Esquema de síntese das hipóteses do estudo



Concebida pelo autor no âmbito do desenho do projecto de pesquisa (2013)

Em função das hipóteses colocadas, o estudo procura entre outros aspectos explorar o seguinte:

- Que actividades não agropecuárias são consideradas significativas?
- Que diferença relativa existe entre a renda em actividades agropecuárias as actividades de outra natureza?
- Qual é a diferença relativa entre as famílias em função do tipo de actividades praticadas em que seus membros estão envolvidos?
- Que mudanças socioeconómicas e culturais são observáveis que estarão relacionadas com a combinação de actividades agrícolas e não agrícolas?

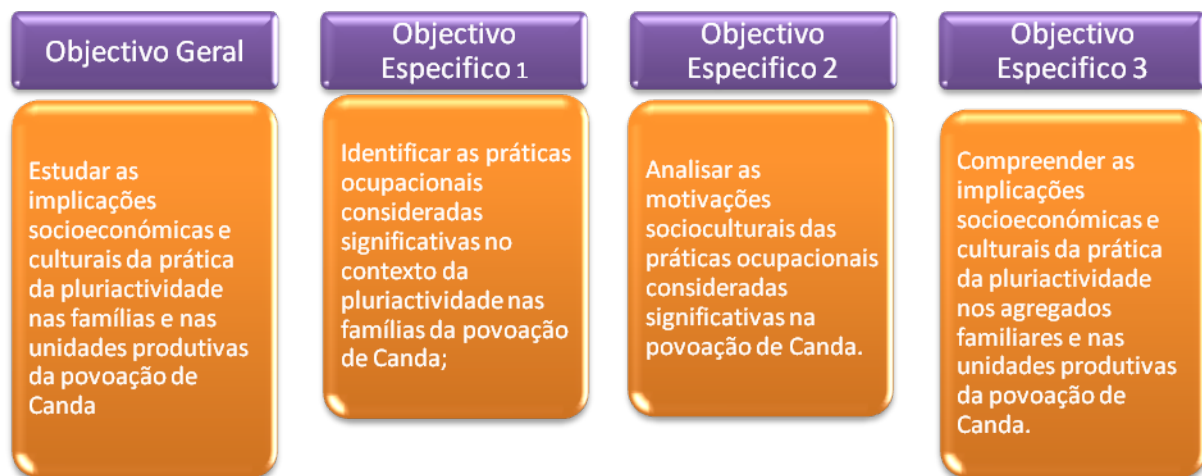
6. OBJECTIVOS DO ESTUDO

Para a concretização do estudo, estabeleceu-se como objectivo geral, estudar as implicações socioeconómicas e culturais da prática da pluriactividade nas famílias e nas unidades produtivas da povoação de Canda.

A fim de alcançar o objectivo geral, foram estabelecidos três objectivos específicos que, no concreto, correspondem às etapas fundamentais percorridas de modo a alcançar objectivo geral.

Conforme o diagrama abaixo, são três os objectivos específicos do presente estudo.

Diagrama 2 - Esquema de síntese dos objectivos do estudo.



Desenvolvido pelo autor no âmbito da elaboração do projecto de pesquisa.

7. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Sendo que, o estudo versa sobre as implicações socioeconómicas e culturais da prática da pluriactividade nas famílias da povoação de Canda, bem como nas suas unidades de produção, procura-se neste capítulo, identificar entre as diferentes teorias, aquela que melhor pode auxiliar na leitura e interpretação do fenómeno em estudo.

7.1. TEORIA DE BASE

Para a análise do fenómeno da pluriactividade na povoação de Canda, foi utilizada a abordagem teórica denominada “*livelihood diversification*” (diversificação dos meios de vida), elaborada por Ellis (2000 *apud* PERONDI; SCHNEIDER, 2012). Trata-se de uma abordagem desenvolvida pelo autor a partir de duas noções distintas, nomeadamente:

A teoria designada meios de vida, cujo precursor é Blanche (s.d.) que utilizou o termo “*genre de vie*” no século XIX, quando predominava o paradigma segundo o qual as condições físicas eram determinantes para a acção humana, onde o homem estaria dotado de capacidade para escolher entre uma gama de opções delimitadas pela natureza (PERONDI; SCHNEIDER, 2012:119).

De acordo com os autores, depois de um longo período de aparente esquecimento, ressurgiu em 1990, uma geração de estudos numa perspectiva denominada “*livelihoods*” (meios de vida), com destaque para o trabalho de Chambers e Conway (1992), que analisava o comportamento das pessoas de uma forma mais ampla, demonstrando que as pessoas eram capazes de engendrar estratégias para encontrar soluções às adversidades impostas pelas condições circundantes.

A segunda refere-se a “*diversificação*”, um termo que já havia sido usado por outros autores, contudo, foi Ellis (2000), quem procurou utilizar a abordagem dos “*meios de vida*” para explicar a utilidade e a função da diversificação. Neste sentido, Ellis procurou demonstrar a capacidade das pessoas diversificarem os seus meios de vida, em processos sociais e económicos que ao mesmo tempo fazem pressão e criam oportunidades.

Daí que, o tema da diversificação foi agregado ao debate sobre os meios de vida, compondo a abordagem da “*diversificação dos meios de vida*” que Ellis define como um processo de

construção de oportunidades pelas famílias rurais, para sobreviver e obter uma melhor qualidade de vida (PERONDI E SCHNEIDER, Op. cit).

No aprofundamento desta abordagem, Ellis e Freeman, (2005 *apud* PERONDI; SCHNEIDER, 2012:132) tomam de empréstimo a Sen (2000), as noções de liberdade, oportunidade e capacidade, para explicar que, a disponibilidade de opções de escolha é fundamental para ampliar a capacidade das famílias rurais encontrarem estratégias de combate às diferentes formas de vulnerabilidade (clima, doenças, preços) a que estão submetidos assim como incrementar a sua resistência.

Os principais conceitos associados à abordagem da diversificação dos meios de vida são, nomeadamente, i) Meios de Vida; entendido como conjunto de activos, actividades, formas de acesso e uso, que determinam o modo de viver de um indivíduo ou de uma família; ii) Diversidade; que se refere ao atributo que se manifesta através de diferentes formas de renda, actividades, ocupações, sistemas de produção, entre outras; e iii) Diversificação; que se refere ao processo social e económico de criação e exploração dos meios de vida (ELLIS; FREEMAN, 2005 *apud* PERONDI; SCHNEIDER Op Cit).

Os factores determinantes da diversificação dos meios de vida em zonas rurais são variados, podendo estar associados a aspectos climáticos, ou socioeconómicos ligados sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e a outros activos.

Por sua vez, as manifestações da diversificação podem revelar-se através da diversidade na forma de actividades (pluriactividade) e de rendimentos (multi-rendimentos), de tal forma que, podem ser medidos ou classificados segundo critérios quantitativos e qualitativos (*ibid*).

Numa revisão de literatura empreendida por Siteo (2011), foram identificados dois grupos fundamentais que impelem os indivíduos a optarem pela diversificação, nomeadamente, os *push factor* (factores que empurram) e os *pull factors* (factores que puxam).

Os *push factors* segundo o autor, estão relacionados com aspectos como: i) capacidade limitada de suportar os riscos relacionados com sistemas financeiros incipientes, servindo de incentivo para a busca de estratégias para estabilizar a flutuações de renda e consumo; ii) restrições nos

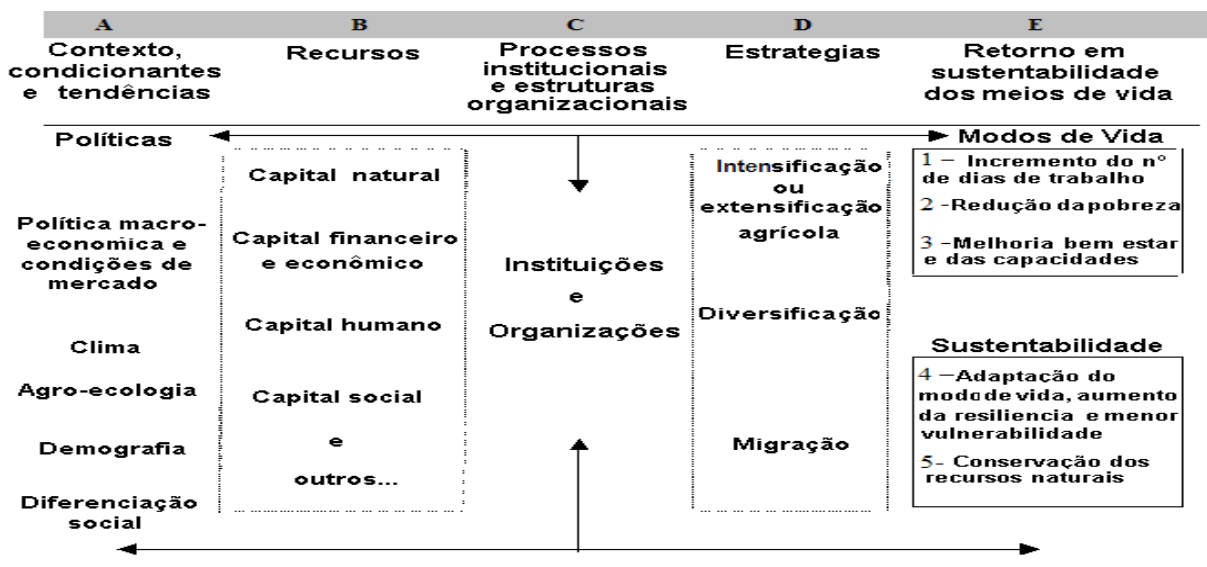
mercados de terra e trabalho; e iii) por incertezas climáticas. No que diz respeito aos *pull factors*, o autor a refere que estão relacionados com a existência de agricultura comercial ou a proximidade dos centros urbanos, que criam oportunidades para a diversificação das fontes de renda (SITOE, 2011:45).

Analisando a situação de Zavala, é, pois, plausível afirmar que a diversificação dos meios de vida pelas famílias locais, é motivada pelos *push factors*, na medida em que, são fundamentalmente os factores relacionados com sistemas financeiros incipientes, restrições no mercado de trabalho e incertezas climáticas que motivam a diversificação.

O diagrama de análise dos meios de vida sustentáveis de vida desenvolvido por Scoones (1998 *apud* PERONDI; SCHNEIDER, 2012:122) ajuda a compreender a interacção que ocorre entre os vários elementos do sistema, e, é aplicado neste trabalho para interpretar o que ocorre na povoação abrangida pelo estudo.

No referido diagrama (abaixo), a coluna “A” refere-se ao contexto, isto é, as condicionantes e tendências económicas (políticas macroeconómicas, condições de mercado); condições naturais (clima agroecologia); e sociais (demografia e diferenciação social).

Diagrama 3 – Esquema interpretativo dos meios de vida sustentáveis.



Fonte: Scoones (1998, p. 4, *apud* PERONDI; SCHNEIDER, 2012:122)

Conforme irá se observar a seguir, o contexto constitui um elemento básico, que pode condicionar positiva ou negativamente o desenvolvimento de determinadas actividades económicas pelas famílias nas zonas rurais.

- As políticas macroeconómicas adoptadas pelo Governo de Moçambique preconizam a promoção do crescimento da produção e o desenvolvimento económico e social acelerado, equilibrado centrado no Distrito. Tal desiderato inclui a transformação da composição, da estrutura social e económica rural, incentivando as actividades agro-silvo-pecuárias e outras praticáveis naquele meio (Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014:109). Portanto, elas favorecem a prática de actividades económicas agrícolas e não agrícolas, incluindo trocas comerciais, migrações, artesanato, pesca, serviços, entre outras.
- As condições naturais do clima e agroecologia, não favorecem uma agricultura de alta produtividade, portanto, constituindo um constrangimento à actividade agro-pecuária, sendo que, o recurso a actividades não agrícolas tem sido a estratégia adoptada para redução dos riscos resultantes das condições naturais adversas.
- As condições sócio demográficas são marcadas por migrações tanto para dentro como para fora do país, principalmente, entre os jovens que buscam nos centros urbanos educação avançada e oportunidades de emprego, sendo este aspecto, parte da pluriactividade.
- Quanto a diferenciação social conforme se fez referência nos capítulos 9 (descrição e caracterização da área do estudo) e 10.1 (acesso e uso da terra), manifesta-se através de desigualdades sociais baseadas no género, principalmente, no acesso a recursos e nos processos de tomada de decisão.

Na coluna “B” estão indicados os recursos, nomeadamente, os capitais natural, económico/financeiro, humano, físico e social. A povoação de Canda dispõe desses capitais que favorecem a prática de diferentes actividades tanto agrícolas quanto não agrícolas.

- No que se refere ao capital natural, a povoação de Canda dispõe de terra, águas lacustres, águas marítimas, recursos pesqueiros de diferentes espécies, etc. Para Valá (2012:81), todos os distritos em Moçambique possuem potencial para a produção de algum bem ou serviço. Zavala, é disso um exemplo.
- No concernente ao capital económico/financeiro, as famílias conseguem através das diversas actividades e fontes de renda obter alguns recursos financeiros, que circulam através das trocas que se estabelecem tanto localmente quanto fora da povoação e do distrito.
- O distrito também dispõe de capital humano em termos de conhecimentos, habilidades, competências e experiências tanto na actividade agropecuárias quanto em outras não agropecuárias.
- O capital físico de que a povoação está dotada, inclui algumas estradas não classificadas, que garantem a ligação entre zonas do interior assim como com a estrada nacional número 1 e a sede do distrito. Dispõe também de infraestruturas habitacionais, estabelecimentos comerciais, bem como os complexos turísticos de Canda.
- O capital social é caracterizado por fortes laços de solidariedade tanto entre membros de cada família, quanto entre diferentes famílias. Segundo Valá (2012:75), existem a nível das comunidades rurais, formas seculares de organização e solidariedade nas comunidades que devem ser capitalizados.

Na coluna “C” estão as instituições Públicas, do Sector Privado as Organizações Sociedade Civil, a Autoridade Tradicional que participam em vários processos da vida das comunidades locais, incluindo o acesso a recursos.

- As instituições públicas prestam serviços sociais, económicos, infraestruturais, e culturais, bem como asseguram o acesso e regulam o uso de recursos pelas comunidades.
- O sector privado por seu turno, através de várias iniciativas, contribui na oferta de oportunidades de trabalho e de geração de renda.

- As organizações da sociedade civil contribuem com várias iniciativas, oferecendo serviços filantrópicos e outros tipos de serviços de apoio social.
- As autoridades tradicionais contribuem com o seu saber e experiência na gestão dos recursos e da vida do dia-a-dia das comunidades.

Na coluna “D” acontece o cruzamento do contexto, dos diferentes recursos e das possibilidades de acesso que resultam nas estratégias de intensificação e extensão da actividade agrícola, o recurso à pluriactividade (incluindo a migração, o artesanato, a construção, o comércio, as diferentes formas de emprego, etc.)

Na coluna “E” observam-se resultados alcançados pelos meios de vida num retorno social, produto da interacção entre os diferentes elementos, nomeadamente: i) O contexto em que as famílias da povoação de Canda estão inseridas; ii) Os recursos disponíveis; iii) O ambiente institucional; e iv) As estratégias empreendidas pelos actores sociais, culminando com:

1. Maior leque de ocupações: – As famílias passam a dispor de um leque maior e diversificado de opções de ocupações através de várias iniciativas públicas, privadas, filantrópicas, etc. De acordo com Valá (2012:86), há uma tendência de as unidades familiares rurais abraçarem novas actividades económicas, não só devido às adversidades que possam afectar a actividades agrícolas, como também pelas oportunidades existentes em actividades não agrícolas.
2. Redução da vulnerabilidade – O ingresso dos membros das famílias em diferentes ocupações, e fontes de renda tanto na agricultura, quanto fora desta, reduz os riscos e a vulnerabilidade que poderia afectar uma ou outra actividade.
3. Melhoria das condições de vida – A diversificação de ocupações e fontes de renda permite as famílias melhorarem a distribuição da renda e elevar os seus padrões de vida. Valá, (Op. cit), observa que, os agregados familiares que diversificam as suas fontes de renda são, com frequência, os menos pobres.
4. Resiliência – Uma vez melhoradas as suas condições de vida, a sua resiliência torna-se acrescida.

5. Segurança dos recursos naturais – Uma vez que as famílias dispõem de oportunidades alternativas de ocupação e de geração de renda, reduz-se a pressão sobre os recursos naturais. As machambas têm mais tempo de pousio para recuperar a fertilidade; os recursos pesqueiros observam períodos de defeso enquanto os indivíduos dedicam-se a outras actividades; as florestas sofrem menos pressão, uma vez que certas habitações não requerem paus para a sua construção.

Para Perondi e Schneider (2012); Siteo, (2011), entre outros autores, a abordagem da “diversificação dos meios de vida” pode representar uma ferramenta para compreensão das motivações, assim como, das implicações socioeconómicas e culturais da pluriactividade nas famílias rurais.

7.2. CONCEITOS

São objecto de definição neste capítulo os conceitos de Espaço Rural; Pluriactividade; Agricultura Familiar e Família.

7.2.1. CONCEITO DE ESPAÇO RURAL

De acordo com a Lei nº. 19/2007 de 18 de Julho, Lei do Ordenamento do Território, espaço rural compreende toda a parte do território nacional exterior aos perímetros dos municípios, cidades, vilas e povoações legalmente instituída. Na divisão territorial e toponímia de Moçambique (1996:22) refere-se que, os espaços rurais são tipicamente aqueles em que se encontra assentada, uma vasta população, sustentada por uma actividade agrícola incipiente e menos produtiva.

Nas ciências sociais, o conceito de espaço rural tem concepções complexas, alimentando, por conseguinte, muitos debates, com alguns autores a considerar como critério de definição a dimensão socioeconómica, outros a dar primazia a factores sócio demográficos e outros ainda que enfatizam factores socioculturais.

Uma abordagem clássica do espaço rural em cujos precursores se destacam Sorokin e Zimmerman elaborou o conceito baseado numa dimensão económica, caracterizando o rural por um determinado tipo de actividade, isto é, a produção de alimentos através da criação de plantas e de animais, estando vinculados a esta noção, todos os outros traços que caracterizariam o rural,

como o contacto directo e constante com a natureza e a realização da própria actividade económica ao ar livre.

Outra característica aliada à abordagem sócio demográfica, toma em consideração o tamanho das comunidades rurais, que seriam relativamente menores, sua população seria cultural e socialmente homogénea, com menores índices de mobilidade social, as interações entre os indivíduos seriam mais directas e concretas devido a restrição do tamanho do grupo, existiria uma pessoalidade nas relações e o rural seria menos complexo (MARQUES, 2002:100).

Baseando-se na confrontação de ideias de diversos autores, Marques, (2002:109) define o espaço rural como:

[...] um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um factor primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa.

Importa referir que, esta será a concepção de espaço rural a ser adoptada ao longo do presente trabalho, incluindo outros aspectos que eventualmente não constem da presente definição.

7.2.2. CONCEITO DE PLURIACTIVIDADE

Trata-se de uma prática secular das famílias rurais onde além de executarem actividades ligadas à exploração agrícola, dedicam-se também a actividades não agrícolas, como o artesanato, a pesca, o fabrico e venda de bebidas, entre outras actividades desenvolvidas dentro ou fora do domicílio familiar.

Baumel e Basso (2004:159), definem pluriactividade como sendo uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, ou mecanismo de ampliação de fontes alternativas de renda. Com um alcance económico, social e cultural através da pluriactividade, as famílias que residem no espaço rural integram-se em outras actividades ocupacionais, além da agricultura.

Schneider, (2009:3), define a pluriactividade como sendo um fenómeno que pressupõem a combinação de duas ou mais actividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção, por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco

e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adopção), que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família.

Segundo o autor, a combinação de actividades agrícolas e não agrícolas, tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do colectivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica, podendo, portanto, adquirir significados diversos e servir para satisfazer projectos colectivos ou como resposta às decisões individuais.

A perspectiva de pluriactividades apresentada por Schneider, na medida em que abarca elementos económicos, sociais e culturais, assentes no poder dos agregados familiares como nos indivíduos, em tomar decisões sobre a diversificação das actividades, será tido em consideração ao longo do desenvolvimento do presente trabalho.

7.2.3. CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

Para Savoldi & Cunha (1970), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento, onde os membros organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que tem para o futuro.

Na óptica de Schmitz & Mota (2006:911), agricultura familiar é aquela que corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. Para os autores, enquanto categoria social, a agricultura familiar distingue-se de outras formas de agricultura (patronal ou empresarial), principalmente pelos seguintes aspectos: i) realiza-se em explorações relativamente pequenas e com níveis relativamente pequenos de produção; ii) é geralmente realizada em propriedade familiar; iii) emprega força de trabalho também familiar; iv) destina-se à satisfação das necessidades da família; v) é geralmente praticada nas zonas rurais; vi) a sua gestão é de domínio colectivo da família.

Esta caracterização da agricultura familiar, coincide em muitos dos seus elementos com o tipo de agricultura praticado na povoação de Canda, local estudado, pelo que, mereceu ao longo do trabalho, maior enfoque.

7.2.4. CONCEITO DE FAMÍLIA

Segundo o artigo 119 da Constituição da República de Moçambique (2004) família é o elemento fundamental e a base de toda a sociedade, sendo responsável pela garantia da educação e do bem-estar dos seus membros.

No termos do artigo 2 da lei nº 10/2004 de 25 de Agosto (Lei da Família) aprovada pela Assembleia da República, família é entendida como sendo a comunidade de membros ligados entre si por laços de parentesco, casamento, afinidade e adopção.

Segundo Fonseca, (2005:54) um laço familiar pode ser definido como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em factos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adopção) ou em actividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo).

Neste sentido, a família significa muito mais do que um núcleo de ascendência e descendência, mais do que laços conjugais e mais ainda do que qualquer descrição que se possa fazer. Família no sentido em que é tratada no contexto do presente trabalho tem a ver com sentimento de pertença e de identidade dos membros, independentemente da sua descendência, desde que para si e para os outros um certo grupo de indivíduos se identifique como família.

7.2.5. CONCEITO DE VULNERABILIDADE

A noção de vulnerabilidade tem sido vista como estando associada a uma situação de susceptibilidade de indivíduos ou de grupos, face a três factores, nomeadamente: i) exposição ao risco; ii) incapacidade de reacção; e iii) dificuldade de adaptação diante das consequências do risco (MOSER, 1998 *apud* ANAZAWA, 2012:29).

A visão contemporânea, porém, procura analisar a vulnerabilidade não como apenas a exposição ao risco”, mas sim como o conjunto das condições que envolvem a capacidade de resposta de indivíduos, famílias e grupos a determinados riscos, a qual, depende fundamentalmente da quantidade e qualidade de recursos (ou activos, também denominados capitais) que cada indivíduo/grupo possui (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2007 *apud* ANAZAWA, 2012:29).

Para Moser, (1998 *apud* Lauchande, 2006), Vulnerabilidade pode ser descrita como a insegurança e sensibilidade no bem-estar dos indivíduos, famílias e comunidades, mediante situações de mudanças ambientais, e, implícito a isto, a sua capacidade de reacção e resiliência ao risco que enfrentam.

Autores como Devereux, (2001); Farrington, (2002); entre outros, defendem que o conceito de Vulnerabilidade é de capital primazia na análise dos meios de vida nas zonas rurais, permitindo compreender tanto as estratégias empreendidas no combate à pobreza, quanto as políticas definidas para o desenvolvimento (LAUCHANDE, 2006:46).

8. METODOLOGIA

Dada a natureza do estudo e os objectivos que o mesmo preconiza, foram aplicadas as abordagens qualitativas combinadas com as abordagens quantitativas de investigação. Esta combinação conferiu uma complementaridade recíproca entre a apresentação dos dados e a explicação dos factos constatados ao longo do estudo.

No entendimento de Gerhardt e Silveira, (2009:32) a pesquisa qualitativa preocupa-se com a descrição e explicação do universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A abordagem quantitativa por seu turno recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis, as percentagens, as frequências, entre outros dados numericamente expressos (GERHARDT E SILVEIRA, 2009:33).

Para as autoras, a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa numa pesquisa, possibilita a recolha de mais informações e permite o maior aprofundamento na análise e explicação do fenómeno do que se poderia conseguir usando uma ou outra isoladamente.

No que se refere ao procedimento metodológico, recorreu-se ao “estudo de caso” que de acordo com Ponte (2006:2) é um procedimento de pesquisa que visa compreender uma entidade bem definida, podendo ser uma organização, uma comunidade, uma disciplina, uma política ou qualquer outra unidade social.

O objectivo deste procedimento é conhecer com alguma profundidade o “como” e os “porquês” dessa entidade, evidenciando a sua identidade e características peculiares, concretamente nos aspectos que interessam ao pesquisador.

A partir de uma amostra de 40 famílias escolhidas em 4 comunidades da povoação de Canda, nomeadamente, Gune, Chitondo, Canda-sede e Zango, foram aplicadas as técnicas de entrevistas e observação nos seguintes moldes:

1. Entrevistas semi-estruturadas com 40 famílias que constituíram amostra do estudo. As entrevistas visavam captar informações sobre aspectos relacionados com a posse e o uso de terra, sobre as culturas e animais mais produzidos no âmbito da actividade agropecuária e seus significados socioculturais; as actividades não agrícolas mais praticadas e sua relevância; bem como sobre as implicações socioeconómicas e culturais da combinação e diversificação de actividades (vide guião de entrevistas, anexo III).
2. Entrevistas semi-estruturadas com 8 indivíduos provenientes das comunidades abrangidas pelo estudo que trabalham como assalariados no complexo turístico Canda 2 e 1 gestor (sul africano) do mesmo complexo. Estas entrevistas visavam compreender as formas de conciliação entre o trabalho agrícola e o não agrícola, a gestão da renda, as implicações da combinação e diversificação de actividades, etc. (vide guião de entrevistas, anexo IV).
3. Entrevistas não estruturadas com 4 grupos focais das comunidades estudadas, onde no de Gune participaram 10 indivíduos de ambos os sexos, no de Chitondo 7, no de Canda-sede 6 e no de Zango também 6 indivíduos. Nos grupos focais de Gune e Zango fizeram parte os respectivos Chefes de Zona e nos de Chitondo e Canda-sede, estiveram presentes os

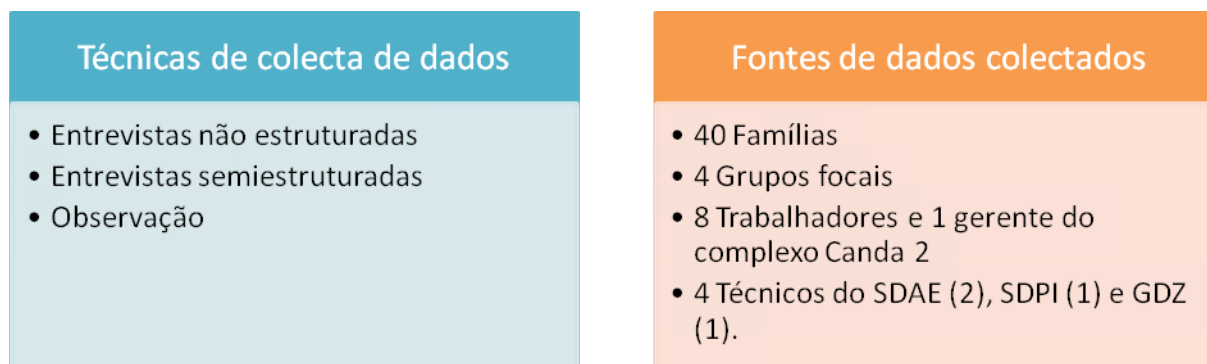
representantes dos Chefes de Zona. Retratos de 2 dos 4 grupos focais encontram-se no anexo VI.

O principal objectivo era de compreender como os participantes interpretam a realidade que conjuntamente vivem, a partir dos seus conhecimentos e experiências partilhadas, relativamente a questão da posse e uso de terra, estruturas e processos de tomadas de decisão, implicações socioeconómicas da pluriactividade, etc. (vide guião de entrevistas, anexo V).

No processo de entrevistas em grupos focais os Chefes de Zona (em Gune e Zango) e representantes dos Chefes de Zona (em Chitondo e Canda-sede) assumiram a chefia dos respectivos grupos e a moderação das intervenções, enquanto o pesquisador ocupou-se de gravar e anotar as informações apresentadas pelos intervenientes.

4. Observação de diversas actividades agrícolas, (sacha, lavoura à tracção animal, colheita de amendoim, de colheita da manga e de coco) e não agrícolas (construção de tanques cisternas construção de casas redondas, actividades artesanais actividades comerciais, actividade pesqueira, fabrico de aguardente). A observação tinha em vista aprofundar a compreensão de aspectos como a gestão de tempo, a alocação da força de trabalho familiar, etc.
5. Entrevistas exploratórias com técnicos dos Serviços Distritais das Actividades Económicas, de Planeamento e Infra-estruturas e do Governo do Distrito de Zavala. Estas entrevistas tiveram lugar durante a fase de elaboração do projecto de pesquisa, concretamente nos meses de Junho e Agosto de 2013 e visavam fazer um levantamento de informações referentes actividades económicas desenvolvidas no distrito, bem como a busca de documentos tais como, planos estratégicos do distrito, planos anuais e relatórios das actividades económicas, plano distrital de uso da terra, entre outros.

Diagrama 4 - Esquema de síntese das técnicas e fontes de colecta de dados



Desenvolvido pelo autor no âmbito da elaboração do projecto de pesquisa (2013)

O diagrama acima sintetiza os principais procedimentos técnico-metodológicos usados na colecta de dados (quadro à esquerda) enquanto no quadro à direita estão arroladas as fontes que forneceram os dados. A combinação de técnicas e a diversificação de fontes de dados, permitiu ao pesquisador, captar os diferentes olhares e perspectivas, sobre o fenómeno estudado.

9. PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS

Com excepção das entrevistas aos técnicos do SDAE, SDPI, e do GDZ e ao gerente do complexo Canda 2, que foram conduzidas em língua portuguesa, todas as outras interacções decorreram em língua *cicopi*, o que impôs ao pesquisador um esforço redobrado, primeiro na tradução dos instrumentos de colecta de dados da língua portuguesa para a língua *cicopi* e depois a tradução dos dados colectados da língua *cicopi* para a língua portuguesa.

Portanto, um dos maiores constrangimentos enfrentados na realização do presente trabalho, tem a ver com a dificuldade na tradução fiel de alguns termos principalmente no sentido português – *cicopi*. “Gestão de renda”, “gestão da força de trabalho” “processos de tomada de decisão” constituem alguns exemplos dos termos cuja tradução do português para *cicopi* tornou-se difícil e somente através de exemplos diversificados conseguiu-se lograr colectar as informações necessárias ao estudo.

Outro constrangimento prendeu-se com dificuldades na obtenção de informações referentes às actividades económicas desenvolvidas no distrito antes de 2006. De acordo com os técnicos afectos ao SDAE, somente a partir daquele ano é que aqueles serviços possuem informação sistematizada e com arquivos organizados.

Era pretensão do pesquisador dispor de dados sobre actividades económicas de um período de pelo menos 15 – 20 anos para permitir uma análise comparativa mais consistente, contudo, apenas dados de 2006 a 2011 estavam disponíveis, sendo que os de 2012 estavam ainda por concluir e os anteriores a 2006 não estavam sistematizados, e, conseqüentemente não foi possível obtê-los.

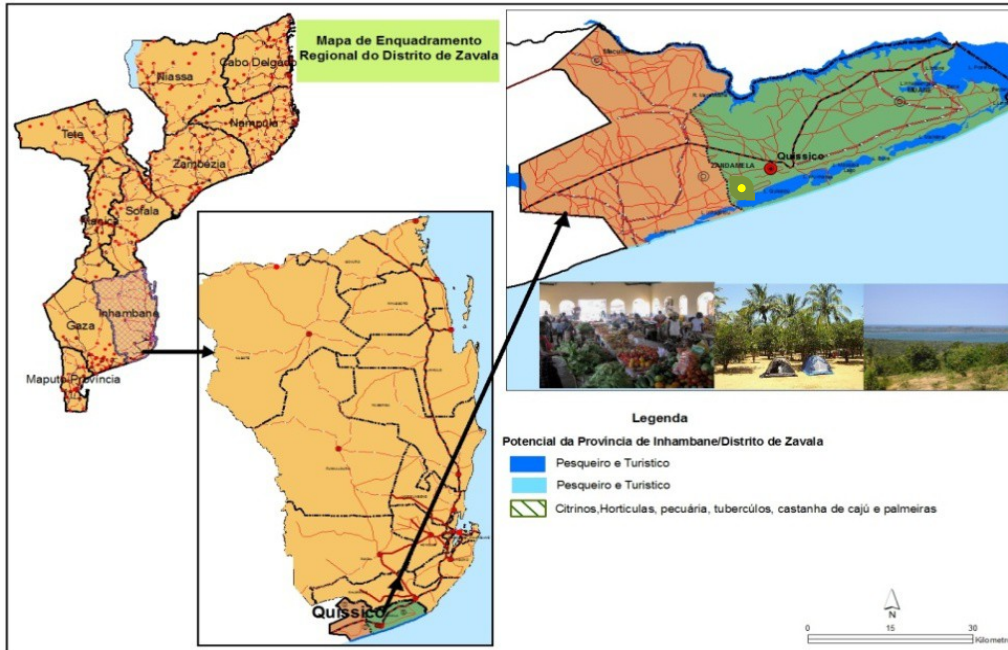
Todavia, os constrangimentos acima mencionados, não tiveram influência negativa sobre os resultados do estudo, contudo, a sua identificação revelou-se de capital importância no sentido de desenhar estratégias adequadas para a sua superação.

Portanto, para superar as dificuldades relacionadas com a tradução, recorreu-se a ilustrações e exemplos, e, relativamente a falta de dados anteriores a 2006 recorreu-se a informações fornecidas oralmente pelos técnicos do GDZ, SDAE e SDPI.

10. DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO

De acordo com o Plano Distrital de Uso de Terra (PDUT 2012:11), o Distrito de Zavala, localiza-se no extremo Sul da Província de Inhambane, fazendo limite a Sudoeste com o Distrito de Manjacaze em Gaza, a Norte com o Distrito de Inharrime, sendo a Este banhado pelo Oceano Índico conforme ilustra o mapa abaixo.

Mapa 1 – Enquadramento Regional do distrito de Zavala. O ponto amarelo indica a zona de Canda e o vermelho a capital distrital, Quissico.



Fonte: PDUT Zavala (2012:11).

Ocupando uma superfície de 2.617Km², o distrito possui, segundo o Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007 uma população de 139.145 (INE 2009) sendo 60.980 Homens e 78.165 Mulheres. A densidade populacional é de 69,19 habitantes por Km².

Conforme ilustra a tabela abaixo, a população do distrito de Zavala é na sua maioria constituída por indivíduos abaixo dos 15 anos, aproximadamente 50% do total, seguindo-se a faixa dos 15 aos 64 anos, com 45,2% (INE:2008).

Tabela 1 – Estatísticas demográficas do distrito de Zavala segundo o censo de 2007

Grupos Etários e Sexo	Distrito	
	Número	%
População Feminina	78,165	56.2
População Masculina	60,980	43.8
Densidade Populacional	69.19	-
Grupos Especiais (total da população)	139,145	100
População total entre 0-14 anos	67,639	48.6
População total entre 15–64 anos	62,863	45.2
População total maior de 65 anos	8,643	6.2
Total	139,145	100

Fonte (INE, 2008:7).

Segundo (PDUT 2012:12), o Distrito está dividido em dois Postos Administrativos (PA's), sendo o de Zandamela, composto pelas Localidades de Zandamela e Maculuva, e o da Sede composto pelas Localidades de Muane e Quissico.

De acordo com o documento supramencionado, o clima do Distrito é predominantemente de tipo Tropical seco, no interior, e húmido a medida que se caminha para a costa, com duas estações, nomeadamente, a quente e chuvosa que vai de Outubro a Março e a fresca e seca de Abril a Setembro.

A zona litoral apresenta temperaturas médias anuais entre 18° e 33°C, com uma precipitação média anual na época chuvosa (Outubro a Março) de 1.500mm, com maior incidência nos meses de Fevereiro e Março, em que chegam a ocorrer inundações em algumas zonas. A zona do interior apresenta uma precipitação anual que varia de 1.000 a 1.200mm, com temperaturas elevadas que provocam escassez de água, nos solos, tornando-se áridos (PDUT 2012:13).

Informação colhida através da entrevista ao técnico do SDPI (2013) indica que a povoação de Canda, local escolhido para estudo de caso, é um dos 21 que compõem a localidade sede do Posto Administrativo de Zandamela. A jurisdição da povoação de Canda por sua vez engloba 12 comunidades, nomeadamente i) Canda-sede; ii) Gune; iii) Chitondo; iv) Mazivela; v) Munguambe; vi) Nhadudima; vii) Chibembe; viii) Matimbe; xix) Fondo; x) Mutote; xi) Nhamahango; e xii) Zango.

Nos termos do artigo 1 da lei nº 19/2007 de 18 de Julho (Lei do Ordenamento do Território) comunidades locais consistem em agrupamentos de famílias ou de indivíduos vivendo numa determinada circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, visando salvaguardar interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas (cultivadas ou em pousio), florestas de importância sociocultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão.

De acordo com os técnicos do SDAE e do SDPI (2013), 5 das comunidades supramencionadas, nomeadamente as Canda-sede, Zango, Chibembe, Mutote e Munguambe, encontram-se localizadas próximo do oceano Índico, enquanto as restantes 7, nomeadamente, Gune, Chitonto, Mazivela, Nhacudima, Matimbe, Fondo e Nhamahango, encontram-se localizadas na zona interior da povoação.

Segundo os critérios de organização territorial aprovados em 2012 pela AR, a área mais baixa da divisão territorial, a povoação, abrange entre 100 e 700 quilómetros quadrados, com uma população de entre 100 a três mil habitantes. Não foi possível obter dados concretos sobre a superfície territorial da povoação de Canda, mas alguns dos entrevistados estimam que a mesma tenha uma extensão de cerca de 25-30km no sentido oeste – este e cerca de 12-15km no sentido sul – norte.

Dada a relativa vastidão do território da povoação estudada, procedeu-se a escolha de 4 comunidades, sendo 2 localizadas na parte costeira, nomeadamente, Canda-sede e Zango, e 2 localizadas no interior, nomeadamente, Gune e Chitondo. Todas as 4 comunidades encontram-se localizadas umas próximas das outras e foi nelas onde o estudo ocorreu.

Os habitantes da zona abrangida pelo estudo são falantes do *cicopi*, uma língua que abrange as populações da parte norte do distrito de Manjacaze, na província de Gaza, e os ditritos de Zavala e Inharrime, na província de Inhambane.

No que diz respeito ao processo governação, nos níveis de Distrito, Posto Administrativo e Localidade são observados os critérios prescritos na Lei nº 8/2003 de 19 de Maio que estabelece critérios competências e funcionamento do Órgãos Locais do Estado.

Nos termos do artigo 12 da lei supramencionada, o distrito, enquanto principal unidade territorial de organização e funcionamento da Administração Local do Estado e base da planificação do

desenvolvimento económico, social e cultural, é dirigido pelo respectivo Administrador distrital, sendo apoiado por um Secretário Permanente distrital e os Directores dos serviços distritais.

A mesma lei estabelece no artigo 13 que o Posto Administrativo enquanto unidade territorial imediatamente inferior ao distrito e garante da aproximação dos serviços do Estado e a participação dos cidadãos é dirigido pelo respectivo Chefe do Posto apoiado por uma secretaria do Posto.

No artigo 14 a lei aponta a Localidade como sendo a circunscrição territorial de contacto permanente dos Órgãos Locais de Estado com as comunidades e respectivas autoridades, sendo dirigido pelo respectivo Chefe de Localidade, apoiado por uma secretaria de localidade.

Nas circunscrições territoriais abaixo da de localidade, a actividade governativa é implementada através das respectivas autoridades comunitárias em conformidade com o Decreto nº 15/2000 de 20 de Junho que estabelece as formas de articulação entre os Órgãos Locais do Estado e as Autoridades Comunitárias.

Segundo o nº 1 do artigo 1 do Diploma Ministerial nº 107-A/2000 de 25 de Agosto, que regulamenta o decreto supramencionado, autoridades comunitárias são as pessoas que exercem alguma forma de autoridade sobre uma determinada comunidade ou grupo social, tais como chefes tradicionais, secretários de bairros ou aldeia e outros líderes legitimados como tais pelas respectivas comunidades ou grupos sociais.

Na povoação de Canda as autoridades comunitárias legitimamente reconhecidas pelas respectivas comunidades incluem um chefe tradicional, também chamado localmente por régulo, cujo território de jurisdição é a povoação. Abaixo daquele encontram-se os chefes de zona, cuja jurisdição abrange cada uma das diferentes comunidades que compõem a povoação e no último escalão encontram-se os *nganakanas* cuja jurisdição abrange cada um dos agrupamentos de famílias que compõem as comunidades.

Note-se que as designações supracitadas não constam do decreto nº 15/2000 nem do respectivo regulamento (Diploma Ministerial 107/2000), mas os documentos elaborados a nível do distrito fazem menção àquelas designações.

As designações recorrentemente usadas pelos actores locais abrangidos pelo estudo apontam como legítima autoridade tradicional, as figuras de régulo, chefe de zona e *nganakanas* que coincidem com os termos usados no tempo colonial, temporariamente abandonados após a independência ao se instituírem os Grupos Dinamizadores e recentemente retomados com a aprovação do decreto nº 15/2000 de 20 de Junho.

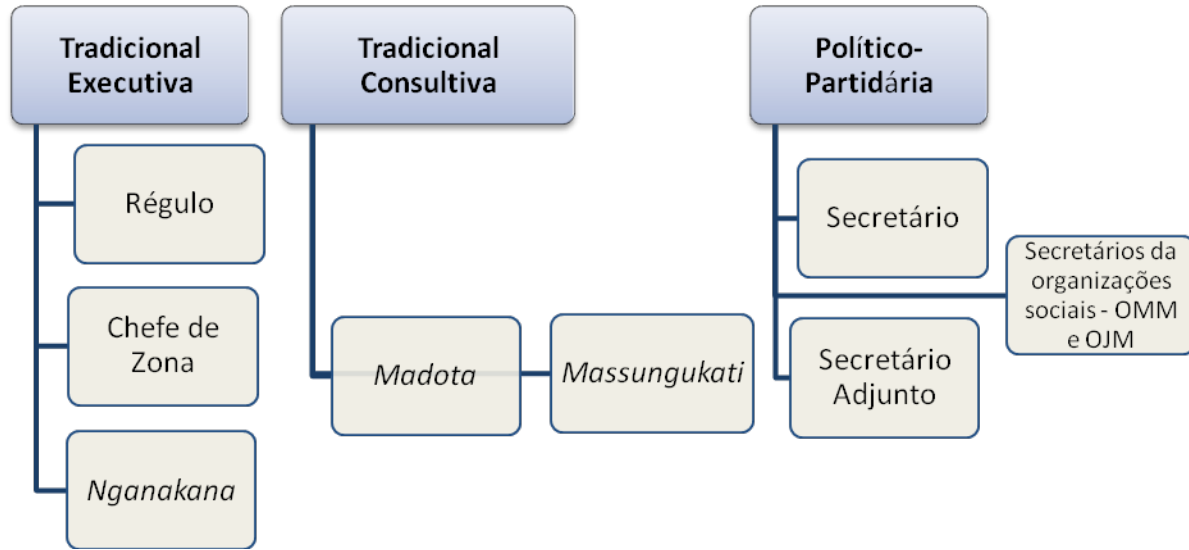
Estes têm a autoridade em assuntos de interesse das comunidades, tais como, o acesso a recursos naturais, à terra, bem como na resolução de conflitos que afectam as comunidades. Em determinados casos, por exemplo, nos conflitos conjugais, os líderes religiosos desempenham um papel de relevo na busca de solução, e, nos casos em que, os conflitos envolvem doenças ou mortes, em decorrência de acusações de feitiçaria, os curandeiros são chamados a intervir no respectivo esclarecimento.

De acordo com Amélia Possi (2013), da comunidade de Gune, os *Madota* (anciãos) e as *Massungukati* (anciãs)², também participam através do seu saber e autoridade, sendo em muitos casos consultados nos processos de tomada de decisões importantes da vida das comunidades.

Para Salomão Américo, Secretário do comité de zona do partido FRELIMO, na comunidade de Chitondo, são igualmente reconhecidos como autoridade ao nível da comunidade, os Secretários e Secretários adjuntos dos comités do partido FRELIMO ao nível de localidade, de povoação e de comunidade, bem com os Secretários das Organizações Sociais do partido (OMM e OJM), cujo papel inclui, a mobilização das populações para a participação em actos políticos, tais como, mobilização para participação nos pleitos eleitorais e nas visitas de governantes e técnicos dos serviços distritais, provinciais e centrais.

² *Madota e Massungukati* (anciãos e anciãs) são termos usados nas comunidades abrangidas pelo estudado para designar indivíduos mais velhos e/ou de prestígio que têm sido solicitados a prestar apoio através de saber e experiência em diferentes assuntos da vida das comunidades, tais como conflitos de terra, celebração de rituais, e tudo quanto diga respeito à tradição e aos usos e costumes.

Diagrama 5 – Estrutura de autoridade comunitária nos níveis da povoação e comunidades de Canda.



Elaborado pelo autor em resultado do trabalho de campo (Novembro e Dezembro de 2013).

O diagrama acima apresenta as diferentes formas de autoridade no seio da povoação, onde a esquerda estão indicadas as três figuras legitimadas pelas próprias comunidades, segundo normas e práticas costumeiras, onde a ocupação do trono, segue critérios hierárquicos dentro de e entre linhagens reconhecidas, como sendo dotadas de direito para o efeito.

No meio é apresentado o que se designa neste trabalho como estrutura de consulta, principalmente, em questões que apelam aos usos e costumes locais, pois, é o órgão que congrega pessoas de reconhecida experiência e prestígio, independentemente da sua linhagem de origem.

A autoridade comunitária na povoação de Canda coincide com a descrita por Ribeiro (1998:26), para quem, a autoridade na tribo “changana” é exercida pelo régulo, que é a autoridade máxima, sucedendo-lhe no trono, o filho mais velho, num sistema patriarcal. É assistido por um conselho, constituído, pelos anciãos da tribo e pelos chefes das zonas e das sub-zonas

À direita estão indicados os postos político partidários, onde se observa uma relação de subordinação dos adjuntos em relação aos secretários nos diferentes níveis territoriais, mas, não para com os Secretários das organizações sociais que funcionam com base de apoio, na mobilização das camadas Juvenis e das mulheres para adesão aos diferentes processos socio políticos.

Olhando para a composição das diferentes estruturas de participação comunitária no processo governativo, depreende-se que, o papel da mulher limita-se a funções de carácter consultivo e de mobilização, sendo que, as de carácter decisório são na sua maioria, detidas por indivíduos do sexo masculino.

Os Régulos, os Chefes de Zona e os *Nganakanas*, são cargos exclusivamente reservados a homens, e, é nestas figuras, a quem recai o maior poder de decisão sobre as questões mais importantes da comunidade. Refira-se que, o critério de ocupação do trono e legitimação é baseado nas práticas costumeiras, segundo a sequência definida por linhagem, sendo os homens dotados desse direito de suceder no trono o seu ascendente, em caso de morte ou perda de capacidade para exercer as funções.

A nível dos anciãos, por exemplo, onde participam indivíduos de ambos os sexos, nomeadamente, os *Madota* e as *Massungukati*, as últimas têm desempenhado um papel fundamental, apenas, como conselheiras, mas, sem poder de decidir nas grandes questões, enquanto os *Madoda*, para além de aconselhar, podem também decidir.

Segundo Fernandes (1996:77), os traços essenciais do sistema patriarcal são: a crença na existência de laços consanguíneos, definidos através de um antepassado comum, mítico ou real; a vigência de critérios de transmissão hereditária da posição de “chefe” ou de “senhor” em linha masculina, com preferência ao primogénito da esposa legal ou de uma das esposas legais; ao exercício do poder senhorial através de normas estabelecidas pela tradição.

No que se refere à vertente político - partidária, nota-se, a participação de indivíduos de ambos os sexos, nos cargos de Secretários e Secretários adjuntos aos diferentes níveis, mas, são as mulheres que, aparecem em maior número nas reuniões, mobilizando as pessoas para aderirem ao trabalho comunitário, às vacinas, aos processos eleitorais, bem como às visitas de governantes e de técnicos dos serviços distritais, provinciais e centrais às comunidades.

Portanto, embora prevaleçam algumas desigualdades no acesso às estruturas de autoridade tradicional, nas de índole político-partidário, o ingresso e o papel das mulheres faz-se presente com alguma notoriedade.

11. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo reserva-se à apresentação e análise dos resultados do trabalho de campo, realizado entre os dias 25 de Novembro e 15 de Dezembro de 2013, o qual conforme se fez referência no capítulo da metodologia, consistiu, em entrevistas efectuadas a 40 famílias, 4 grupos focais, 8 trabalhadores e 1 gestor do complexo Canda 2 e a 4 técnicos do GDZ, SDAE e SDPI, bem como da observação do pesquisador

11.1. ACESSO E USO DE TERRA

Segundo normas e práticas costumeiras das comunidades abrangidas pelo estudo, o acesso à terra é assegurado por um processo de sucessão, geração em geração, dentro da mesma descendência, por via de casamento e por empréstimo.

As normas e práticas costumeiras referidas, estabelecem que, os indivíduos do sexo masculino estão dotados do direito de herdar a terra que pertencera aos seus ascendentes, cabendo, também a estes, o poder de decidir sobre as porções a atribuir às irmãs e/ou primas, que permanecem na família de nascença e/ou aquelas que, porventura, regessem do lar em decorrência de divórcio, separação ou outras circunstâncias em que as mulheres necessitem de terra.

Uma outra modalidade de acesso à terra é por via de empréstimo, onde um indivíduo ou uma família cede, por entendimento mútuo com um outro indivíduo ou família, uma porção de terra para exploração, durante um período que vai até 5 anos, podendo, tal acordo ser ou não renovável. Nos termos desta modalidade, não é permitido ao utente, o plantio de árvores de fruta, sendo apenas lhe permitido fazer culturas de ciclo produtivo curto, para evitar conflitos no futuro.

Quanto aos indivíduos do sexo feminino, adquirem o direito de explorar a terra, contudo, sem qualquer poder sobre a mesma, nos seguintes moldes: i) quando lhe é alocada parte da terra da família de nascença, podendo ser pelo próprio pai ou pelo seu irmão, primo ou tio; ii) por via de casamento, na propriedade alocada ao marido pelos pais deste; iii) quando emprestada por acordo estabelecido entre a pessoa interessada, com uma outra família que detém uma porção, que se predispõe a ceder para exploração por outrém, nos termos referidos no parágrafo acima.

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, quando um filho homem cresce e casa-se, os pais devem ceder parte da sua terra, para que este possa construir a sua habitação, fazer a sua machamba e plantar as suas árvores, de modo a sustentar e manter a sua família. ... *Quando a mulher cresce, casa-se com alguém, cabe à família onde se casou, criar condições de acesso à terra para o seu filho e sua nora*, disse Luís Joni, (26-11-2013) da comunidade de Gune.

De acordo com Iop (2009:242), o sistema patriarcal baseado na dominação masculina, vem, desde os tempos remotos, e a esse propósito, a autora dá exemplo do que se passou na Grécia antiga, onde:

[...] o filho homem, ao nascer, era apresentado ao Deus doméstico, em seguida, ao Deus da cidade, à filha mulher era concedida apenas a possibilidade de sobrevivência numa sociedade que estava solidificando os germes da desigualdade de género. Em Atenas, a mulher não passava de parideira, sua função era apenas procriar [...].

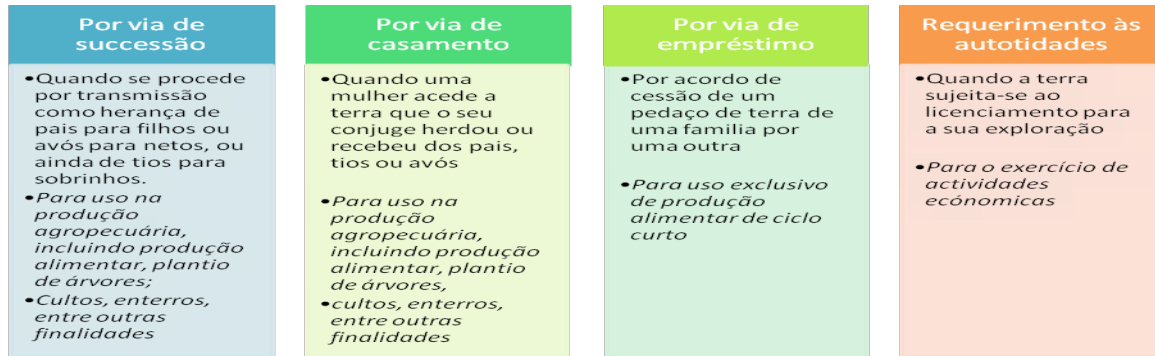
Segundo mostra a autora, essas desigualdades perduraram pelos séculos, atravessando toda a Idade Média e Idade Moderna, vindo-se fazer presente ainda na sociedade contemporânea, embora variem de grau, a verdade é que elas continuam a se fazer sentir (IOP Op. cit).

Em termos gerais, o acesso à terra nas comunidades de Gune, Chitondo, Canda-sede e Zango, ocorre, através de ocupação por pessoas singulares ou pelas comunidades, segundo normas e práticas costumeiras, e, ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa-fé, estejam a utilizar a terra conforme estabelecido respectivamente nas alíneas a) e b) do artigo 12 da Lei nº 19/97 de 1 de Outubro (Lei de Terras).

Porém, as zonas de protecção total e parcial, não podendo serem adquiridos os direitos de uso e aproveitamento por ocupação, apenas, estão sujeitas à emissão de licenças especiais para o exercício de determinadas actividades, e, este é o caso das terras onde estão erguidos os complexos turísticos Canda1 e Canda 2, dada a sua localização na faixa da orla marítima.

O diagrama abaixo, desenvolvido pelo autor, resume algumas modalidades de acesso à terra nas comunidades abrangidas pelo estudo, bem como os principais fins a que a terra é destinada em cada uma das modalidades.

Diagrama 6 Modos de acesso e uso de terra na povoação de Canda.



Elaborado pelo autor em resultado do trabalho de Campo (Novembro e Dezembro de 2013)

Os fins para os quais as comunidades usam a terra são diversos, sendo de destacar, a construção de habitações, produção de alimentos, plantio de árvores, pastagem de gado, cultos, adoração e enterro de ente queridos. Neste sentido, a terra constitui para as comunidades locais, um meio que garante a segurança e a reprodução social.

Segundo Leonel Luís (26-11-2013), da comunidade de Gune, tudo o que há na terra é precível, mas, a terra em si, não. “...eu por exemplo, apesar de dedicar-me ao negócio de venda de roupa, não me abduco da machamba, porque ela dá-me de comer e quando eu morrer os meus filhos continuarão a usá-la como meio para sua subsistência.

Esta posição é corroborada por vários outros entrevistados que, apesar dos baixos níveis de produção observados nos últimos 10-20 anos, defendem que, é importante explorar a terra, porque ela serve de *retaguarda segura*, principalmente, quando se perde capacidade de desempenhar outros tipos de actividade, a machamba é o último recurso para se alimentar e também alimentar a família.

Neste sentido, depreende-se que, a terra tem para as comunidades locais (tal como acontece em muitas outras) um significado multidimensional, nomeadamente, i) a dimensão económica, no sentido de que, é nela onde ocorrem as diferentes actividades de produção de bens e de geração de renda; ii) a dimensão social, na medida em que nela se erguem as habitações das famílias; iii) a dimensão simbólica, na medida em que, é nela onde as comunidades realizam seus cultos bem como os enterros de seus entes queridos; e iv) a dimensão de segurança social, na medida em que, ela oferece recursos para sobrevivência dos indivíduos e das famílias.

Esta constatação é consentânea com a de Farré (2012:14), ao referir no estudo que, o autor efectuou em Massinga, província de Inhambane [...] *que é na terra onde se situa a campã dos pais, a igreja onde se realizã os cultos, a árvore onde fazer as cerimónias que vão garantir a saúde da família [...]*

Observou-se também que, o acesso à terra nas comunidades de Canda, tem sido caracterizado por desigualdades sociais de género, no que diz respeito ao acesso, reflectindo os valores sociais patriarcais, os quais apregoam a supremacia dos homens em relação às mulheres nas relações sociais.

11.2. USO DA TERRA PARA CULTURAS ALIMENTARES

Nesta secção, procura-se dar conta do uso da terra para fins de produção alimentar, discutindo entre outros aspectos, a maneira como ela é feita, que culturas são consideradas significativas, como têm sido as colheitas e o que tem sido feito com os excedentes.

Segundo os entrevistados, as culturas alimentares são feitas em machambas familiares que, geralmente, se situam junto à residência familiar e/ou em outras localizadas em distâncias que, podem variar entre 2, 3, 4, 5 km ou mais da residência familiar.

A prática da agricultura para produção de alimentos é feita com recurso a enxada de cabo curto, mas, para a lavoura de porções relativamente extensas, recorre-se à contratação de força de trabalho extra familiar (*kudimissa sidimela*)³ e/ou serviços de tracção animal (*kudimissa ngu diguejo*)⁴. Em qualquer dos casos, o pagamento pode ser feito em dinheiro ou em espécie, podendo ser roupa, açúcar, sabão, material escolar, bebidas alcoólicas de fabrico caseiro (*sidimela*)⁵, dependendo do acordo estabelecido.

Conforme ilustra a figura abaixo, a produção alimentar, é, geralmente, realizada em regime de consociação de culturas, incluindo a mandioca, o amendoim, o milho, o feijão *nhemba*, hortaliças, entre outras.

³ Consiste em disponibilizar dinheiro ou artigos em troca de trabalho na machamba, usando força de trabalho extra familiar.

⁴ Processo de cultivo com charrua, usando a tracção animal, no caso concreto, um par de bovinos.

⁵ Refere-se aos artigos disponibilizados para aquisição através de trabalho na machamba de quem os detém.

O processo produtivo é fortemente dependente de factores naturais como, o clima, os solos, as pragas, etc., o que afecta negativamente a produção das culturas alimentares.

Figura 1. Machamba de produção alimentar em consociação de mandioca, milho, amendoim, etc.



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Segundo Mosca (2010); Uaiene (2011); Mucavele, (2011); Valá (2012), entre os factores que constroem a actividade agrária, destacam-se, a incidência de pragas, doenças, e ervas daninhas, fraca fertilidade dos solos, secas, debilidade das instituições, etc.

Segundo os entrevistados, entre as culturas alimentares produzidas pelas famílias nas comunidades locais, a mandioca é vista como sendo de maior importância, na medida em que, a mesma é usada como suplemento alimentar com múltiplas formas de preparação.

Com efeito, mesmo antes da maturação da mandioca, as folhas são colhidas e usadas como alimento, a *matapa*⁶. A mandioca pode ser consumida crua, assada, bem como cozida e preparada de diferentes formas, nomeadamente como um acompanhante do chá (em substituição do pão), pode também ser usada na preparação da *chiguinha*⁷.

A importância da mandioca para os entrevistados, decorre, ainda do facto de, ser tolerante a muitos factores como, a falta de chuva e o ataque de pragas, além de que, o seu plantio e maturação não ocorrem em uma época específica, sendo muitas vezes substituídas as plantas à medida que se colhem os tubérculos.

⁶ Nome pelo qual são designadas as folhas da mandiocueira, principalmente na zona sul de Moçambique. Geralmente são colhidas frescas, piladas e depois cozidas (simples ou sob forma da *chiguinha*).

⁷ Comida feita a partir da cozedura da mandioca combinada com folhas de *nkacana*, feijão *nhemba*, *matapa*, folhas de abóbora, etc. Trata-se de um prato base da dieta alimentar nas famílias rurais principalmente na zona sul de Moçambique.

A *nkakana*, uma planta que germina e cresce mesmo com extrema escassez de chuva, que se desenvolve em qualquer estação do ano, sem depender necessariamente da acção humana, foi apontada pelos entrevistados como sendo de extrema importância, por um lado, como recurso alimentar, e por outro lado, como recurso medicinal, usado na cura de algumas enfermidades.

O feijão *nhemba*, também figura na lista das culturas, apontadas, como sendo mais importantes, e, isto decorre do facto de que, as suas folhas podem ser colhidas e confeccionadas como alimento, a medida que se espera pela produção do próprio feijão que, por seu turno, pode ser colhido e confeccionado tanto fresco assim como seco.

Relativamente às colheitas, os entrevistados referem que, as mesmas têm a tendência a declinar em quase todas as culturas, sobretudo as culturas de amendoim e de milho, por serem muito vulneráveis a ataques de pragas. Isto faz com que, por vezes não se consiga obter sementes em quantidades capazes de cobrir as necessidades de sementeira nas épocas subsequentes.

Felisberto Sorote (27-11-2013), da comunidade de Gune contou que, no passado, apenas, num *lingwava*⁸ era possível colher até 5-6 sacos de amendoim, 3-4 de milho e a mandioca podia ir até 20 ou mais sacos.

Segundo a fonte, nos dias que correm, por vezes não se consegue obter sequer um saco de amendoim, e, muito menos de milho, de tal modo que, na época seguinte parte da semente vem da loja e não das colheitas das safras anteriores.

Apesar das colheitas tidas como fracas, em quase todas as culturas alimentares, as famílias das comunidades de Canda persistem época após época nas culturas supramencionadas, motivadas pela crença de poderem ter melhores colheitas no futuro, tal como aconteceu no passado.

Mas não é apenas pela crença na obtenção de boas colheitas. Outras questões como a reprodução e a segurança social reforçam a necessidade de manter a agricultura como uma das ocupações dos membros das famílias, mesmo nos casos em que não é a principal fonte de renda familiar.

⁸ *Lingwava* (singular) ou *Tningwava* (plural) refere-se à(s) parcela(s) que as famílias fazem dentro de uma mesma machamba para definir os limites entre a(s) áreas(s) a ser(em) explorada(s) e outra(s) para pousio ou ainda para separação de épocas de limpeza e sementeira (Op. cit).

Figura 2 Colheita de amendoim em duas machambas familiares na comunidade de Gune



Arquivo do autor (2013)

Na figura acima, estão retratadas duas situações constatadas na comunidade de Gune, à esquerda, um homem procede à colheita de amendoim na sua machamba e à direita uma mulher e um grupo de crianças procedem também à colheita de amendoim na sua machamba.

Portanto, as colheitas, tanto podem envolver a força de trabalho masculina quanto a feminina, bem como a infantil. Contudo, as colheitas destinadas à preparação imediata dos alimentos, tais como, a mandioca, a *matapa*, a *nkakana*, as folhas da abóbora, as folhas do feijão *nhemba*, etc. é feita pelas mulheres e/ou crianças do sexo feminino para a preparação de alimentos após a sessão de trabalho na machamba.

11.3. USO DA TERRA PARA CULTURAS DE RENDIMENTO

Na presente secção, pretende-se reflectir sobre o uso da terra como meio de produção de culturas de rendimento, o modo como tal produção é feita pelas comunidades, bem como a comercialização e rendimentos obtidos.

Segundo dados colhidos através de entrevistas, consubstanciados com os da observação do pesquisador, não existe ao nível das comunidades abrangidas pelo estudo, uma separação de espaços destinados a culturas alimentares, dos destinados a rendimento. Quer, porque o plantio das árvores que asseguram a obtenção de alguma renda através da venda da fruta e/ou de seus derivados, ocorre em consociação com as culturas alimentares discutidas na secção anterior, quer ainda, porque essa fruta e/ou derivados, além de serem vendidos para a obtenção de renda, constituem também parte da dieta alimentar das famílias.

Culturas como a mandioca, amendoim, milho, feijão *nhemba*, folhas de abóbora, couve e alface, embora possam ser vendidas, não foram mencionadas como culturas de rendimento, em virtude delas constituírem a base da dieta alimentar, e, somente comercializados, quando houver excedentes, o que de acordo com os entrevistados não tem acontecido pelo menos nos últimos 10 anos.

Tanto em entrevistas individuais, quanto nas entrevistas em grupos focais, há uma tendência de se considerar o coqueiro como sendo a árvore que mais contribui na obtenção de renda para as famílias da povoação de Canda. Este sentimento deve-se, fundamentalmente, ao facto de gerar frutos não apenas em uma época específica, pelo que, o seu consumo e venda ocorrem, em quase todo o ano.

Além disso, partes desta árvore podem ser aproveitadas para diferentes fins, como a produção da madeira a partir do tronco, a construção de paredes e telhados de palhotas e respectiva cobertura a partir das folhas.

[...] Aqui na zona a planta que nos ajuda muito é o coqueiro, a partir do tronco podemos vender aos carpinteiros para fazerem madeiras e barrotes para diversos fins. As folhas são usadas para fazer cobertura das palhotas. A fruta (produzida ao longo de todo o ano) usámo-la para temperar os alimentos. O excedente é vendido a outras famílias ou aos comerciantes. A casca é usada como combustível, como estrume, etc.
[...] Silvestre Thaula (12-12 2013), da comunidade se Zango.

A afirmação do entrevistado supracitado é consentânea com a de muitos outros, tanto individualmente quanto em grupos focais, onde a tónica geral é *...m'pawu ni dikhhongu sona siaya siku ni lissima kawutomi ditikoni muwa... Utxigwata txipawana u rala dikhokho ngukon aumanako kureleka ditsiku'do....* “...A mandioca e o coco são a base da nossa dieta alimentar aqui na nossa zona... Se arrancar alguma mandioca e ralar um coco, tem refeição garantida nesse dia...” (GRUPO FOCAL DE CHITONDO 02-12-13).

Note-se que o coco é tanto referido como cultura alimentar, quanto de rendimento, pois as famílias usam-no com bastante frequência para temperar a comida, constituindo a base da dieta alimentar, mas também vendem-no a outras famílias provenientes de zonas com menor potencial de desenvolvimento do coqueiro, e aos comerciantes diversos.

Figura 3 – À esquerda plantação de coqueiros e à direita um amontoado de cascas de coco para uso como estrume, combustível entre outras finalidades.



Fonte: Arquivo do autor (2013)

No retrato acima à esquerda vê-se uma plantação de coqueiros, (todas as famílias abrangidas pelo estudo possuem nas suas machambas coqueiros, sendo algumas em maior escala e outras em quantidades relativamente menores). À direita vê-se um amontoado de cascas de coco, usada como combustível na destilação de aguardentes caseiras, na preparação de alimentos diversos, etc.

Outra cultura considerada importante para as famílias na povoação, é o grupo de citrinos, com destaque para a laranja e a tangerina, cuja maturação ocorre principalmente entre os meses de Maio e Julho.

Estes citrinos, geralmente, são vendidos frescos, no início da época, a indivíduos localmente designados por “*Vagweva*” (grossistas)⁹, que se deslocam à zona para comprar em grandes quantidades, transportar e revender nas vilas e cidades dentro do país.

Além de vendidas, a laranja e a tangerina são consumidas pelas próprias famílias, contudo, há também uma parte que remanesce, geralmente, em grandes quantidades e que é descascada, e, através de um processo de destilação é transformada em bebida alcoólica, localmente designada “*sope*” (aguardente), que após o fabrico é armazenada e posteriormente trocada em espécie, em trabalho, mas também em dinheiro.

A transformação da fruta em bebidas alcoólicas é uma prática antiga, nas comunidades de Canda, e, não ocorre, apenas, com os citrinos. Outras frutas como jambolão, caju, manga, entre outras,

⁹ Compradores de diferentes produtos, geralmente em grandes quantidades, para revenda nos centros urbanos.

são frequentemente usados na fabricação da aguardente, sendo esta, uma estratégia para evitar a perda de grandes quantidades da fruta que remanescem do consumo e da venda.

De acordo com Schneider (2003:172), as estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, económicos, e, até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares rurais. Segundo o autor, embora, as estratégias sejam conscientes e racionais, essa consciência é mediada por uma racionalidade informada pela realidade, expressando as relações materiais presentes, como também daquelas herdadas de seu passado e transmitidas de geração em geração.

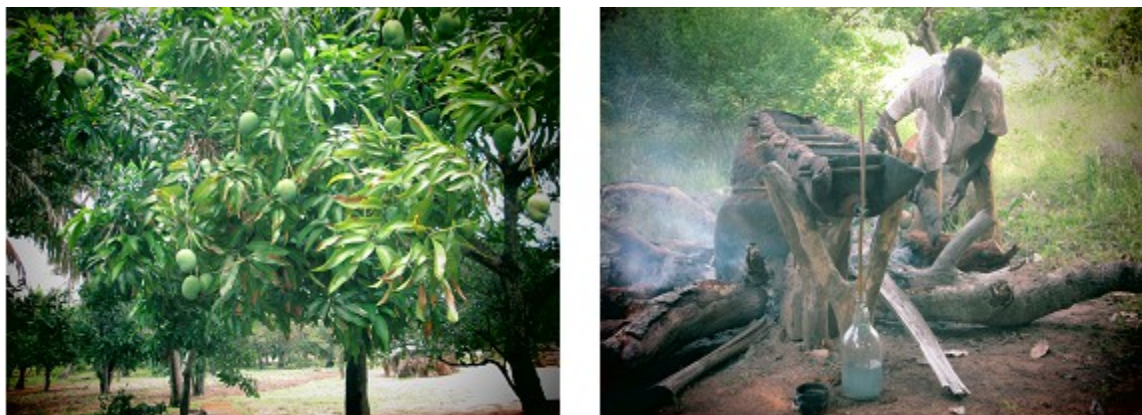
Portanto, o fabrico das bebidas alcoólicas através da destilação não é uma estratégia casual. Ela surge como resultado da acção humana face às contingências do risco da perda da fruta, sendo que, a prática daquela estratégia é baseada num referencial de experiências sociais, culturais e económicas, tanto do presente como do passado.

Uma vez que a produção de aguardente é um processo que compreende diferentes etapas, observa-se ao longo dessas etapas, a ocorrência de divisão de trabalho por sexo e por idade. As mulheres e crianças participam, basicamente na recolha, transporte e processamento da fruta, bem como no transporte de lenha. Os homens, geralmente, participam no corte de lenha e no fabrico dos utensílios usados na destilação.

A cozedura por seu turno, envolve, não só as mulheres, como também os homens, enquanto as crianças se ocupam de outras actividades, devido a intensidade do fogo usado no processo que pode representar perigo àquelas.

Os processos de armazenamento, venda e gestão da renda obtida, a partir das frutas e de aguardente são, geralmente, da responsabilidade das mulheres, assim como, em relação às sementes da mafurra. A renda é normalmente usada na compra de artigos como vestuário, material escolar, material de higiene, pagamento de serviços realizados na machamba, etc.

Figura 4 – Mangueiras em época de maturação e processo de destilação de aguardente de manga



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Na figura vê-se à esquerda uma mangueira com fruta, sendo que, a fruta madura é consumida e outra transformada em aguardente, enquanto, a verde, além de ser consumida, é vendida fresca para “*vagweva*”. À direita vê-se um homem gerindo o processo de destilação de aguardente, neste caso de manga¹⁰.

A tabela 2 apresenta alguns dados referentes à venda de aguardente, observando-se que, a de citrinos é relativamente mais cara e vendida em maior quantidade, em virtude da sua qualidade ser considerada melhor.

Tabela 2 – Tipos de aguardente fabricada, quantidades médias vendidas e rendimentos médios.

Espécie	Unidade	Quantidade média/ano	Preço unitário	Renda média/ano ¹¹
Aguardente de Laranja/tangerina	1L	210	50,00	10.000,00MT
	1,5L	140	75,00	
	2,5L	84	120,00	
	5L	42	200,00	
Aguardente de manga e Jambolão	1L	150	40,00	6.000,00MT
	1,5L	100	60,00	
	2,5L	60	100,00	
	5L	30	150,00	

Elaborada pelo autor em resultado dos dados recolhidos no trabalho de campo (Novembro a Dezembro de 2013)

A mafurra consta, também, como sendo uma cultura de muita importância tanto para suplementação alimentar como da geração de renda para as famílias da povoação de Canda. De

¹⁰ O trabalho de campo decorreu na época de maturação da manga e parte da fruta era transformada em “*sope*”.

¹¹ A renda média representa o valor médio anual rendido por família, por cada tipo de produto.

acordo com os entrevistados, além de ser consumida, a mafurra é usada para a produção do *txibehe*¹², usado como recurso alimentar ao longo do ano ou para além de um ano.

Da mafurra extrai-se também o *m'tona*,¹³ (azeite de mafurra), que é frequentemente usado pelas famílias, para adicionar às carnes, mariscos, mandioca, entre outros alimentos, a fim de lhes conferir aroma e sabor típicos do *m'tona*, que é muito apreciado entre as famílias da povoação. Quando obtido em quantidades consideráveis, além de consumido, pode ser trocado em dinheiro, em espécie ou em trabalho na machamba.

A semente que sobra, após a extracção do *txibehe*, é posta a secar e posteriormente vendida, principalmente, aos comerciantes, que armazenam grandes quantidades e vendem-na às indústrias de produção de sabão. Quanto à planta, além de fornecer sombra e lenha, a mafurreira tem sido a árvore onde, preferencialmente (mas não exclusivamente), as famílias realizam as cerimónias do *kuphalha*¹⁴.

As palavras que se seguem são de Lourenço Luís (2013), da comunidade de Canda-sede, descrevendo os múltiplos usos da mafurra. [...] *a mafurra ajuda-nos muito, porque, além de consumirmos a mafurra em si, cozemos txibehe, que podemos comer ao longo do ano, principalmente, quando temos falta de verduras nas machambas por conta da falta de chuva* [...]

Esta visão é corroborada por outros entrevistados para quem a escassez, principalmente, no período de falta de chuva é atenuada pelo recurso ao *txibehe*, que adicionado à mandioca, proporciona às famílias alimento que alivia a escassez de alimentos.

Note-se que, os actores sociais não só descrevem a realidade por si vivenciada, mas também constroem-na ao interpretar determinados momentos como sendo de escassez e definindo as formas de agir, diante dessa realidade, criada a partir da interpretação por si feita.

¹² É uma pasta formada a partir da cozedura intensa da pasta da mafurra, feita em bolinhas e conservada através da fumagem e usada como recurso alimentar, principalmente pelas comunidades *chopis*.

¹³ Trata-se do azeite que se obtém a partir da separação da camada oleosa que aprece quando a pasta da mafurra é submetida à cozedura.

¹⁴ Ritual de evocação de antepassados geralmente para pedir a bonança nas colheitas, chuvas e soluções para ultrapassar diversas crises, dentre elas as pragas que dizimassem culturas.

De acordo com Santos (s. d: p3), ao confrontar o mundo que os rodeiam, os actores sociais interpretam-no e definem para si, como agir em dada situação, isto é, a acção humana consiste em levar em consideração as várias coisas que se observam, relacionando o significado das acções de outros e definindo a sua própria linha de conduta, à luz da interpretação que faz do mundo circundante.

Na tabela 3, apresenta-se a lista de frutas, que nos últimos 20 anos constituíram fontes de renda, indicando-se, em média as quantidades vendidas e renda familiar anual em média, por cultura, a partir da venda da fruta e seus derivados. As quantidades de fruta vendida são condicionadas por factores como a disponibilidade, as condições demográficas da família, as condicionantes do mercado relativamente à procura e oferta, entre outros factores.

Tabela 3 – Tipos de fruta, unidades de medida, quantidades e rendimentos médios anuais.

Espécie		Unidade	Quantidade média/ano	Preço unitário Em Meticais	Renda média/ano
Caju	Sumo	2,5L	40	15,00	600,00MT
		5L	20	25,00	
	Castanha	Lata	4	600,00	
		Saco	1	2.000,00	
Coco	Fruta	Bacia	100	25,00	2.500,00MT
		Saco	50	50,00	
	Copra	Bacia	100	60,00	6.000,00MT
		Lata	80	80,00	
		Saco	50	200,00	
Laranja/tangerina	Bacia	100	50,00	2.500,00MT	
	Lata	80	75,00		
	Saco	50	150,00		
Manga	Bacia	80	40,00	3.500,00MT	
	Lata	60	60,00		
	Saco	40	120,00		
Semente de Mafurra	Bacia	80	20,00	1.500,00MT	
	Lata	60	30,00		
	Saco	40	60,00		

Elaborada pelo autor em resultado dos dados recolhidos no trabalho de campo (Novembro-Dezembro de 2013).

Conforme alguns entrevistados, o caju que no passado ocupava lugar de destaque, como cultura de rendimento na povoação, de alguns anos para cá vem perdendo peso, por conta das baixas quantidades de colheitas, em parte por causa do envelhecimento das plantas e ataques de pragas.

Conforme ilustra a tabela acima, nos últimos anos, apenas, a castanha e o sumo de caju (fermentado) continuam a garantir alguma renda às famílias, a partir da venda e/ou troca em espécie ou em trabalho, mas, no passado, o caju também era usado na destilação de aguardente.

Portanto, faz parte da pluriactividade, a produção e venda de aguardente, aproveitamento da mafurra para a produção de pasta, azeite e matéria-prima para a produção de sabão, a pesca, o trabalho migratório, o processamento e venda de fruta, tal como, o coco, a laranja, a tangerina, a manga, o caju, entre outras.

11.4. CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Na presente secção pretende-se discutir a actividade pecuária na povoação de Canda, enfatizando, a identificação das espécies consideradas mais significativas, o modo como são criados os animais, a sua utilidade, bem como os níveis de produção animal alcançados.

Diferentemente da actividade agrícola, que tem muitos aspectos similares nas quatro comunidades abrangidas pelo estudo, a actividade pecuária, apresenta, algumas diferenças em termos de condições de criação. Principalmente, no que diz respeito à criação de bovinos, que tende a ser mais significativa nas comunidades de Canda-sede e de Zango, na medida em que as zonas habitadas pelas referidas comunidades reúnem melhores condições ao desenvolvimento daquela actividade relativamente às áreas habitadas pelas comunidades de Gune e Chitondo¹⁵.

Dada a proximidade dos territórios de Zango e Canda-sede com as lagoas que separam a zona continental do oceano Índico, a vegetação que se desenvolve neste lugar, oferece melhores condições para a pastagem, enquanto, a água das lagoas oferece condições para os bovinos.

Assim, aquelas comunidades tendem a dar maior importância à criação de bovinos, cujos efectivos, variam em média de 2 a 10 cabeças por família. Outras espécies com alguma relevância nas famílias daquelas comunidades são os caprinos, as aves e os suínos.

Nas comunidades de Gune e de Chitondo, cujos territórios se localizam, relativamente, distantes das lagoas, apesar de algumas famílias criarem bovinos, os suínos, os caprinos e as aves tendem

¹⁵ Os espaços territoriais ocupados pelas comunidades de Canda-sede e Zango, junto à costa possuem algumas lagoas, favorecendo o desenvolvimento do pasto e condições para o *abeberamento* do gado bovino. Enquanto as de Gune e Chitondo ocupam espaços localizados no interior onde aqueles recursos são relativamente escassos.

a ser consideradas mais significativas. Os efectivos de bovinos nas famílias de Gune e Chitondo variam de 0 a 6 cabeças por família e menos de metade das 20 famílias entrevistadas nas duas comunidades possuem gado bovino.

Apesar da diferença na criação das diferentes espécies entre as comunidades de Canda-sede e Zango, relativamente às de Gune e Chitondo, a totalidade dos entrevistados, tende a considerar os bovinos como sendo a espécie mais importante. As palavras que se seguem revelam essa relativa concordância. [...] *os bovinos são muito importantes porque ajudam na lavoura, no transporte de bens e por essa via podem gerar renda para as famílias que os possuem, têm também elevado valor comercial, podendo custar até 20.000,00MT* [...] Albino Gatawanyane (11-12-2013), da comunidade de Zango.

...apesar de eu não possuir gado bovino, considero ser uma espécie que ajuda muito. Acredito que os que possuem gado não passam fome, podem cultivar suas próprias machambas, podem cultivar machambas de outros e obterem dinheiro, podem também vender, podem abater em caso de cerimónia... Afirmação de Cristina Nhequetane (01-12-2013), da comunidade de Chitondo.

O gado bovino, também, apresenta uma importância multidimensional, subjacente nas seguintes vertentes, i) a dimensões económica, na medida em que, com recurso a ele, pode obter-se renda através da venda da cabeça ou de serviços a outras famílias, produzir bens de consumo; ii) a dimensão simbólica, considerando que, os bovinos são usados nas cerimónias de adoração aos antepassados¹⁶, casamentos, festas, etc. e; iii) a dimensão social, pela associação de posse de gado com algum prestígio social.

Os caprinos e os galináceos são geralmente criados para consumo das famílias, mas também, para venda e troca em espécie e/ou em trabalho. São também sacrificados em actos cerimoniais de adoração a antepassados, casamentos, festas, etc., portanto, as dimensões simbólica e económicas estão subjacentes à criação daquelas espécies.

Os suínos, por seu turno, são criados com o intuito principal de consumo e venda, não sendo susceptível de sacrifício em actos cerimoniais de adoração a antepassados, podendo, porém, sê-los para cerimónias matrimoniais e festas de diversa índole

¹⁶ Para Ribeiro Op Cit, o culto aos antepassados inclui sacrifícios cruentos de animais, oferendas e orações, junto de um altar rudimentar.

A figura abaixo mostra algumas dessas espécies animais, consideradas pelas famílias locais como sendo as mais significativas.

Figura 5 – Junta de bois, cabritos e suínos, são algumas espécies criadas pelas comunidades na povoação estudada.



Fonte: Arquivo do autor (2013)

A actividade pecuária é afectada por escassez de pasto e por ataques de diversas doenças, sendo as mais frequentes, as que afectam a pele em várias regiões do corpo (*besnoitiose*), bem como o ataque de carraças. Essa situação faz com que os efectivos animais sejam reduzidos. [...] *A nossa criação ressenete-se muito da falta de capim para pasto e de ataque de carraças e como os serviços veterinários estão localizados longe da nossa zona acabamos perdendo muitos animais.* Grupo focal da comunidade de Zango (11-12-2013).

Apesar de alguns constrangimentos que as famílias enfrentam no desenvolvimento da actividade pecuária, a renda obtida a partir da venda dos animais que criam, tem sido usada para compra de uniformes escolares, livros, cadernos, pastas, bem como outras despesas relacionadas com a educação dos filhos e saúde das famílias.

Dependendo dos níveis de renda obtidos, o dinheiro pode, ainda, ser usado no melhoramento das condições de habitação, investimento no aumento das áreas cultivadas, através do pagamento de serviços de tracção animal e/ou a contratação de força de trabalho extra familiar. O dinheiro pode, ainda, ser usado para a compra de sementes e de utensílios como enxadas, machados, catanas, entre outros.

Para Ellis, (2000 *apud* PERONDI; SCHNEIDER, 2012:124), a interacção entre as actividades agrícolas e não agrícolas, e, o processo de diversificação das actividades económicas rurais, constitui-se num processo de construção de oportunidades pela família rural, para sobreviver e obter uma melhor qualidade de vida.

Portanto, ao dedicar-se a agricultura e outras actividades económicas, ao direccionar parte da renda obtida para a educação dos filhos, para a construção de habitações ou reinvestir na actividade agrícola, as famílias rurais da povoação de Canda estão em constante processo de construção das suas oportunidades, sobretudo, na busca de melhorar a qualidade das suas vidas.

Asmus (2004 *apud* CONTERRATO et al, 2006:16), considera que, a qualidade de vida, diz respeito às circunstâncias de vida de uma determinada população e à forma como estas circunstâncias são percebidas por esta mesma população. Noutros termos, qualidade de vida é avaliada de acordo com a maneira como os sujeitos interpretam e se relacionam com as condições de vida materiais e aspectos não materiais que vivenciam.

Tabela 4 – Espécies animais criadas, unidades vendidas e média de renda obtida por ano.

Espécie		Unidade	Quantidade média/ano	Preço unitário em Meticais	Renda média/ano
Bovino	Serviços de tracção	Lavoura	60ha	500,00	30.000,00MT
		Transporte	200km	10,00	
	Venda	Kg.	200	120,00	
		Inteiro	1	20.000,00	
Caprino	Inteiro	3	1.500,00	4.500,00MT	
Suíno	Kg.	60	150,00	6.000,00MT	
	Inteiro	3	3.000,00		
Galinha	Inteira	10	150,00	1.500,00MT	

Elaborada pelo autor em resultado dos dados recolhidos no trabalho de campo (Novembro-Dezembro de 2013)

A tabela acima apresenta algumas espécies vendidas, contudo, os dados referentes ao gado bovino não podem ser imputados a totalidade das famílias pesquisadas, na medida em que, apenas, 14 das 40 é que têm gado bovino e apenas 6 das 14 que criam, é que disseram que, pelo menos, vendiam uma cabeça por ano. As outras famílias que possuem efectivos bovinos, usam-nos em serviços de tracção e as vendas não são feitas anualmente, sendo feitas, nos casos em que os animais revelam certa debilidade ou envelhecimento.

A venda e a aquisição de bovinos é decidida geralmente pelos homens que, também o fazem em relação ao destino da renda obtida. As mulheres costumam decidir sobre a aquisição e venda dos animais de pequeno porte tais como as aves, suínos e caprinos. Em algumas famílias, certos animais são alocados a diferentes membros, sendo cada um, responsável pela gestão, isto é, a criação, reprodução, venda e o destino da renda obtida.

11.5. ACTIVIDADES NÃO AGROPECUÁRIAS

A discussão na presente secção procura dar conta de actividades não agro-pecuárias, consideradas, significativas nas comunidades abrangidas pelo estudo, na medida em que, as famílias não se dedicam única e exclusivamente à agricultura e à pecuária, mas também a várias outras actividades conforme se aborda adiante.

Não é intuito do estudo, fazer uma inventariação exaustiva das actividades não agro-pecuárias, desenvolvidas pelos membros das famílias, mas sim, apontar, aquelas que através das entrevistas e da observação foi possível captar e analisar.

Neste sentido, constatou-se que, o artesanato; a pesca; a construção; o comércio; e os serviços constituem as actividades, que a par da agricultura e da criação de animais, têm sido praticadas de forma recorrente e significativamente nas comunidades da povoação de Canda.

11.5.1. ARTESANATO

Foram constatadas diferentes práticas, com destaque para o fabrico de esteiras, fabrico de cestos, construção de palhotas, tecelagem do capim e/ou folhas de coqueiro para cobertura de palhotas, fabrico de instrumentos de trabalho, com ênfase para cabos de enxadas e de machados, etc.

As actividades artesanais são, na sua maioria, executada pelos homens, após terem regressado da machamba onde geralmente, se pratica a agricultura nas primeiras horas do dia, e, após terem tomado conta dos animais como caprinos e bovinos. Os animais são geralmente amarrados através de cordas em locais com pasto e sistematicamente mudados de uma árvore para outra, dia após dia.

Mabatavambe Makhatane (02-12-2013) da comunidade de Chitondo, conta que, [...] *Quando regresso da machamba e da mudança dos animais, divirto-me, fazendo esteiras e/ou cestos que, depois aparecem as pessoas que sabem que faço isto e compram, mas também troco com outras coisas que necessito.*

Já Alberto Mauaie (29-11-2013), afirma [...] *Ao regressar da machamba, enquanto a minha mulher prepara comida para nós e para as crianças quando regressarem da escola, eu pego no*

meu capim ou folha de coqueiro e ponho-me a tecer, assim, posso cobrir a minha palhota ou ainda vender para outras pessoas e obter dinheiro para comprar cadernos para as crianças.

Figura 6 – Processo de fabrico de esteira e de tecelagem de folhas de coqueiro para cobertura de palhotas



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Note-se que a diversificação de ocupações não se refere, apenas, à divisão de trabalho onde diferentes membros da família se dedicam a actividades específicas, mas também, refere-se a realização de diferentes actividades, pelo mesmo membro em períodos específicos do dia.

Uma vez a agricultura ser uma actividade executada ao relento, as famílias tendem a dedicar-se àquela, durante as horas mais frescas, geralmente, nas primeiras horas do dia, mas, em outros casos no final da tarde, enquanto, as actividades como, o artesanato que podem ser realizadas por baixo de uma sombra, tendem a ser realizadas durante as horas mais quentes do dia.

A figura acima mostra algumas actividades artesanais, nomeadamente, o fabrico de esteiras, tecelagem de folhas de coqueiro para a cobertura de palhotas, respectivamente, à esquerda e no meio, enquanto à direita vê-se a estrutura do telhado de uma palhota. Conforme já se fez referência, as actividades artesanais ocorrem, geralmente, depois da jornada agrícola, e, envolve fundamentalmente a força de trabalho masculina, tanto em adultos como em crianças.

De acordo com Ellis, (2000 *apud* PERONDI; SCHNEIDER, 2012:132), os determinantes da diversificação dos meios de vida, por famílias rurais são variados, podendo, estar relacionados a aspectos climáticos ou socioeconómicos, enquanto que, os efeitos dessa diversificação, podem, por seu turno, expressar-se através da diversidade na forma de actividades (pluriatividade) e de rendimentos (multirendimentos), de tal forma que, podem ser medidos ou classificados segundo critérios quantitativos e qualitativos.

11.5.2. PESCA

A pesca constitui, também, uma das actividades com alguma relevância a nível das comunidades abrangidas pelo estudo, mas, é, sobretudo, nas de Canda-sede e de Zango, dada a sua localização, perto das lagoas e do oceano Índico, que esta actividade se reflecte com maior intensidade.

Esta actividade envolve diferentes vertentes, nomeadamente, i) a que é feita na lagoa com recurso ao fio e anzol, com recurso a redes de pesca, e, com auxílio de pequenas embarcações a remo, que permitem aos pescadores alcançar zonas de águas relativamente profundas, ii) a que é praticada no alto mar com recurso ao anzol e fio de pesca, mas também, ao método de arrasto e com auxílio de embarcações a motor e iii) a captura e processamento do mexilhão. No anexo VII são apresentados alguns retratos da actividade pesqueira nas lagoas e processamento de mexilhão nas encostas das dunas do Oceano Índico.

Cada uma das vertentes supramencionadas tem as suas peculiaridades, contudo, vale referenciar que, a pesca nas lagoas é a mais praticada pelas comunidades, pois, a pesca no alto mar requer recursos onerosos como, os motores e o combustível, além de representar algum risco em decorrência das fortes ondas que, por vezes, se fazem sentir no alto mar.

A captura do mexilhão tem, também, uma relevância significativa, apesar de ser praticada sazonalmente, isto é, de Outubro a Março do ano seguinte.

Um técnico afecto ao sector de pescas dos Serviços Distritais das Actividades Económicas (SDAE 2013) refere-se a estes aspectos nos seguintes termos:

[...] Quando se fala de pesca em Canda, referimo-nos fundamentalmente àquela que as comunidades praticam nas lagoas com as suas embarcações a remo, seja através do método de arrasto ou aquela em que usam o fio e o anzol. Também falamos das feiras de mexilhão, onde sobretudo nos meses de Outubro, a Março, centenas de pessoas se fazem ao mar para extrair das rochas marinhas quantidades de mexilhão que é posteriormente processado nas encostas das dunas através da cozedura e descasque.

Justino Jorge (05-12-2013), da comunidade de Canda secunda a visão do técnico do SDAE, referindo que:

[...] limitamo-nos a pescar nesta água, não temos como ir pescar no alto mar, quem explora a pesca no alto mar são os “mabunos”¹⁷ porque eles têm embarcações apropriadas. A outra coisa que nos ajuda é quando chega o tempo de mexilhão, se a produção do mar for boa nesse ano, conseguimos alguma coisa que para além de consumirmos vendemos e com o dinheiro compramos açúcar, sabão, cadernos, etc.

Importa salientar que, a pesca nas lagoas, é uma actividade que é feita, maioritariamente, por homens que, geralmente, pernoitam alguns dias, capturando e processando o peixe, através da fumagem e posteriormente vendem e/ou trocam por outros artigos ou por trabalho na machamba.

As feiras de mexilhão envolvem pessoas de ambos os sexos e de diferentes idades, mas, existe uma divisão de trabalho no processo como um todo. São geralmente indivíduos adultos, muitas vezes os homens, mas, em alguns casos, também, mulheres que se fazem ao mar para a captura deste marisco. Outros membros das famílias posicionam-se nas margens, para receberem o produto capturado, e, transportar para as sombras localizadas nas encostas das dunas, onde outros elementos recebem o mexilhão, e, iniciam o processamento.

Tabela 5 – Dados referentes a venda de pescado, nomeadamente a realizada nas lagoas e de captura de mexilhão.

Espécie	Unidade	Quantidade média/ano	Preço unitário	Renda média/ano
Tilápia e outras espécies de água doce	Kg	200	60,00	12.000,00MT
	Molho	600	20,00	
Mexilhão	Copito	300	20,00	5.000,00MT
	Caneca	100	50,00	
	Lata	5	1.000,00	

Elaborada pelo autor em resultado dos dados recolhidos no trabalho de campo (Novembro e Dezembro de 2013)

Na tabela acima são apresentados dados referentes à venda de peixe e de mexilhão, principais espécies capturadas, respectivamente nas lagoas e nas rochas do oceano Índico. Importa realçar que, nem todas as famílias têm membros que se dedicam à pesca e nem todas as pessoas que pescam, fazem-no de forma continuada, havendo, momentos em que se observa o defeso, principalmente, no que diz respeito ao mexilhão, cuja captura ocorre, apenas, entre Outubro e Março do ano seguinte, estando, o resto do tempo em defeso.

¹⁷ Termo frequentemente usado por indivíduos *tsonga* para designar indivíduos sul-africanos de raça branca, correspondendo ao termo *boomers* em língua inglesa. Trata-se um termo com conotação pejorativa e não é apenas usado localmente como o é nas minas, nas plantações e em outros contextos sociais onde os *tsongs* mantêm relações sobretudo laborais com patrões e/ou gerentes brancos sul-africanos.

Vale salientar que, a responsabilidade da gestão do mexilhão através do anúncio da abertura (após o defeso) e encerramento (para o defeso subsequente) é assegurada pelas autoridades ligadas ao régulo da povoação. Anunciado o encerramento da feira, as famílias regressam às suas ocupações agrícolas e não agrícolas que, normalmente, interrompem para participar da feira.

O peixe não está sujeito a muitas restrições, porém, os indivíduos podem decidir abandonar a prática por algum tempo, para se ocuparem de outras actividades, incluindo as colheitas, as sachas, empregos sazonais, captura de mexilhão, venda do produto pescado, entre outras actividades.

11.5.3. CONSTRUÇÃO

A actividade de construção inclui, no sentido em que é tratada no presente trabalho, duas vertentes fundamentais, nomeadamente, i) a construção em material local (caniço, estacas, paus, capim, etc.) e ii) a construção em material convencional (cimento, pedra, ferro, chapas, etc.). Tanto numa como na outra vertente, a construção é uma actividade, maioritariamente, praticada por homens, mas, não exclui a participação das mulheres e crianças, na medida em que, prestam apoio no fornecimento de água e de refeições aos construtores, mas, em certos casos participam, também, no transporte do material de construção.

A construção com recurso ao material local visa, fundamentalmente, erguer infraestruturas habitacionais, com destaque para as palhotas, barracas para diversos fins, celeiros para o armazenamento de produtos agrícolas, etc. Em alguns casos, o construtor é um dos membros da família, mas, há casos em que são contratados serviços de indivíduos extra familiares, tanto para o corte de material como para a execução das obras, sendo que, o pagamento dos referidos serviços é efectuado segundo o acordado entre as partes. Em determinadas situações, o pagamento é feito em dinheiro, outras em espécie ou a combinação de ambas modalidades.

A construção com recurso ao material convencional visa erguer infraestruturas habitacionais, tanques para captação da água das chuvas, barracas para diferentes fins, vedações, campas, currais, etc. Tratando-se de uma actividade que requer habilidades e/ou experiência específicas, frequentemente, são contratados serviços de um pedreiro, mediante um acordo verbal sobre aspectos como, tipo de obra, o orçamento, tempo de execução, modalidades de pagamento, etc.

Importa salientar que, durante o período em que se realizou o trabalho de campo, decorriam, em algumas famílias obras de construção de tanques, para a captação de água e de construção de palhotas híbridas, caracterizadas pela combinação de material convencional (na construção das paredes) e material local (paus, capim folhas de coqueiro, e/ou caniço) na construção e cobertura de telhados. Em muitos casos, as paredes, apesar de serem de cimento, têm o formato redondo, à semelhança de palhotas tradicionais.

Este facto, consubstanciado com as informações obtidas através das entrevistas, revela a primazia dada pelas famílias, à construção deste tipo de infraestruturas, tidas como de extrema importância, por um lado, para a garantia do acesso à água para diferentes fins e por outro, ter habitação melhorada a custo relativamente baixo.

Figura 7 – Construção em curso de um tanque de captação de água, uma palhota híbrida e uma já concluída



Fonte: Arquivo do autor, (2013)

Na imagem acima estão ilustrados os processos de construção em curso, nomeadamente, um tanque cisterna para captação e armazenamento de água (à esquerda), uma parede de formato redondo, à qual será colocado um telhado de material precário (no meio) e uma palhota híbrida já concluída à direita. O retrato do anexo IX ilustra a divisão de trabalho entre homens e mulheres no processo de construção.

Segundo os dados colhidos nas entrevistas em grupos focais nas 4 comunidades em estudo, as famílias têm tido a tendência de construir tanques nos seus domicílios, antes mesmo de ter uma habitação melhorada para minorar o sofrimento, pois, a água é muito escassa e as fontes naturais bem como as construídas pelo Estado encontram-se distantes de muitas residências. A seguir, apresenta-se, um excerto de alguns intervenientes nos grupos das comunidades abrangidas pelo estudo.

[...] “Quando conseguimos algum dinheiro a prioridade é a compra de chapas de zinco para captação de água da chuva... depois de juntar umas 5, 10, ou mais chapas, procuramos juntar material para construir um tanque, de modo que, possamos atenuar a escassez de água, pelo menos, para beber, tomar banho e cozinhar. Aqui na zona as fontes de água estão longe, então, se alguém tiver um tanque de água em casa, é muito bom, e, isto ajuda bastante” (Grupo focal de Gune, 30-11-2013; Grupo Focal de Chitondo, 05-12-2013).

Segundo os entrevistados, as palhotas híbridas têm sido construídas com maior frequência nas comunidades, por acarretarem, relativamente, menores custos, quando comparadas com casas de alvenaria. E, ao mesmo tempo, apresentam, uma consistência superior relativamente à das palhotas totalmente de material precário.

A este respeito, alguns dos intervenientes dos grupos focais afirmaram: [...] “*Chirenzelekwanna itsukwana nguko kanga mana semende u pekissa sitini, ni semende yo namaretela, wo’aka disseta, u gula nyumba yako u sanzeka, seni kon’aho u humute kudilembe ni dilembe dipindikako u fela ku wusseta titsava nitipahnd’e*”. [...]. A construção de uma casa redonda é relativamente menos onerosa, pois, basta arranjar alguns sacos de cimento para fazer blocos e outros para alinha-los, constrói-se a parede, e, depois coloca o respectivo telhado, a partir daí não precisará de renovar o caniço e as estacas anualmente (Extracto de entrevistas aos grupos focais de Gune e Chitondo Op cit).

Apesar de se ter enfatizado a construção de tanques e de *chirenzelekwana*, isto representa, apenas, o que é considerado básico para as famílias possuírem, mas, um número considerável de famílias abrangidas pelo estudo, possui, também construções de alvenaria, desse modo, nota-se que, as famílias não estão, apenas, à busca de meios de sobrevivência, com também, procuram assegurar uma vida de melhor qualidade.

Ellis, (1998 *apud* PERONDI; SCHNEIDER, 2012:129), anota que, a diversificação dos meios de vida é o processo, pelo qual, as famílias rurais constroem um diversificado leque de actividades e de capacidades de apoio social, não só para sobreviver, mas sobretudo, para melhorar o seu padrão de vida.

11.5.4. COMÉRCIO

O comércio representa uma das actividades não agrícolas, largamente, exploradas pelas famílias das comunidades de Gune, Chitondo, Canda-sede e Zango, sendo que a mesma inclui diferentes vertentes e estratégias.

A actividade comercial ocorre, não só, em locais fixos, incluindo bancas e estabelecimentos construídos para o efeito, mas também, em regime ambulatório nos locais de muita concentração de pessoas, podendo ser nas cerimónias familiares e outros pontos de confluência e trânsito de pessoas e bens.

Entre os produtos comercializados, inclui-se o que as famílias produzem através do seu próprio trabalho e a revenda de diversos artigos, adquiridos nos centros urbanos, bem como localmente, acrescentando, uma margem de lucro, de modo a garantir alguma renda familiar, usada no suprimento das necessidades, na melhoria da qualidade de vida das famílias.

De acordo com Leonel Luís (27-11-2013), um dos entrevistados da comunidade de Gune que se dedica à venda de roupa diversa, calçado, cosméticos, entre outros artigos, a actividade comercial constitui uma alternativa para colmatar a crise na actividade agrícola, mas também para obter dinheiro através do qual pode adquirir outros bens necessários.

[...] Isto que estou a fazer aqui é uma forma de *me virar*, para ver-se consigo comprar uniforme, caderno e livros para as crianças; comprar sabão, açúcar e outras coisas, que não se produzem na machamba, mas, o essencial é a enxada, porque pelo menos, quando chove, consigo mandioca e cacana para alimentar a minha família. Por isso, quando acordo, vou a machamba, somente, quando volto é que venho vender.

Esta afirmação é consentânea com a de muitos dos entrevistados, para quem a actividade comercial constitui um suporte à actividade agrícola, mas, dado o fraco poder de compra das famílias locais, não se consegue vender muito. Segundo eles quando amanhece, a primeira actividade que cumprem é da machamba, e, depois de regressar da machamba é que abrem os estabelecimentos e/ou se dirigem aos locais onde exercem a actividade comercial.

Para Salomão Américo (04-12-2013), da comunidade de Chitondo, [...] *A actividade comercial é fraca porque as pessoas não têm dinheiro, não há empregos onde as pessoas possam trabalhar e*

ganhar dinheiro para comprar os produtos que vendemos, por isso preferimos sempre começar por ir à machamba.

Conforme as citações supramencionadas, nota-se que, os actores sociais enfrentam dificuldades na produção agrícola, devido a factores climáticos e ataques de pragas, por um lado, e por outro lado, enfrentam dificuldades na actividade comercial, devido ao fraco poder de compra das famílias locais.

Contudo, a combinação das duas ou mais ocupações (pluriactividade) e/ou fontes de renda (multi-rendimento), revela a capacidade dos indivíduos e famílias em diversificarem os seus meios de vida, quando colocados em situação de vulnerabilidade.

O mais importante ainda é, no entanto, constatar que, as actividades não agrícolas não só representam reacção à crise na actividade agrícola, como também servem de suporte àquela, pois, parte da renda proveniente de actividades extra-agrícolas é direccionada para a ampliação das áreas cultivadas, bem como a compra de sementes e utensílios para impulsionar a agricultura.

De acordo com Ellis, (1998 *apud* PERONDI; SCHNEIDER, 2012), quando se observa a intensificação da diversificação dos meios de vida em contextos rurais, os recursos decorrentes das actividades não agrícolas induzem transformações na agricultura, levando o crescimento das actividades não agrícolas a se tornar em agente das mudanças agrícolas.

11.5.5. **TRABALHO ASSALARIADO**

Outra actividade não agrícola com alguma expressão nas famílias da povoação de Canda designa-se no presente trabalho por serviços, abrangendo fundamentalmente serviços prestados sob forma de assalariado, fora da propriedade familiar.

Uma vez que o enfoque do presente trabalho é a compreensão das implicações socioeconómicas e culturais da pluriactividade na povoação de Canda, será dada a ênfase apenas ao trabalho assalariado prestado dentro dos limites territoriais da povoação.

Já foi dito que o emprego na povoação é escasso, contudo, alguns postos de trabalho nos complexos turísticos Canda 1 e 2, nos estabelecimentos comerciais locais e nas fontes de água, têm sido ocupados por membros de famílias residentes nas comunidades abrangidas pelo estudo. É sobretudo a respeito desses empregos específicos, que o estudo procurou dar alguma ênfase.

Segundo o depoimento de David Leonard (06-12-2013), do complexo turístico Canda 2, existe, fundamentalmente, dois tipos de emprego, nomeadamente, o sazonal e o permanente, sendo que, o primeiro vigora durante a fase de construção e o segundo na fase de exploração.

Na fase de construção são contratados indivíduos sobretudo do sexo masculino, que se dedicam ao corte e processamento de caniço, paus, estacas, etc., enquanto, os outros vão executando as obras de construção, canalização, carpintaria, instalações eléctricas e demais serviços destinados ao estabelecimento de infraestruturas. O contrato de trabalho vigora, justamente, durante o período de duração de cada tipo de serviços contratados, onde uns são pagos por actividade e outros por tempo de trabalho.

Segundo David Leonard (Op. cit), no primeiro complexo designado Canda 1, foi concluída a construção da totalidade das 18 casas que o compõem, e, no segundo designado Canda 2, foram concluídas 8 casas, faltando 3 por concluir, para completar as 11 contempladas para aquele complexo. Portanto, o emprego sazonal está na fase de declínio, enquanto, o permanente está prestes a atingir o seu máximo.

Figura 8 – uma casa na fase de construção e outra já concluída no complexo Canda 2



Fonte: Arquivo do autor (2013)

As duas infraestruturas na figura acima, pertencem ao complexo turístico Canda 2, donde uma (à esquerda), está, ainda, por ser concluída a construção das respectivas paredes, enquanto, a outra (à direita), já está concluída e em exploração.

Conforme afirma Leonard (Op. cit), com a excepção dele mesmo, que gere o complexo Canda 2 e o Gestor do complexo Canda 1, que são ambos sul-africanos, todos os trabalhadores sazonais e permanentes foram e são recrutados localmente. Não foi possível precisar o número de trabalhadores durante a fase de construção, mas, relativamente aos permanentes, aquele gestor assegurou que 15 indivíduos prestam serviços no complexo Canda 2.

Dos 15 trabalhadores permanentes, existem 8 guardas, 1 jardineiro, 3 ajudantes, 2 empregados de limpeza e 1 gestor. Em termos de género, apenas, as empregadas de limpeza são mulheres e os restantes são homens.

Não foi possível colher dados do número de empregos permanentes oferecidos no complexo Canda 1, contudo, pode-se deduzir que, o número seja ligeiramente superior, tendo em conta a dimensão daquele complexo, relativamente maior que Canda 2.

Tomás Mawewe (06-12-13), um dos trabalhadores do complexo Canda 2 afirma [...] “os trabalhadores provenientes da nossa povoação têm desempenhado as funções de guarda, de jardineiro, de empregado de limpeza e de ajudante, os gestores são os próprios “mabuno”.

Deste extracto de entrevista, depreende-se que, apesar de alguns postos de trabalho serem ocupados por membros das famílias locais, está-se diante de uma situação de precariedade laboral, dada a situação da sazonalidade durante o período da construção, bem como pela categoria *inferior* dos postos ocupados pela força de trabalho localmente recrutada.

A precariedade de trabalho, porém, apesar de ser sentida pelos actores sociais envolvidos, não os desmotiva, pois, entendem tratar-se de um privilégio desfrutado por uma minoria na povoação, o de deterem um posto de trabalho que garante alguma remuneração monetária mensal.

Boaventura Wane (06-12-2013), guarda no complexo Canda 2 descreve esse sentimento de privilégio nos termos seguintes:

[...] Qualquer um se sentiria seguro estando a trabalhar para ter salário com o qual poderia comprar o pouco que deseja para o sustento da sua família... uniformes, cadernos e livros para as crianças, roupa para si e para sua família, construir tanque e habitação melhorada, adquirir gado para ajudar a cultivar a machamba, etc. Como a terra já não produz, depender só da machamba não ajuda, temos que *nos virar*, mesmo que o salário seja pouco, é sempre melhor que nada.

Desse extracto ressalta que, o facto das pessoas com emprego sentirem-se privilegiadas, mesmo assim, não se desvinculam da actividade agrícola, por um lado, porque parte da sua renda é investida na ampliação das áreas de cultivo, e, por outro lado, porque o tempo fora do emprego é preenchido naquela actividade.

Dependendo das escalas acordadas com o patronato, todos os indivíduos com emprego, tanto o sazonal quanto o permanente, dedicam parte do seu tempo, à actividade agrícola, mas não só, a pesca, o artesanato, a criação de animais, a construção, constituem outras ocupações a que se dedicam durante os tempos de folga ou enquanto aguardam por uma eventual nova contratação.

A diversificação de meios de vida, manifestada através da pluriactividade, por um lado, e, pelo multi-rendimento, por outro lado, caracteriza os membros das famílias da povoação de Canda, sendo a agricultura uma das ocupações e a família a unidade onde as decisões são engendradas.

De acordo com Schneider e Conterato, (2006:6), a pluriactividade tende a desenvolver-se como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores, que residem em áreas rurais, situadas em contextos onde sua articulação com o mercado se dá através de actividades não agrícolas ou para-agrícolas.

Neste sentido, quando se refere à pluriactividade como característica das famílias da povoação de Canda, fazemo-lo na perspectiva de que os seus membros estão inseridos em ocupações agrícolas e não agrícolas. Conforme discutido nas secções precedentes, o artesanato, a pesca, a construção o comércio, e os serviços, são alguns dos sectores nos quais parte considerável das famílias de Canda tem se dedicado.

Diagrama 7 – Actividades não agropecuárias mais significativas na povoação de Canda.



Desenvolvido pelo autor em resultado do trabalho de campo (Novembro e Dezembro 2013).

O diagrama acima identifica algumas das ocupações não agrícolas, que caracterizam o dia-a-dia das famílias da povoação de Canda, contudo, o facto de tê-las alistado não significa que sejam, exclusivamente aquelas, mas tão-somente que foram as recorrentemente mencionadas pelos entrevistados, como sendo as mais significativas, tanto em termos de sua utilidade quanto pelos números expressivos de indivíduos nelas envolvidos.

12. IMPLICAÇÕES SOCIOECONÓMICAS E CULTURAIS DA PRÁTICA DA PLURIACTIVIDADE

Nesta parte do trabalho pretende-se abordar aspectos relacionados com as implicações socioeconómicas e culturais que, através de entrevistas a membros de famílias, entrevistas em grupos focais e observação do pesquisador, foi possível constatar, sendo que, as mesmas estão relacionadas à prática da pluriactividade pelas famílias da povoação de Canda.

Por implicações socioeconómicas, refere-se a mudanças observáveis e/ou perceptíveis aos actores sociais relativamente às condições de vida (acesso a recursos, dieta alimentar, habitação, acesso a educação, acesso a saúde, acesso a bens de consumo e bens simbólicos, etc.).

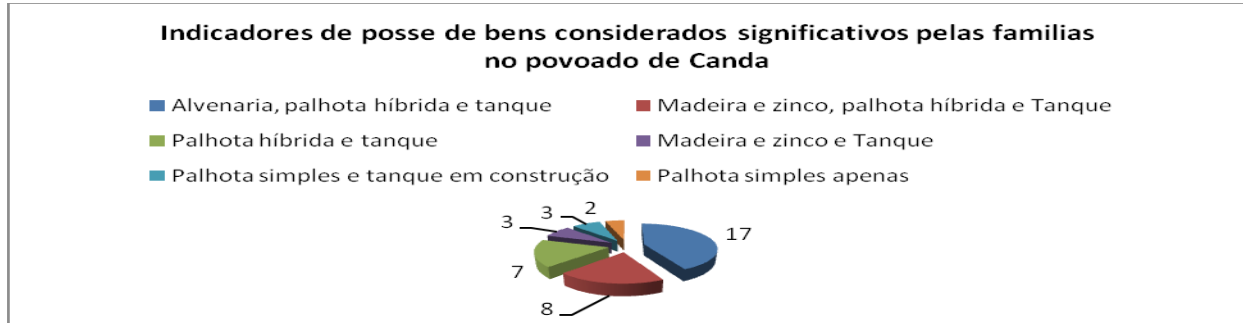
Por implicações socioculturais, refere-se a mudanças observáveis e/ou perceptíveis aos actores sociais locais relativamente a aspectos culturais de poder, relações de género, divisão de trabalho, etc.

Para efeitos desta análise, serão usadas duas perspectivas, nomeadamente, i) a do pesquisador, reflectindo o **olhar externo** sobre aspectos relativos a bens possuídos, como tanques de captação e armazenamento da água da chuva, palhota híbrida, casa de madeira e zinco e casa de alvenaria, e ii) a dos sujeitos pesquisados, o **olhar interno**, neste caso, a perspectiva e entendimento que as famílias das comunidades abrangidas pelo estudo têm das condições materiais e não materiais que vivenciam ou gostariam de vivenciar, especificamente, em relação à educação dos filhos, acesso a cuidados de saúde, acesso a bens diversos, etc.

No que se refere à observação do pesquisador, os indicadores usados para a avaliação das condições das famílias foram, o tipo de habitação, a posse de tanque para captação e armazenamento de água. No que se refere ao tipo de habitação, os critérios classificatórios usados foram: i) casa de alvenaria (paredes construídas na base de blocos/tijolos, com cobertura de chapas e/ou à placa); ii) casa de madeira e zinco, (paredes construídas na base de caniço e estacas com cobertura de chapas de zinco) iii) palhotas híbridas (construídas a partir da combinação material precário com o convencional) e iv) palhota simples (paredes construídas na base de caniço e estacas, com cobertura de capim, caniço ou folhas de coqueiro.

Neste sentido, observou-se que, das 40 famílias abrangidas, 17 possuem casa de alvenaria, palhota híbrida e tanque para captação e armazenamento de água; 8 possuem casa de madeira e zinco, tanque e palhota híbrida; 2 possuem casa de madeira e zinco e tanque; 7 possuem palhota híbrida e tanque; e 3 possuem palhota simples e tanque em processo de construção e 3 com apenas palhota simples.

Gráfico 1 – Dados referentes a habitação e tanques de captação e armazenamento de água da chuva.



Elaborado com base nos resultados do trabalho de campo realizado em Novembro e Dezembro de 2013

Evidenciou-se que a posse de casa de alvenaria, madeira e zinco e palhota híbrida como indicadores da tendência ao melhoramento de condições habitacionais, mas, isso não exclui a coexistência com a palhota simples, pois, esta existe em todas as famílias abrangidas pelo estudo, incluindo naquelas que possuem outro tipo de habitação.

Olhando para os dados acima descritos, entende-se que, pelo menos 42% das famílias abrangidas possuem habitação de alvenaria, um total de 25% possuem habitação em madeira e zinco, 17% têm palhotas híbridas, e, apenas 16% das 40 famílias vivem em palhotas, exclusivamente, construídas em material local. No que se refere a tanques de captação e armazenamento de água, 84% das famílias possuem este bem, 8% estão a construir os seus tanques e apenas 8% é que não possuem este tipo de infraestrutura.

A coexistência de habitações umas totalmente construídas em material convencional, outras combinando material convencional e material local, e, outras ainda construídas totalmente em material local nos mesmos espaços, denota uma crescente hibridação sociocultural reflectida na habitação.

Para Canclini (2005), Híbridação refere-se a um conjunto de processos caracterizados por intercâmbios e interações de culturas, ou entre formas culturais. Tais podem incluir a mestiçagem racial ou étnica; o sincretismo religioso e outras formas de fusão de culturas. Trata-se de “*processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objectos e práticas*”.

Não se trata de um fenómeno novo, mas, tende a ganhar maior dinâmica a construção de habitações de alvenaria à medida que, a disponibilidade e diversidade de meios de vida aumenta.

Em consequência dessa tendência, gradualmente, vai produzindo-se uma estrutura habitacional, que ganha nova forma, resultante da coexistência nos mesmos espaços de tipos de casas genuinamente construídas em material convencional, tipos de casas genuinamente construídas em material local e tipos de casas que combinam material convencional e material local, gerando um tipo híbrido de habitação.

Figura 9 – Habitações coexistentes na povoação, nomeadamente, alvenaria, palhota simples e madeira e zinco



Fonte: Arquivo do autor (2013)

Com base nos dados colhidos através de entrevistas individuais conduzidas com os membros das famílias e de entrevistas em grupos focais, pode-se aferir que, a combinação da agricultura familiar com actividades não agrícolas pelas famílias da povoação de Canda, gera mudanças na estrutura habitacional, de um padrão predominantemente de casas de construção precária para outra, onde predominam casas de alvenaria e de construção, híbrida.

Na imagem acima, vêm-se três tipos de habitação coexistentes na povoação de Canda, nomeadamente, casa de alvenaria, vendo-se ao lado um tanque cisterna de captação e armazenamento de água (à esquerda), uma palhota (no meio) e uma casa de madeira e zinco, cujas paredes incluem caniço e cimento. Mais ilustração a este respeito encontra-se no anexo X.

É frequente, portanto, encontrar num mesmo recinto domiciliar, construções de diferentes tipos, sendo que, as construções de alvenaria tendem a aumentar. À data da realização do estudo, quase metade (17) das 40 famílias entrevistadas possuíam este tipo de habitação, embora, isto não implique a ausência da palhota propriamente dita.

Esta constatação diverge com a visão de Ribeiro (1998:27), segundo a qual, a habitação predominante, é a secular palhota cilíndrica feita de pau-a-pique, maticada com barro, com uma cobertura cônica armada em paus e coberta a capim.

O fenómeno da pluriactividade estimula, também, a intensificação da actividade agrícola, pois, com recurso a renda proveniente das actividades não agrícolas, as famílias de Canda contratam serviço de tracção animal e força de trabalho extra familiar, culminando com o alargamento de áreas cultivadas. As famílias adquirem utensílios agrícolas, sementes, e demais insumos usados na actividade agrícola.

Neste sentido, as implicações da pluriactividade manifestam-se nas machambas familiares através da intensificação e extensão da actividade agrícola.

No que diz respeito, a perspectiva das famílias abrangidas pela pesquisa, a pluriactividade constitui uma estratégia que ajuda a manter resiliência face a riscos susceptíveis de afectar, não apenas a agricultura, como qualquer actividade.

Segundo os entrevistados, é através da busca de outras actividades fora da agricultura, que as famílias conseguem adquirir artigos não produzidos através do trabalho agrícola.

[...] as machambas já não produzem, então é preciso encontrar meios para adquirir aquilo que não produzimos na machamba, por exemplo o sal, o açúcar, o arroz, o sabão, o vestuário, os uniformes, os cadernos, são coisas que cada indivíduo ou família precisa... Quando estamos doentes precisamos de ir ao hospital, nas nossas casas precisamos de água, precisamos de muita coisa que não sai na machamba então temos que procurar outros meios para conseguir.

A partir da citação acima, pode se depreender que, para as famílias abrangidas pela pesquisa, as implicações da pluriactividade reflectem-se ao nível da dieta alimentar, não apenas baseada nos produtos directamente colhidos da machamba, mas que inclua outros produtos transformados em processos industriais.

Outras implicações reflectem-se no acesso a água dentro do espaço domiciliário, na posse de uma habitação resistente e segura, o acesso a cuidados de saúde e medicamentos para os membros das famílias e o acesso à educação para os filhos.

As longas distâncias que as famílias percorriam para a aquisição de certos bens, com a intensificação da actividade comercial envolvendo comerciantes familiares locais, reduziram substancialmente.

O aumento da oferta de serviços de transportes que ligam Chissibuca¹⁸ e Quissico¹⁹ à povoação de Canda e outros pontos do distrito permitiu uma redução significativa do tempo, que as pessoas levavam a fazer as mesmas distâncias a pé. As referidas distâncias estimam-se em 16Km (Canda-Chissibuca), 36km através da Estrada Nacional n.º 1 (Chissibuca Quissico) e pelo menos 40km em corta-matos (Canda Quissico).

Mapa 2 – Recorte do mapa de localização de Canda-Sede e de Chissibuca, relativamente à sede Distrital (Quissico)



Fonte: – PDUT Zavala (2012:11).

O mapa 2 indica os pontos de localização da povoação de Canda (ponto amarelo mais em baixo), Chissibuca (outro ponto amarelo um pouco acima) e a sede Distrital (ponto vermelho à direita).

Outro aspecto a referir como resultado, mas acima de tudo, como manifestação da pluriactividade é a crescente segmentação de ocupações, entre sectores de actividade agrícolas e não agrícolas que tem caracterizado o quotidiano das famílias da povoação de Canda. No anexo VIII são apresentados alguns retratos referentes a algumas das actividades, nomeadamente, o comércio de produtos de beleza, e, serviços de cabeleireiro.

¹⁸ Principal ponto da EN-1 de onde partem para diferentes destinos, pessoas e bens oriundos de Canda e locais circunvizinhos, assim como de chegada para pessoas e bens com destino a Canda e demais locais.

¹⁹ É a localidade sede do distrito com estatuto de vila e é lá onde muitos serviços públicos estão concentrados. Residentes de todo distrito precisam de deslocar-se para lá a fim tratar diversos assuntos de seu interesse.

Por conseguinte, a pluriactividade constitui uma forma de ser e de estar das famílias nas comunidades abrangidas pelo estudo. Em outros termos a pluriactividade constitui um dos elementos socioculturais que caracterizam os indivíduos, as famílias e comunidades como um todo, nas zonas rurais do país em geral, e, de Zavala em particular.

Com efeito, apesar da actividade agrícola manter a sua importância socioeconómica e cultural, na maioria dos casos tem se constatado que, são as actividades não agrícolas que tendem a proporcionar mais oportunidades de ocupação e de geração de renda, o que implica tratar-se de uma estratégia de gestão de riscos, visando melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, das famílias e das comunidades.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações que ocorrem a ritmo acelerado no mundo rural dos países em desenvolvimento no geral e de Moçambique em particular, colocam, às famílias enormes desafios no sentido de reinventarem práticas que permitam fazer face a um conjunto de factores, quer exógenos quer endógenos, que influenciam a sua vida socioeconómica e cultural.

O estudo empírico empreendido na povoação de Canda, permitiu observar que, apesar da persistência e centralidade da agricultura e da pecuária, como actividades que constituem meios de vida para as famílias locais, estas actividades, somente, poderão considerar-se como principais, na medida em que, todas as famílias abrangidas pelo estudo, ocupam parte do tempo de seus membros no desenvolvimento das mesmas, mas, a percentagem de tempo dedicado àquelas actividades tende a reduzir, e, o ingresso em outras actividades tende a aumentar.

A terra continua a desempenhar um papel preponderante na vida das famílias rurais, a agricultura e a pecuária mantêm a sua peculiaridade na dieta alimentar básica, através do que as famílias produzem, entretanto, actividades não agropecuárias contribuem através da renda obtida para melhoria das condições socioeconómicas das famílias, incluindo a intensificação da própria actividade agropecuária.

Autores como Negrão, (s. d.); Farré, (2012) entre outros enfatizam que a terra, constitui, para as famílias rurais, um meio indispensável para a prática da agricultura e outras actividades, destacando a sua importância na segurança social e na reprodução das famílias.

As actividades agropecuárias, apesar de garantirem certa renda às famílias, elas não são a principal fonte e muitos factores concorrem para o efeito, nomeadamente: i) concorrência de produtos de outras origens; ii) os compradores é que definem os preços e muitas vezes lesam os camponeses; iii) principalmente no caso da fruta, a época de maturação é única, por isso ao aumentar a oferta a procura e os preços caem drasticamente; iv) deficientes vias de acesso para o escoamento da produção; v) a produção como já se fez referência é condicionada a factores naturais, tais como precipitação escassa (contribui para baixos índices de produção) precipitação excessiva (acelera a putrefacção da fruta).

As tabelas das vendas médias de produtos são elucidativas, portanto, os produtos agrícolas apresentam uma variação de um mínimo de 600,00MT/ano, de venda de sumo de caju a um máximo de 10.000,00MT/ano, na venda de aguardente de laranja.

A mandioca, o amendoim, o milho e feijão *nhemba* quase não se vendem, pelo menos, nas famílias abrangidas pelo estudo, portanto, não garantem nenhuma renda às famílias, contudo, são importantes na suplementação alimentar.

Relativamente à actividade pecuária, as respectivas rendas variam em média de um mínimo de 1.500,00MT/ano, na venda de galinhas a um máximo 30.000,00MT/ano, na venda de serviços e da cabeça ou carne de bovino.

A pesca por seu turno apresenta uma variação de uma média mínima de 5.000,00MT/ano, na venda de mexilhão a um máximo de 12.000,00MT/ano, na venda de peixe.

Contrariamente ao que acontece na venda dos produtos agrícolas relativamente à marcação do preço pelo comprador, na venda de animais e do pescado, o vendedor é que impõe as condições da troca, inclusive, em alguns casos empreende algumas táticas de manipulação dos preços.

Diante dos diferentes tipos de risco e vulnerabilidade, por um lado e oportunidades oferecidas pelo contexto, por outro lado, os actores sociais residentes em espaços rurais engendram uma série de estratégias, que se manifestam através do ingresso dos seus membros em actividades e fontes de renda agrícolas e não agrícolas.

É assim que existem nas diferentes famílias abrangidas pelo estudo, membros que dedicam parte do seu tempo a actividades fora da agricultura, pecuária e pesca, tais como trabalho migratório; trabalho assalariado/sazonal local; comércio; construção; artesanato entre outras.

Conforme anota Ellis (2000 *apud* PERONDI; SHCNEIDER, 2012:124), a diversificação dos meios de vida funciona como um meio pelo qual as famílias rurais criam oportunidades para sobreviver e melhorar a sua qualidade de vida.

A segmentação de ingresso nas diferentes formas de ocupação e fontes de renda resulta numa nova forma de divisão de trabalho, onde embora prevaleçam as desigualdades de género, é possível perceber alguns sinais de mudança, no sentido de que a mulher não está mais confinada

ao espaço doméstico e na agricultura. Homens e mulheres partilham os mesmos espaços no emprego, serviços e na actividade comercial, em suma, participam, conjuntamente nas várias formas e esferas socioeconómicas e culturais, partilhando tarefas e responsabilidades.

Destaca-se, ainda, o factor hibridação sociocultural reflectida, fundamentalmente, na habitação a qual se manifesta através da comunhão de espaço entre casas à moda tradicional, casas *hibridadas* e casas de alvenaria à semelhança de construções que abundam no meio urbano.

Uma observação atenciosa às diferentes actividades, mostra que, embora, todas possam concorrer para a melhoria das condições de vida, os seus efeitos apresentam algumas diferenças relativas na maneira como elas influenciam a vida das famílias.

As famílias cujos membros são ou foram migrantes, apresentam habitações e outras condições socioeconómicas melhoradas, em alguns casos, essas mesmas famílias têm outras fontes de renda como estabelecimentos comerciais.

A seguir aos migrantes temos aqueles que possuem estabelecimentos comerciais, independentemente de serem ou terem sido migrantes, apresentam também melhores condições socioeconómicas.

Os trabalhadores sazonais, incluindo os que têm participado na construção de infra-estruturas, estatais, nos complexos turísticos (Canda 1 e Canda 2) e na construção das casas de alvenaria nas famílias bem como os trabalhadores assalariados nos diversos estabelecimentos, posicionam-se em terceiro lugar em termos de qualidade de vida das suas famílias.

Os que participam da actividade artesanal, por seu turno apresentam uma qualidade de vida relativamente abaixo dos que desenvolvem as outras actividades acima mencionadas.

Conforme já foi referenciado, o ingresso de indivíduos e de famílias em actividades agrícolas e não agrícolas contribui para a melhoria da qualidade de vida, consubstanciada na aquisição de objectos materiais e não materiais, nomeadamente, a melhoria das condições de habitação, o acesso à educação e o acesso aos cuidados de saúde.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Odete. Pluriactividade no Sertão Nordeste: Uma Estratégia de Sobrevivência – O Caso do Município de Tejuçuoca, Estado do Ceará. Artigo publicado na Revista Raízes, v.21, n.1, jan-jun/2002.

ARAÚJO, Emília Rodrigues. Mobilidade como objecto sociológico. Instituto Nacional de Estatísticas, Informação à comunicação social, 28 de Setembro de 2005.

AUTORIDADES COMUNITÁRIAS. Decreto nº 15/2000 de 20 de Junho. Estabelece formas de Articulação entre os Órgãos Locais do Estado e as Autoridades Comunitárias.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO, Filho, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BOUGHTON, Duncan; MATHER, David; TSCHIRLEY, David; WALKER, Tom; CUNGUARA, Benedito; e PYONGYANG, Ellen. Mudanças nos Padrões dos Rendimentos de Agregados Familiares Rurais em Moçambique de 1996 a 2002 e suas Implicações para a Contribuição da agricultura para a Redução da Pobreza Relatório de Pesquisa No. 61P Dezembro de 2006.

BRITO, Luís De; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio e FRANCISCO, António (Organização). Desafios Para Moçambique. IESE, Maputo, 2010.

CANCLINI, Néstor García. Cultura sem fronteiras. Caderno de Leitura. disponível em http://www.edusp.com.br/cadleitura/cadleitura_0802_8.asp, pesquisado em 14 de Fevereiro de 2014.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Turismo Rural na Agricultura: Uma Abordagem Geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), Município de Colombo. – Florianópolis, 2007.

CARMO, Renato Miguel do. A construção Sociológica do Espaço Rural: Da Oposição à Apropriação. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 252-280.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade na Sociedade Contemporânea: Uma Reflexão Teórico-metodológica. Uma Versão Resumida do Primeiro Capítulo do Livro *Ruralidades Contemporâneas: Modos de Viver e Pensar o Mundo Rural na Sociedade Brasileira*. CLACSO-Asdi, Caribe – 2000.

Constituição (2004). Constituição da República de Moçambique. Maputo, Assembleia da República, 2004.

CONSTITUIÇÃO (2004). Constituição da República de Moçambique. Maputo, Assembleia da República, 2004.

CONTERATO, Marcelo Antonio; KOPPE, Leonardo Renner; SILVA, Carolina Braz de Castilho e. A Pluriatividade e suas Implicações para a Qualidade de Vida dos Agricultores Familiares: Aproximações para o Caso do Rio Grande Do Sul Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

CRUZ, Suenya Santos da. O fenómeno da pluriactividade no meio rural: actividade agrícola de base familiar. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 241-269, abr./jun. 2012.

DOURADO, Ana Clara Gonçalves e OLIVEIRA Jr., Gilberto. *O Agricultor Familiar no Desenvolvimento da Pluriactividade*. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre o Trabalho de Campo. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, Março/ 2002.

ESTRADA, Eduardo Moyano. Agricultura familiar, pluriactividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 20, Abril 2003: 199-202.

FARRÉ, Albert. Mercado de Trabalho em Massinga: entre a acumulação e a informalidade, III Conferência do IESE. “Moçambique: Acumulação e Transformação num Contexto de Crise Internacional” Maputo 4-5 de Setembro de 2012.

FERNANDES, Florestan. A Família Patriarcal e suas Funções Económicas; In Revista USP, São Paulo (29): 74 - 81, Março / Maio 1996.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. Saúde e Sociedade v.14, n.2, p.50-59, Maio-Ago 2005.

FULLER, Tony. The Arkleton Trust Part-Time Farming in The Rural Development of Industrialized Countries. Report of a seminar held in Scotland from 16 to 21 October 1983.

_____ e BRYDEN, John. Pluriactivity as a Rural Development Option. The Arkleton Trust (Research) Ltd 1988.

FUNK, F. et al, Pluriactividade: Uma estratégia de sustentabilidade na agricultura familiar nas localidades de capão seco e barra falsa 3º distrito – rio grande – RS Geografia - v. 15, n. 2, Jul./Dez. 2006. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/geografia>.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo [organizadoras] Métodos de pesquisa; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOVERNO DO DISTRITO DE ZAVALA. Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital PEDD (2011-2015), Quissico, Outubro 2011.

IBRAIMO, Yasfir Daudo. Emprego e condições de emprego nas zonas rurais, sua implicação na pobreza: o caso da açucareira de Xinavane, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Economia, Trabalho de Licenciatura Em Economia, Julho, 2009.

IOP, Elizandra. Condição da Mulher como Propriedade em Sociedades Patriarcais. Visão Global, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 231-250, jul./dez. 2009.

JOLLIVET, Marcel. A “Vocação Actual” da Sociologia Rural, Estudos Sociedade e Agricultura, 11, Novembro 1998: 5-25.

LAUCHANDE, Carlos et al. Análise Multidimensional da Pobreza em Três Aldeias do Norte de Moçambique. Workshop Internacional: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: Percepções

e Perspectivas no Brasil e em Moçambique. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25 de Agosto de 2006,

LÜDTKE, Fabiana Helma. Significado e Qualidade de Vida no Rural Pluriativo. Florianópolis, Fevereiro De 2010.

MACAMO, Elísio. A Constituição de uma Sociologia das Sociedades Africanas, Estudos Moçambicanos, (2002): 5-26.

MANGUE, João; ROBERTO, Rodrigues Nascimento e MACHADO, Carla Jorge. Aspectos Sociais, Económicos, Demográficos e de Saúde. MOÇAMBIQUE, 1997 A 2007: Junho de 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre, São Paulo Ano 18, n. 19 p. 95-112 Jul./Dez. 2002.

MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriactividade, RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, p. 1055-1073, Out/Dez 2007 – Impressa em Novembro 2007.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL – MAE, Perfil do Distrito de Zavala, Província de Inhambane. Edição 2005.

MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Plano de Acção para Implementação da Política de População – PAIPP. 2005.

MOSCA, João. As Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009). Editora Escolar. Maputo, 2010.

_____ Economia Moçambicana 2001-2010: Um Mix de Populismo Económico e Mercado Selvagem. WP 114/2012.

MUCAVELE, Firmino. O Papel da Agricultura no Desenvolvimento: Agenda para Moçambique. OMR. Maputo, 2011.

NEGRÃO, José. Modelo do Comportamento Económico da Família Rural Africana, disponível em http://www.iid.org.mz/modelo_do_comportamento_economico_da_familia_rural_africana.pdf, pesquisado em 22 de Julho de 2013.

_____ Como induzir o desenvolvimento em África? O Caso de Moçambique. in: o economista 3, Janeiro 2003, pp.39-75.

ORDENAMENTO TERRITORIAL. Lei n.º 19/2007 de 18 de Julho. Lei do Ordenamento do Território.

ÓRGÃOS LOCAIS DO ESTADO. Lei n.º 8/2003 de 19 de Maio. Estabelece Critérios, Competências e Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado.

OSBORNE, Richard. Dicionário de Sociologia. A Sociologia explica o que parece óbvio a pessoas que pensam que é simples, mas que não compreendem quão complicado é realmente. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/7771703/Richard-Osborne-Dicionario-de-Sociologia-PDF> pesquisado em 5 de Março de 2014.

OYA, Carlos; MASSINGARELA, Cláudio e NHATE, Virgulino. Relatório do estudo Mercados Rurais de Emprego em Moçambique: Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia; Discussionpapers, No. 31P. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas Ministério de Planificação e Desenvolvimento República de Moçambique Dezembro de 2005.

PERONDI, Miguel Angelo e SCHNEIDER, Sérgio. Bases Teóricas Da Abordagem De Diversificação Dos Meios De Vida. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago 2012.

PONTE, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. Bolema, 25, 105-132. Versão revista e actualizada de um artigo anterior: Ponte, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. Quadrante, 3(1), 3-18. (republicado com autorização).

REGULAMENTO DO DECRETO nº 15/2000 de 20 de Junho. Diploma Ministerial nº 107-A/2000 de 25 de Agosto. Regulamenta as formas de Articulação entre os Órgãos Locais do Estado e as Autoridades Comunitárias.

RIBEIRO, P. Armando. Antropologia, Aspectos Culturais do Povo Changana e Problemática Missionária. Miss. Maputo, Folhas de São Paulo, Maputo, 1998.

RIOS, Artur José. O Que é e Como Surgiu a Sociologia Rural, Ci. e Tdp., Recife, 1W: 85-103 jan./jun. 197.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriactividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas Tese de Doutorado defendida pelo autor junto ao Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos da Universidade de Córdoba, Espanha em 26 de Setembro de 2000.

SANTOS, Sérgio Ribeiro dos. Interaccionismo Simbólico: Uma Abordagem Teórica de Análise na Saúde. Departamento de Enfermagem - DEMCA/CCS/UFPB (s.d). disponível em www.ccs.ufpb.br/gepaie/.../fetch.php?...interacionismo_simbólico ... Pesquisado em 14 de Fevereiro de 2014.

SAVOLDI, Andréia e CUNHA, Luiz Alexandre. Uma Abordagem Sobre A Agricultura Familiar, Pronaf e a Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná na Década De 1970.

SCHMITZ, Heribert e MOTA, Dalva Maria da. Agricultura Familiar: Categoria Teórica e/ou de Ação Política? Fragmentos De Cultura, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 907-918, nov./dez. 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriactividade, RBCS Vol. 18 nº. 51 Fevereiro/2003.

_____ Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

_____ e CONTERATO, Marcelo António. Transformações agrárias, tipos de pluriactividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: Guillermo Neiman; Clara Craviotti. (Org.). Entre el Campo y la Ciudad - Desafios y estrategias de la pluriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SINGH, Surendra. P., and WILLIAMSON, H. Part-time farming: Productivity and Some Implications of off-farm work by farmers. Southern Journal of Agricultural Economics 13:hl-7. 1981.

SITOE, Tomás Adriano. Diversificação Produtiva e de Actividades de Geração de Renda: Uma análise da Produção de Hortícolas no Cinturão Verde da Cidade de Maputo, Região Sul de

Moçambique. Tese Apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como Requisito Parcial para a Obtenção do Título de Doutor em Desenvolvimento Rural/.

_____ A. Agricultura Familiar em Moçambique: Estratégias de Desenvolvimento Sustentável. Maputo, Junho de 05.

_____ A Abordagem dos Modos de Vida Como Ferramenta de Análise das Estratégias de Sobrevivência no Meio Rural Africano - DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO Editora Unijuí • ano 9 • n. 17 • jan./jun. • 2011

TERRAS. Lei n.º 19/97 de 1 de Outubro. Aprova a Lei de Terras.

TVEDTEN, Inge; PAULO, Margarido e ROSÁRIO, Carmeliza. “Opitanha” Relações Sociais da Pobreza Rural no Norte de Moçambique; Discussionpapers, No. 34P. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas do Ministério de Planificação e Desenvolvimento República de Moçambique Novembro de 2006.

UAIENE, Rafael. Estrutura e Desempenho da Agricultura Familiar em Moçambique. OMR, Maputo, 2011.

VALÁ, Salim Cripton. A Riqueza Está no Campo: Economia Rural, Financiamento aos Empreendedores e Fortalecimento Institucional em Moçambique. Conferência Inaugural do IESE “Desafios para a investigação social e económica em Moçambique” 19 de Setembro de 2007.

_____ Temas sobre Desenvolvimento Económico Local: Pontos e Contrapontos. Madeira e Madeira, Maputo, Dezembro de 2012.

WILLIAMSON, Graham R. “Illustrating Triangulation in Mixed-methods” In. WILLIAMSON, Graham R: Triangulation. Nursening Research. University of Plymouth, UK: Faculty of Health and Social Work. 2005. pp. 7-8.

Anexo I

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Nós, cujos nomes constam da lista em anexo II, fomos convidados a participar na qualidade de informantes no estudo sobre a “Pluriactividade na Povoação de Canda, Distrito De Zavala” cujo objectivo fundamental consiste em Estudar as Implicações socioeconómicas e culturais da prática da pluriactividade nas famílias e nas unidades produtivas da povoação, tendo sido nos prestadas todas as informações relacionadas com os objectivos e os procedimentos do estudo.

Fomos igualmente informados de que todos os dados recolhidos no decorrer do estudo são totalmente confidenciais sendo apenas usados para fins de análise do fenómeno em estudo.

Sendo assim, autorizamos o pesquisador Adriano Nhamutóco a utilizar as nossas imagens fotográficas, as respostas aos questionários bem como outras informações por nós prestadas no âmbito do estudo, para publicação científica que vier a resultar das referidas informações.

Também declaramos que não ficou acordada nenhuma contrapartida monetária em troca.

Participantes: Vide a lista em anexo II

Data: Novembro/Dezembro de 2013

Pesquisador: Adriano Júlio Nhamutóco

Data: Novembro/Dezembro de 2013

Anexo II - Lista de entrevistados

COMUNIDADE DE GUNE				
NOME	IDADE	SEXO	POSIÇÃO NO AGREGADO	FAMÍLIA
Alberto Alexandre Mauaie	54	M	Chefe	Lamussene
Laurinda Maluleque	62	F	Chefe	Magumbane
Moisés Salmende	52	M	Chefe	Chume
Leonel Luís Semende	51	M	Chefe	Semende
Felisberto Sorrote	68	M	Chefe	Massalane
Luís Manuel Joni	70	M	Chefe	Hambuque
Leonor Possiane	65	F	Chefe	Possi
VelemoIngue	67	F	Chefe	Ingue
Josuel Arnaldo	29	M	Membro	Machambane
Aalexandre Arnaldo	27	M	Membro	Machambane
ChizorowegueMagumane	77	M	Membro	Magumane
Leia Chibubane	56	M	Membro	Chibubane
COMUNIDADE DE CHITONDO				
Mabatavambe Makhatane	67	M	Chefe	Malange
Armando Hausiane	71	M	Chefe	Hause
Amélia Lodovino	57	F	Chefe	Feleuane
Maria Kahu	59	F	Chefe	Maliane
Cristina Nhequetane	73	F	Chefe	Muando
Júlio Nhamoneque	77	M	Chefe	Miquissene
Alberto Thai	58	M	Chefe	Chikwelane
Natanielito Justino	37	M	Membro	Chipandiane
Mariana Justino	41	F	Membro	Chipandiane
Natália Munguiza	31	F	Membro	Halafo
SimiãoMunguiza	36	M	Membro	Halafo
Narciso Chitoquisso	30	M	Membro	Menete
Salomão Américo	27	M	Membro	Merica
COMUNIDADE DE CANDA-SEDE				
Lourenço Luís	62	M	Chefe	Nhabai
Justino Jorge	65	M	Chefe	Nhambeve
Constantino Lissane	54	M	Chefe	Lissane
Alexandre Artur	51	M	Chefe	Nhachinhele
Atanásio Chotelane	58	M	Chefe	Chotelane
Armindo Lourenço	41	M	Chefe	Lourenço
Carlota Américo	44	F	Chefe	Américo
Lina Moisés	48	F	Chefe	Moisés
Eduardo Luís	53	M	Chefe	Mahoco
Jacob Constâncio	31	M	Membro	Mawane
Ezequiel Constâncio	27	M	Membro	Mawane

COMUNIDADE DE ZANGO				
NOME	IDADE	SEXO	POSIÇÃO NO AGREGADO	FAMÍLIA
Silvestre Thaula	71	M	Chefe	Silivane
Adriano Marcelino	53	M	Chefe	Wuchariane
Salvador Nhalizinga	56	M	Chefe	Salvadorane
Albino Gatauanhane	77	M	Chefe	Gatauanhane
António Job	50	M	Chefe	Mabongo
NessiThaula	68	F	Chefe	Nhimbo
Gilda Rafael	56	F	Chefe	Windji
Sampaio Alberto	55	M	Chefe	Bande
Zelda Herminio	23	F	Membro	Tique
Miséria	19	F	Membro	Tique
Bilton Carlos	21	M	Membro	Macatane
Arnaldo Velemo	27	M	Membro	Macatane
LISTA DE INDIVÍDUOS QUE PRESTAM SERVIÇOS FORA DA PRPRIIDADE FAMILIAR				
NOME	IDADE	SEXO	POSIÇÃO NO AGREGADO	FAMÍLIA
Tomás Mawewe		M		Lissane
Boaventura Wane		M		Mahoco
Baptista bandiane		M		Bande
Chipenetiane		M		Silivane
Amélia Possiane		F		Possi
Benedito		M		Nhachinhele
Sozinha		F		Nhalizinga
Taimiana		F		Nhambeva

Grupos Focais:

N.º	Comunidade	Líder	Nº de participantes
1	Gune	Ernesto Mapasse	10
2	Chitondo	Armando Hausiane	7
3	Canda-sede	Atanásio Chotelane	6
4	Zango	Silvestre Taula	6

Anexo III

Guião de entrevista para membros de famílias que trabalham na unidade familiar

Data da entrevista: _____ Comunidade: _____ Família: _____

Nome do entrevistado _____ Idade ____ Sexo _____

Nível de Escolaridade: _____ Parentesco/posição do entrevistado na família _____

OBJECTIVO ESPECIFICO 1

Identificar as práticas ocupacionais consideradas significativas no contexto da pluriactividade nas famílias da povoação de Canda;

Secção 1.1 – Relativa à posse e uso de terra: - Meta, explorar alguns aspectos relativos ao acesso, posse e uso da terra.

1.1.1 De que forma se acede e se mantém a posse e/ou o uso da terra aqui na comunidade?

1.1.2 Pode referir-se ao caso específico da família de que é membro?

1.1.3 Em termos de uso, para que efeitos têm usado a terra?

Secção 1.2 – Relativa a cultura alimentares: - Meta, explorar aspectos relativos ao uso da terra para culturas alimentares.

1.2.1 Falando da produção de alimentos, pode explicar, como é feita, o que é mais produzido, etc.

1.2.2 Como é que têm sido as colheitas, por exemplo nos últimos 5 anos?

1.2.3 Quando têm abundância nas colheitas, o que se tem feito com o que sobra?

Secção 1.3 – Relativa a culturas de rendimento: - Meta, explorar aspectos relativos ao uso da terra para culturas de rendimento.

1.3.1 Falando de culturas de rendimento, pode indicar algumas delas, como é feita a sua produção e sua comercialização?

1.3.2 Poderia falar sobre as colheitas e respectivos rendimentos nos últimos 5 anos?

Secção 1.4 – Relativa à criação de animais: - Meta, explorar aspectos relativos a criação de animais.

1.4.1 Falando da criação de animais, pode indicar algumas espécies e como é feita a sua criação?

1.4.2 Gostaria de ouvir sobre a utilidade/destino de algumas das espécies criadas?

1.4.3 Poderia falar sobre como foi a produção animal nos últimos 5 anos?

Secção 1.5 – Relativa a outras actividades não agropecuárias: - Meta, explorar aspectos relativos a actividades não agropecuárias.

1.5.1 Tendo falado de culturas alimentares, de rendimento e da criação de animais, poderia agora falar de outras actividades importantes que você e ou outros membros da sua família desenvolvem?

OBJECTIVO ESPECIFICO 2

Analisar as motivações socioculturais das práticas ocupacionais consideradas significativas na povoação de Canda.

Secção 2.1 – Relativa à actividade agropecuária no geral: - Meta, explorar aspectos relativos as actividades agropecuárias.

2.1.1 Fale-nos alocação da força de trabalho nas actividades agropecuárias, incluindo a prestação de serviços e/ou permuta de trabalho agro-pecuários em e com outras famílias.

Secção 2.2 – Relativa a outras actividades não agropecuárias: - Meta, explorar aspectos relativos a actividades não agropecuárias.

2.2.1 Havendo na família, membros que se dedicam a actividades, não agropecuárias, porque o fazem?

2.2.2 Como é feita a divisão/gestão da força de trabalho e do tempo entre actividades agrícolas e não agrícolas no seio da família?

2.2.3 Relativamente a renda familiar, quais têm sido os destinos dados e como é feita a sua gestão?

2.3.4 Como é que são tomadas as decisões sobre a alocação e gestão da força de trabalho, do tempo e da renda familiar?

OBJECTIVO ESPECIFICO 3

Compreender as implicações socioeconómicas e culturais da prática da pluriactividade nas famílias e nas unidades produtivas da povoação de Canda.

Secção 3.1 – Relativa às implicações socioeconómicas e culturais nas famílias: - Meta, explorar as mudanças ocorridas em função da pluriactividade

3.1.1 De que forma o facto de as famílias dedicarem-se a agricultura e outras actividades afecta as suas condições de vida?

3.1.2 Relativamente à organização e divisão de trabalho familiar, que aspectos podem estar relacionados com essa combinação?

3.1.3 Pode falar na questão de usos e costumes, se algo estará a ser afectado?

Secção 3.2 – Relativa às implicações da pluriactividade nas unidades produtivas: - Meta, explorar as mudanças que estejam a ocorrer na concepção das unidades de produção.

3.2.1 De que forma a combinação da agricultura e outras ocupações estará a afectar as unidades de produção?

O que mais poderia acrescentar para melhorar o nosso entendimento sobre este assunto da combinação da agricultura e outras ocupações no seio das famílias do vossa povoação?

Anexo IV

Guião de entrevista para membros que trabalham fora da unidade familiar

Data da entrevista: _____ Comunidade: _____ Família: _____
Nome do entrevistado _____ Idade ____ Sexo _____
Nível de Escolaridade: _____ Parentesco/posição do entrevistado na família _____

OBJECTIVO ESPECIFICO 1

Identificar as práticas ocupacionais consideradas significativas no contexto da pluriactividade nas famílias da povoação de Canda;

- 1.1 Pode contar-nos o historial ocupacional da sua família de origem?
- 1.2 Actualmente, como é a sua vida ocupacional?
- 1.3 Como tem sido a sua ligação com a família de origem?
- 1.4 Falando da renda que ganha, pode explicar como tem feito a gestão?
- 1.5 A sua família de origem, também influencia nas decisões sobre a gestão da renda? Explique em que consiste essa influência

OBJECTIVO ESPECIFICO 2

Analisar as motivações socioculturais das práticas ocupacionais consideradas significativas na povoação de Canda.

- 2.1 O que teria lhe motivado a dedicar-se a esta(s) ocupação(ões)?
- 2.2 No seu entendimento, porque as famílias dedicam-se a outras ocupações não agrícolas?

2.2 No seio da sua família, como é feita a organização e a gestão da renda e da força de trabalho?

2.3 No seu entendimento, quais são as razões para que se organize e se gera a renda e a força de trabalho dessa forma?

OBJECTIVO ESPECIFICO 3

Compreender as implicações socioeconómicas e culturais da prática da pluriactividade nas famílias e nas unidades produtivas da povoação de Canda.

3.1 De que forma o facto de as famílias dedicarem-se a agricultura e outras actividades afecta as suas condições de vida?

3.2 Relativamente à organização e divisão de trabalho familiar, que aspectos podem estar relacionados com essa combinação?

3.3 Pode falar na questão de usos e costumes, se algo estará a ser afectado

3.4 De que forma a combinação da agricultura e outras ocupações estará a afectar as unidades de produção?

O que mais poderia acrescentar para melhorar o nosso entendimento sobre este assunto da combinação da agricultura e outras ocupações no seio das famílias do vossa povoação?

Anexo V

Guião para auscultação em grupos focais, devendo também ser usado para as autoridades administrativas e comunitárias

O que nos interessa neste diálogo que gostaríamos de ter é perceber como é gerida a combinação de actividades agrícolas e não agrícolas, o que influencia para que essa combinação ocorra e que implicações decorrem dessa combinação, tanto nas famílias como tal, bem como nas unidades produtivas (machambas) dessas famílias. Nossa sugestão é discutirmos cada uma dos aspectos de forma separada.

OBJECTIVO ESPECIFICO 1

Identificar as práticas ocupacionais consideradas significativas no contexto da pluriactividade nas famílias da povoação de Canda;

Primeiro falemos das ocupações que entendem que têm importância nas famílias da povoação

OBJECTIVO ESPECIFICO 2

Analisar as motivações socioculturais das práticas ocupacionais consideradas significativas na povoação de Canda.

Agora sugiro que a discussão esteja focalizada ao que aquelas ocupações significam para a vida das famílias da povoação

OBJECTIVO ESPECIFICO 3

Compreender as implicações socioeconómicas e culturais da prática da pluriactividade nas famílias e nas unidades produtivas da povoação de Canda.

Por último, queríamos entender como essa combinação de actividades afecta-nos, em termos de condições de vida, as relações do dia-a-dia e os usos e costumes.

ANEXO VI

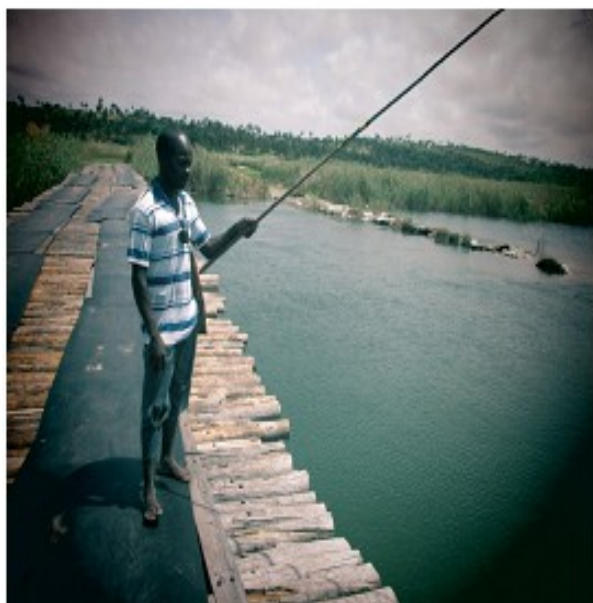
Retrato dos grupos focais de Chitondo (no topo) e Gune (abaixo)



Fonte: Arquivo do autor

Anexo VII

Alguns retratos de processamento de mexilhão retirado das rochas do oceano (no topo); pesca com anzol e barco a remo para pesca (abaixo).



Fonte: Arquivo do autor

Anexo VIII

Retrato de processo de tratamento de cabelo (no topo) e alguns produtos de beleza comercializados em algumas barracas familiares (abaixo).



Fonte: Arquivo do autor

Anexo IX

Retrato do processo de divisão de trabalho na construção: Homens preparando a massa de cimento (no topo) e mulher na preparação de refeição para os pedreiros (abaixo)



Fonte: Arquivo do autor

Anexo X

Retratos de tipos de habitação coexistentes no espaço rural da povoação de Canda: Palhota (no topo); casa híbrida, construída através da combinação de caniço e cimento (no meio); e alvenaria de 2 pisos (abaixo).



Fonte: Arquivo do autor